UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE

**A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NO PROCESSO DE DECISÃO ENTRE
LUCRO REAL E LUCRO PRESUMIDO**

Maurício Teixeira de Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo dos Santos

São Paulo
2009

Profª. Dra. Suely Vilela
Reitora da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Carlos Roberto Azzoni
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Fábio Frezatti
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Edgard Bruno Cornachione Junior
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade

MAURÍCIO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

**A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NO PROCESSO DE DECISÃO ENTRE
LUCRO REAL E LUCRO PRESUMIDO**

Dissertação apresentada ao Departamento de
Contabilidade e Atuária da Faculdade de
Economia, Administração e Contabilidade da
Universidade de São Paulo como requisito
para a obtenção do título de Mestre em
Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo dos Santos

SÃO PAULO

2009

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Oliveira, Maurício Teixeira de

A importância da contabilidade no processo de decisão entre lucro real e lucro presumido / Maurício Teixeira de Oliveira. -- São Paulo, 2009.
125 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2009
Bibliografia.

1. Contabilidade tributária 2. Tributação 3. Contabilidade fiscal
4. Imposto de renda I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade II. Título.

CDD – 657.46

Aos meus pais, Hécio (*in memorian*) e Lúcia, pelos valores transmitidos, fundamentais na formação de meu caráter.

À minha esposa, Cristiana, amiga e companheira, por estar ao meu lado sempre, compartilhando momentos de alegria, angústia e superação.

Ao meu filho, Rodrigo, pela compreensão e pelo incentivo em mais esta tarefa.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ariovaldo dos Santos, por ter aceitado de imediato minha orientação e me ajudado com clareza, objetividade e conhecimento, possibilitando o desenvolvimento tranquilo e ordenado desta dissertação.

Ao meu amigo e colega de trabalho, Prof. Dr. Massanori Monobe, que me incentivou a fazer o mestrado, esteve sempre disponível para esclarecer várias dúvidas e permitiu que eu o auxiliasse nas aulas de contabilidade e planejamento tributário. Essa experiência foi muito enriquecedora, obrigado.

Aos professores doutores: Luiz João Corrar, Gilberto de Andrade Martins, Luiz Nelson Carvalho, Geraldo Barbieri e Reinaldo Guerreiro, pelos ensinamentos recebidos.

Aos colegas da FEA que dividiram comigo parte de seu tempo, nas aulas, almoços, estudos ou simples bate-papos, levarei comigo boas recordações.

Aos amigos da Receita Federal do Brasil, Massao Iwai e Roberto Dominguez, pelo apoio recebido.

Ao colega Cezar do escritório Fiscontal, por ter entendido o propósito deste estudo e fornecido os dados necessários para a pesquisa de campo. Sua ajuda foi fundamental.

Ao Odilon, do escritório São Luiz, pelos dados fornecidos que complementaram a pesquisa de campo.

Ao Prof. José Carlos Aquino, pela revisão gramatical e ortográfica.

E a todos aqueles que, de algum modo, contribuíram para o resultado final deste trabalho.

**“A coisa mais difícil de compreender
no mundo é o imposto profissional.”**

Albert Einstein

RESUMO

A escolha da forma de tributação das empresas deve ocorrer no início do ano fiscal e permanece por todo o período. Como regra geral, a Contabilidade elaborada de acordo com as leis comerciais e fiscais é a base para a apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no regime de apuração do Lucro Real. Existem, no entanto, outras possibilidades de tributação da pessoa jurídica, tais como o Lucro Presumido, o Lucro Arbitrado e o SIMPLES NACIONAL, que, embora apresentem simplificações quanto a sua apuração (inclusive com a dispensa da escrituração contábil), não estão disponíveis para todos os contribuintes. A análise de qual forma adotar envolve, também, mais dois tributos: o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS). A criação do sistema de não-cumulatividade para ambos, em 2002/2004, passou a vincular sua apuração ao regime escolhido, aumentando a dificuldade da escolha. Por fim, a imposição pelo Fisco do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que entrará em vigor em 2009 e promete agilizar os sistemas de arrecadação e fiscalização do Governo, diminuindo os prazos dos contribuintes para correção de eventuais erros antes de sanções punitivas, é mais um fator a se considerar. Este trabalho procurou explorar as formas de tributação escolhidas pelas empresas brasileiras autorizadas a optar pelo Lucro Presumido, mediante a comparação dos tributos devidos (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) por esse regime e pelo do Lucro Real. Após uma revisão dos principais conceitos que envolvem as duas formas de apuração, foi realizada uma verificação do aumento ou redução na carga tributária dessas empresas, que seriam obtidos caso elas tivessem escolhido a outra forma de tributação. A importância da Contabilidade na escolha da forma de tributação e sua utilização foi amplamente discutida, inclusive com relação aos aspectos não tributários, tendo se evidenciado sua necessidade como elemento indispensável para a gestão de tributos.

ABSTRACT

The choice of the companies' taxation form must occur at the beginning of the fiscal year, and remains the same for the entire period. As a general rule the Accounting elaborated according to commercial and fiscal laws is the basis to assess the Corporate Income Tax (IRPJ) and the Social Contribution on Corporate Net Income (CSLL) in the Actual Profit regime. There are, however, other possibilities for corporate taxation, such as Assumed Profit, Arbitrated Profit, and SIMPLES NACIONAL, which are not available to all taxpayers, even though they simplify their assessment (including the exemption of bookkeeping). The analysis of which form to adopt also involves other two tributes: the Contribution to the Social Integration Program (PIS) and the Contribution to Social Security Financing (COFINS). The creation of the non-cumulative system for both of them in 2002/2004 started to link its assessment to the regime chosen, increasing the difficulty of the choice. Finally another factor to be considered is the imposition by the Internal Revenue/National Treasury of the Public System of Digital Registration - SPED, which will be enforced in 2009, and promises to speed up the Government collection and inspection systems, reducing the stated periods for the taxpayers to correct eventual errors before punitive sanctions. This paper intends to explore the taxation forms chosen by Brazilian companies authorized to choose Assumed Profit, through the comparison of the tributes due (IRPJ, CSLL, PIS, and COFINS) under this regime and the Actual Profit. After revising the main concepts involving the two forms of taxation, this work will carry out a verification of the increase or reduction in the tax burden of these companies that would be achieved in the case they had chosen another form of taxation. The importance of the Accounting in the choice of the taxation forms and its use are widely discussed, also with regards to the non-tributary aspects, evidencing its necessity as an indispensable element to manage tributes.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	3
LISTA DE TABELAS	4
1 INTRODUÇÃO	5
1.2 Problema	6
1.3 Justificativas.....	8
1.4 Objetivos do Estudo	11
1.5 Metodologia de Pesquisa	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 Custos de Oportunidade aplicados às Formas de Tributação	14
2.2 A Questão da Classificação do Porte das Empresas	15
2.2.1. Considerações Iniciais	15
2.2.2. Critérios de Classificação	16
2.2.3. Número de Empregados	17
2.2.4. Faturamento Bruto Anual	17
2.3 A Contabilidade, seu Papel e seus Atores.....	18
2.3.1. Objetivos da Contabilidade e a Função do Contador	18
2.3.2. Influência do Fisco	21
2.3.3. Situações Não-Tributárias (Legislação Comercial e Civil)	22
2.3.4. Obrigação do Empresário	22
2.3.5. Contabilidade e Planejamento Tributário	23
2.4 Formação e Evolução do Sistema Tributário Nacional	24
2.4.1. Finanças Públicas	24
2.4.2. Origens e Formação do Estado Brasileiro	26
2.4.3. Princípios Básicos.....	31
2.4.4. Simplicidade x Complexidade.....	33
2.4.5. Administração Tributária.....	37
2.4.6. Federalismo e Tributação	38
2.5 Aspectos Gerais da Legislação Tributária Brasileira.....	39
2.5.1. Conceito de Tributo	39
2.5.2. Tipos de Tributos.....	39
2.5.3. Tributos Diretos e Indiretos	41
2.5.4. Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ.....	42
2.5.5. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	43
2.5.6. PIS e COFINS	43
3 O LUCRO E SUAS FORMAS DE TRIBUTAÇÃO	45
3.1 Conceito de Lucro	45
3.2 Formas de Tributação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas	45
3.3 Momento da Opção	46
3.4 Lucro Real.....	47
3.4.1. Características Gerais	48
3.4.2. Pessoas Jurídicas Obrigadas à Tributação pelo Lucro Real	50
3.4.3. Apuração Trimestral	50
3.4.4. Apuração Anual - Estimativa, Suspensão ou Redução do Imposto	51
3.4.5. Adições e Exclusões	52
3.4.6. Prejuízos Fiscais	54
3.4.7. Alíquota do IRPJ, Adicional, Deduções e Retenções.....	55
3.4.8. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	55
3.4.9. PIS e COFINS Não-Cumulativos	56

3.4.10.	Obrigações Acessórias	59
3.5	Lucro Presumido	60
3.5.1.	Características Gerais	60
3.5.2.	Pessoas Jurídicas que Podem Optar pelo Lucro Presumido	62
3.5.3.	Apuração e Base de Cálculo	62
3.5.4.	Prejuízos Fiscais	64
3.5.5.	Alíquota do IRPJ, Adicional, Deduções e Retenções.....	64
3.5.6.	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.....	64
3.5.7.	PIS e COFINS Cumulativos	65
3.5.8.	Contabilidade no Lucro Presumido e Obrigações Acessórias.....	66
3.5.9.	Distribuição de Lucros aos Sócios.....	66
3.6	Arquivos Magnéticos	67
3.7	Lucro Arbitrado	69
3.8	SIMPLES FEDERAL e SIMPLES NACIONAL	73
3.8.1.	SIMPLES FEDERAL	73
3.8.2.	SIMPLES NACIONAL	76
4	DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	83
4.1	Amostra.....	83
4.2	Premissas Adotadas	85
4.3	Plano de Análise	87
4.4	Apuração dos Tributos	88
4.4.1.	Lucro Real para Lucro Presumido.....	88
4.4.2.	Lucro Presumido para Lucro Real.....	91
4.4.3.	Consolidação dos Cálculos Efetuados	93
4.5	Análise e Interpretação dos Resultados	97
4.6	O Modelo de Decisão de Rullo	102
5	CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
	REFERÊNCIAS	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ac: Acórdão
BTN: Bônus do Tesouro Nacional
CIDE: Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CNPJ: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COFINS: Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
COSIT: Coordenação-Geral de Tributação
CPMF: Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira
CSLL: Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
CTN: Código Tributário Nacional
DACON: Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais
DARF: Documento de Arrecadação de Receitas Federal
DCTF: Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais
DIPJ: Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica
DIRF: Declaração do Imposto de Renda na Fonte
DRE: Demonstração do Resultado do Exercício
EPP: Empresa de Pequeno Porte
FMI: Fundo Monetário Internacional
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRACON: Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICM: Imposto Sobre Circulação de Mercadorias
ICMS: Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IN: Instrução Normativa
INSS: Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI: Imposto Sobre Produtos Industrializados
IRPJ: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
ISS: Imposto Sobre Serviços
JK: Juscelino Kubitschek
LACS: Livro de Apuração da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
LALUR: Livro de Apuração do Lucro Real
NTN: Notas do Tesouro Nacional
OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB: Produto Interno Bruto
PIS: Programa de Integração Social
PND: Programa Nacional de Privatização
REDARF: Retificação de DARF
RIR: Regulamento do Imposto de Renda
S/C: Sociedade Civil
SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIMPLES FEDERAL: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
SIMPLES NACIONAL: Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
SPED: Sistema Público de Escrituração Digital
SRFB: Secretaria da Receita Federal do Brasil
STF: Superior Tribunal Federal
SUDAM: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UNAFISCO SINDICAL: Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxas de Sobrevivência Consolidadas para o Brasil	16
Tabela 2 - Critérios de Classificação do Porte das Empresas por Número de Empregados	17
Tabela 3 - Critérios de Classificação do Porte das Empresas por Faturamento Bruto Anual..	18
Tabela 4 - Arrecadação Bruta de Tributos Federais - 2000 a 2007 (R\$)	57
Tabela 5 - Percentuais do IRPJ sobre o Lucro Presumido	63
Tabela 6 - Percentuais do IRPJ sobre o Lucro Arbitrado.....	71
Tabela 7 - Empresas por Regime de Tributação	85
Tabela 8 - Percentuais de Economias ou Despesas Tributárias Obtidas (Optantes pelo Lucro Real)	93
Tabela 9 - Percentuais de Economias ou Despesas Tributárias Obtidas (Optantes pelo Lucro Presumido)	94
Tabela 10 - Frequências das Economias ou Despesas Tributárias Obtidas (Optantes pelo Lucro Real).....	98
Tabela 11 - Frequências das Economias ou Despesas Tributárias Obtidas (Optantes pelo Lucro Presumido).....	98
Tabela 12 - Médias das Economias Tributárias Obtidas por Subsetores de Todas as Empresas (Optantes pelo Lucro Real)	99
Tabela 13 - Médias das Economias Tributárias Obtidas por Subsetores das Empresas sem Prejuízo no Ano (Optantes pelo Lucro Real)	100
Tabela 14 - Médias das Economias Tributárias Obtidas de Todas as Empresas (Optantes pelo Lucro Presumido).....	100
Tabela 15 - Médias Anuais das Economias Tributárias Obtidas para Todas as Empresas (Optantes pelo Lucro Presumido)	101
Tabela 16 - Médias das Economias Tributárias Obtidas de Todas as Empresas	101
Tabela 17 - Médias das Economias Tributárias Obtidas das Empresas sem Prejuízo no Ano	102
Tabela 18 - Percentuais de Economias ou Despesas Tributárias Obtidas - Modelo Matemático	105

1 INTRODUÇÃO

A escolha criteriosa do regime de tributação a ser adotado pelas empresas tem sido relegada a segundo plano por vários empresários e contadores, apesar de ser um dos itens que mais influenciam o fluxo de caixa residual das companhias. Com o aumento da carga tributária verificado principalmente a partir do Plano Real (oito pontos percentuais do PIB no período 1995-2005), a preocupação com a questão tributária deve fazer parte do cotidiano das empresas.

Dentre as diversas opções de tributação sobre o lucro que a legislação brasileira apresenta, a que está disponível a todas as empresas é o regime de apuração pelo Lucro Real, que tem como base a Contabilidade elaborada de acordo com as leis comerciais e fiscais. Como o lucro depende do resultado apurado no final do período (que pode ser trimestral ou anual), essa forma de tributação envolve aspectos mais rígidos de escrituração.

Outro regime de tributação, restrito às empresas não financeiras com faturamento anual até R\$ 48 milhões (existem outras condições além dessa), é o Lucro Presumido, em que se faz uma estimativa do lucro (trimestralmente), de acordo com as atividades exercidas pelas companhias (comércio, indústria ou serviços).

Há, ainda, o Lucro Arbitrado, modalidade utilizada pelo Fisco para tributar as empresas que não apresentam escrituração regular ou que escolhem o Lucro Presumido indevidamente, que apresenta tributação superior a esse último.

E, por fim, o SIMPLES NACIONAL, que só pode ser adotado pelas micro e pequenas empresas (faturamento anual até R\$ 2,4 milhões) e que simplifica bastante a tributação envolvendo vários tributos federais, estaduais e municipais.

Importante notar que, em todas essas formas de tributação, não só o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ deve ser analisado, mas, também e em conjunto, a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, o Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

A inclusão dessas contribuições sociais faz-se, ainda, mais necessária devido à sua vinculação com o tipo de tributação escolhida e à criação do regime de não-cumulatividade do PIS e da COFINS em 2003/2004.

Em geral, o que desperta maior dúvida nos contribuintes é a comparação entre os benefícios que se pode ter ao fazer a opção pelo Lucro Real ou Lucro Presumido. Optar por um em detrimento do outro pode significar ter que se fazer a Contabilidade, já que o regime de Lucro Presumido dispensa a escrituração; esse fato, também, deve ser levado em conta, afinal os contadores aumentam seus honorários (com razão) quando têm de atender às exigências da sistemática do Lucro Real.

A imposição pelo Fisco do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que entrará em vigor em 2009 (a princípio só para as grandes empresas, mas com sua ampliação gradual), promete agilizar os sistemas de arrecadação e fiscalização do Governo, diminuindo os prazos dos contribuintes para a correção de eventuais erros antes de sanções punitivas, é mais um ingrediente a ser considerado.

1.2 Problema

Um grande desafio que se impõe às empresas brasileiras que deixaram de ser pequenas e passaram a ostentar um faturamento mais significativo ou àquelas que já estão num patamar intermediário, mas que ainda não são obrigadas por lei a adotar o regime de tributação do Lucro Real, é definir qual a forma menos onerosa de tributação para os seus negócios.

Parte dessa dificuldade se deve à legislação tributária brasileira, composta por uma infinidade de Leis, Decretos e Regulamentações, muitas vezes conflitantes entre si e alteradas com relativa frequência, que dificulta o entendimento dos envolvidos e leva-os à procura da simplificação. Faz-se somente o necessário para atender o Fisco.

A Contabilidade, por muitas vezes, é considerada pelos empresários apenas como custo e não como ferramenta indispensável à gestão; isso pode estar refletindo, dentre outras, a incapacidade dos profissionais contábeis de transmitirem a sua real importância ou mesmo seu despreparo, fruto de formação incompleta e/ou deficiente e de falta de atualização.

Por outro lado o governo, principalmente na área Federal, também optou pela forma mais fácil de controlar a arrecadação e realizar a fiscalização, vinculando vários tributos ao faturamento das empresas e instituindo formas de tributação simplificadas, que dispensam a Contabilidade.

Entre os vários tributos controlados pela União, o IRPJ e a CSLL, calculados sobre o resultado das empresas e o PIS e a COFINS, calculados sobre a receita bruta, merecem uma atenção especial, pois podem variar significativamente em função do regime de tributação escolhido.

Com relação ao PIS e à COFINS, a instituição da sistemática da não-cumulatividade em 2003/2004 para as empresas que tributam seus resultados pelo Lucro Real, mudou a forma de cálculo e as alíquotas desses tributos, que passaram a ter um peso maior na escolha do regime de tributação.

A apuração do IRPJ e a da CSLL não sofreram alterações substanciais nos últimos anos, destacando-se, entretanto, o considerável aumento do percentual de presunção da CSLL (de 12% para 32%), a partir de 1º de setembro de 2003, para as empresas prestadoras de serviço que se utilizam do Lucro Presumido.

Assim, o problema a ser pesquisado e respondido é: **No Brasil, as empresas cuja receita bruta do ano-calendário anterior esteve abaixo de R\$ 48 milhões estão escolhendo a forma menos onerosa de tributação em relação aos tributos relacionados ao resultado (IRPJ e CSLL) e aos vinculados ao faturamento (PIS e COFINS)?**

Questões secundárias:

- **As economias tributárias (o quanto se pagou a menos de tributos) obtidas por aquelas empresas que fizeram a opção pelo Lucro Real diferem entre os principais subsetores da atividade econômica?**
- **As economias tributárias obtidas mantêm-se ao longo dos anos nesses subsetores?**

- **As economias tributárias obtidas pelas empresas que fizeram a opção pelo Lucro Real diferem (ao nível de significância adotado na pesquisa) das obtidas pelas que optaram pelo Lucro Presumido?**
- **Qual a importância da Contabilidade nessa escolha? Ela está sendo usada?**
- **Quando é melhor para a empresa: tributar pelo Lucro Presumido ou pelo Lucro Real? Há um ponto de equilíbrio entre as duas formas?**

1.3 Justificativas

Nos dias de hoje, em que a competição entre as empresas é cada vez maior, qualquer vantagem é conquistada com muito esforço. Um dos fatores que mais influenciam no desempenho das empresas e, conseqüentemente, no seu crescimento ou até mesmo na sua sobrevivência, é o pagamento de tributos (OLIVEIRA, 2004, p. 10). Nesse sentido, a escolha consciente da forma menos onerosa de tributação é vital, apesar de, muitas vezes, não receber a atenção necessária por parte de empresários e contadores.

O Lucro Real, apurado seguindo as normas contábeis e fiscais, é a forma de tributação disponível para todas as empresas, independentemente de sua atividade ou porte. Em geral, é obrigatório para as grandes empresas (receita bruta anual superior aos R\$ 48 milhões) e para as que atuam nos mercados financeiros e de seguros. Já para aquelas com receita bruta (ano anterior) até R\$ 48 milhões (médias) existe a opção pelo Lucro Presumido, que possui apuração e escrituração mais simplificada. E para as empresas cuja receita bruta no ano anterior limitou-se à R\$ 2,4 milhões (microempresas e empresas de pequeno porte) é “oferecido” o SIMPLES FEDERAL, atualmente modificado para o SIMPLES NACIONAL, que engloba vários tributos federais estaduais e municipais.

Dito assim, pode parecer natural que a tributação acompanhe a evolução das empresas, algo como “quanto menor mais fácil o regime tributário, quanto maior mais complexo”. Ocorre que nem sempre o mais simples representa o menos oneroso. Em alguns casos, a adoção de um sistema de tributação facilitado pode representar tributação muito maior e, portanto, lucro líquido menor.

Vários artigos são publicados todos os anos em jornais, sites, revistas e periódicos, procurando alertar para o fato de se identificar o melhor sistema tributário para a empresa, principalmente porque a escolha do regime de tributação deve ocorrer no começo do ano, geralmente em fevereiro e produzirá efeitos até seu final, isto é, uma vez escolhido ele não poderá ser alterado (PETTI, 2007, p. 56; VALENTE e ADIB, 2005; GALHARDO, 2005; PREVIATELLO, 2006; CARVALHO e SOUZA, 2008).

A principal dúvida que existe é em relação à escolha Lucro Real x Lucro Presumido. Não se pode mais comparar apenas os valores devidos de IRPJ e CSLL. O PIS e a COFINS passaram a ser de suma importância desde a introdução do regime de não-cumulatividade.

Santos e Barros (2007, p. 41) destacam que a tributação pelo Lucro Presumido é uma alternativa que deve ser avaliada com cautela, “considerando-se, no mínimo e especialmente, três fatores: a margem de lucro tributável efetiva da empresa [...], a eventualidade de ocorrerem prejuízos [...], a carga tributária em conjunto com PIS/PASEP e COFINS [...]”

A dificuldade em se obterem dados para pesquisas que envolvam tributos é enorme. Conforme relata SANTOS (2007, p. 37):

No Brasil, uma das principais reclamações dos pesquisadores da área de Ciências Contábeis é a total indisponibilidade de dados para a realização de pesquisas empíricas. As bases de dados disponíveis ou não são completas ou não podem ser acessadas. Por exemplo, a base de dados da Receita Federal é extraordinária, mas, sob a argumentação de que os dados estão protegidos por sigilo fiscal, não se pode dela usufruir.

Tanto é verdade, que a estatística tributária mais recente sobre as Declarações do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, liberada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, é a Consolidação DIPJ 2004, relativa ao ano-calendário de 2003. Mesmo defasada, é possível ter-se idéia de como as empresas estão optando na hora de recolher tributos.

Com relação ao número de empresas, 6% (177 mil) optaram pelo Lucro Real; 24% (683 mil) pelo Lucro Presumido e 70% (1.979 mil) escolheram o SIMPLES. Já quando se analisa a receita agregada, esses percentuais passam a ser de 85%, 9% e 8%, respectivamente.

Gráfico 1 – Regimes de Tributação por N° de Empresas e por Receita Agregada

FONTE: RFB, 2003

Os dados específicos sobre o Lucro Presumido revelam, ainda, que 4% estiveram sujeitos à alíquota de presunção de 1,6% (revenda de combustíveis), 27% à alíquota de 8% (Indústria e Comércio), 33% à alíquota de 16% (Serviços de transporte de passageiros). Os que informaram recolhimentos à alíquota de 32% por prestações de serviços equivalem a 46% do total, indicando que a receita de várias empresas foi formada por mais de um tipo de atividade

Mas isso não permite ter uma noção de quanto a mais as empresas estão pagando de tributos devido a uma escolha equivocada. Em outras palavras, não se pode estimar qual a economia (ou despesa) tributária decorrente da adoção de uma forma de tributação em detrimento de outra. Apesar das dificuldades, é preciso tentar levantar dados reais com as empresas para se fazer uma análise mais acurada.

1.4 Objetivos do Estudo

O presente trabalho tem como objetivos:

- Entender o conceito de Custo de Oportunidade e procurar indentificá-lo quando da escolha da forma de tributação;
- Buscar uma definição de média empresa, uma vez que existem diferentes definições quanto à classificação das empresas pelo seu porte. Kassai (1996, p. 24) alerta que os critérios de definição podem ser qualitativos, quantitativos ou mistos e chegam a divergir mesmo em relação aos órgãos ou esferas de governo;
- Discutir o papel da contabilidade na administração das empresas brasileiras ante a influência do fisco e da simplificação tributária disponível, destacando sua importância e a função do contador;
- Revisar, de forma global, a formação do sistema tributário brasileiro e sua influência no papel do Estado no desenvolvimento da economia nacional, principalmente a partir do Plano Real (1994);
- Analisar os aspectos gerais da legislação tributária brasileira, em relação aos tributos relacionados ao resultado (IRPJ e CSLL) e aos que incidem sobre o faturamento (PIS e COFINS);
- Examinar a legislação tributária atual no tocante às formas de tributação, detalhando o que está disponível para as médias empresas, tanto em termos de cálculo dos tributos

envolvidos quanto em relação às obrigações acessórias e em face da crescente presença de sistemas informatizados na Secretaria da Receita Federal do Brasil;

- Verificar o posicionamento das empresas pesquisadas em relação à contabilidade e à escolha do regime de tributação, apurando as economias ou despesas tributárias e identificando quando é melhor optar pelo Lucro Presumido ou pelo Lucro Real e ainda se há um ponto de equilíbrio entre as duas formas.

1.5 Metodologia de Pesquisa

O trabalho será iniciado com uma revisão bibliográfica sobre a classificação do porte das empresas, seguido do papel da contabilidade na escolha mais apropriada do regime de tributação e das formas de tributação disponíveis para as empresas brasileiras, o que envolve o sistema tributário nacional, a legislação tributária aplicável e o cálculo dos tributos.

Posteriormente, será feito um trabalho de campo no qual serão levantados dados de empresas que se encontram no perfil desejado (que podem optar tanto pelo Lucro Presumido quanto pelo Lucro Real) e será verificado o regime de tributação escolhido e os respectivos cálculos dos tributos (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS), bem como se está sendo feita a contabilidade.

A seguir, calcular-se-ão os tributos devidos considerando-se a forma de tributação alternativa, para, então, comparar os montantes devidos nos dois casos. Serão apurados, ainda, os percentuais de economia ou despesa tributária obtidos pelas empresas e feita uma análise comparativa em duas vertentes: economia em uma mesma empresa ao longo dos anos e economia por setores (comércio, indústria e serviços).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse capítulo, inicialmente, buscou-se o conceito de custo de oportunidade da economia e verificou-se sua aplicação quando da escolha das formas de tributação.

Depois analisaram-se os sistemas de classificação das empresas, por porte, mais utilizados pelos órgãos governamentais, bem como o tratamento diferenciado previsto na Constituição Federal para as microempresas e empresas de pequeno porte. Procurou-se demonstrar que o critério quantitativo adotado pelo Fisco brasileiro não é o mesmo utilizado pelo IBGE e SEBRAE e nem o adotado internacionalmente (OCDE).

Discutiu-se, então, os objetivos da Contabilidade em relação aos seus usuários finais, destacando o papel do contador e a influência da legislação tributária em sua atuação, além analisar a posição passiva dos empresários, que, via de regra, não avaliam, profundamente, a forma de tributação a ser aplicada nos seus próprios negócios. Salientaram-se os aspectos não tributários que envolvem a falta de escrituração e a importância da Contabilidade, inclusive como ferramenta de planejamento tributário.

A seguir, após uma breve introdução sobre finanças públicas, envolvendo as funções básicas do Estado e os critérios para um sistema tributário ideal, realizou-se uma revisão da formação e da evolução do sistema tributário brasileiro, desde o descobrimento do país, passando pelos períodos colonial, imperial e republicano, como forma de entender como se chegou ao emaranhado tributário atual, com destaque para o aumento da carga de tributos que incide sobre as empresas, que ficou mais evidente com a estabilização da moeda em 1994 (Plano Real). Relembrou-se, ainda, alguns princípios que norteiam o sistema tributário, examinou-se a questão da simplicidade da tributação (com ênfase no imposto único) e analisou-se o estágio atual da administração tributária e como se encontra o modelo de federalismo fiscal.

Por fim, reviu-se o conceito de tributo e seus vários tipos, dando ênfase aos que serão analisados neste trabalho, especificamente o IRPJ, a CSLL, o PIS e a COFINS.

2.1 Custos de Oportunidade aplicados às Formas de Tributação

Segundo Pindyck e Rubinfeld (2002, p. 202), os economistas tratam os custos de forma diferente dos contadores, uma vez que esses últimos tendem a ter uma visão retrospectiva das finanças das empresas (para controlar os ativos e passivos e avaliar o desempenho passado), enquanto os primeiros têm suas atenções voltadas para as perspectivas futuras das companhias.

Besanko *et al.* (2006, p. 43) reforçam a diferença entre custos econômicos e custos contábeis ao afirmarem:

[...] os custos que aparecem nas demonstrações contábeis não são necessariamente adequados para a tomada de decisões de uma empresa. As decisões empresariais exigem a medição de custos econômicos, que se baseiam no custo de oportunidade. Este conceito diz que o custo econômico de se empregar recursos em uma determinada atividade é o valor do melhor uso alternativo renunciado destes recursos.

Geralmente, a análise econômica é feita com base no custo de oportunidade dos ativos de capital das empresas, como fábrica e equipamentos, pois os tributos fazem parte dos custos contábeis.

Entretanto, considerando a definição de Pindyck e Rubinfeld (2002, p. 202), de que os custos de oportunidade são “os custos associados às oportunidades que serão deixadas de lado, caso a empresa não empregue seus recursos de maneira mais rentável”, parece pertinente que esse conceito esteja presente, quando da escolha da forma de tributação.

Se uma empresa opta pelo Lucro Presumido como regime de tributação, automaticamente, ela está deixando de escolher o Lucro Real e pode pagar mais tributos ou fazê-los de forma antecipada. O mesmo pode ocorrer no caso da adoção do Lucro Real em detrimento do Lucro Presumido.

Em ambos os casos, quando o montante despendido para o pagamento de tributos por um regime for superior ao que seria gasto no caso de outra opção tributária, haverá um custo de oportunidade, uma vez que tal valor poderia, por exemplo, ser aplicado no mercado

financeiro, utilizado como capital de giro ou em outro projeto da empresa, mas como não o foi, perdeu-se a ocasião.

Como se verá mais à frente, não só o valor dos tributos deve ser considerado, mas também os gastos necessários a sua apuração, uma vez que o Lucro Presumido é mais simples de ser calculado enquanto, no regime de Lucro Real, existem opções de postergar o reconhecimento de determinadas receitas ou antecipar algumas despesas, bem como compensar prejuízos e utilizar benefícios fiscais.

2.2 A Questão da Classificação do Porte das Empresas

2.2.1. Considerações Iniciais

As empresas surgem com o agrupamento de pessoas que se juntam para atingir objetivos que não seriam alcançados de maneira isolada. Esses empreendedores agregam os fatores de produção (terra, trabalho e capital) para gerar um excedente, denominado lucro, bem como satisfazer as necessidades da comunidade e cumprir finalidades sociais, tais como criação de oportunidades de emprego, pagamento de impostos, preservação do meio-ambiente etc. (KASSAI, 1996, p.41).

Muitas vezes, isso ocorre de modo informal, no ambiente familiar ou entre pessoas com as mesmas afinidades, que, a partir de uma idéia, de alguma habilidade, resolvem ganhar dinheiro com a produção, venda ou prestação de serviços. Com o tempo, o “negócio” começa a crescer, a demanda aumenta e é necessário contratar pessoas, alugar imóveis, comprar maiores quantidades de matéria-prima e assim por diante.

A formalização da empresa é o próximo passo (que na verdade deveria ser o primeiro), quando então recebe sua certidão de nascimento, o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ. A partir daí uma série de obrigações passam a fazer parte do cotidiano da empresa e as dificuldades aumentam. É a luta pela sobrevivência.

Estudo do SEBRAE sobre as taxas de sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas (vide item 2.1.2 a seguir para critério de classificação) mostra que, apesar da

fantástica melhora verificada no triênio 2005-2003 em relação ao anterior 2002-2000 (Tabela 1), o percentual de empresas que não consegue passar do quarto ano de vida é muito grande.

Tabela 1 - Taxas de Sobrevivência Consolidadas para o Brasil

Anos de Existência das Empresas	Ano de Constituição Formal das Empresas (Triênio 2002-2000)	Taxa de Sobrevivência (A)	Ano de Constituição Formal das Empresas (Triênio 2005-2003)	Taxa de Sobrevivência (B)	Varição da Taxa de Sobrevivência (B-A)
Até 2 anos	2002	50,6%	2005	78,0%	+27,4%
Até 3 anos	2001	43,6%	2004	68,7%	+25,1%
Até 4 anos	2000	40,1%	2003	64,1%	+24,0%

FONTE: SEBRAE, 2007

Esse é um dos motivos de que vários empreendimentos permanecem na informalidade, em que as pequenas unidades de produção não são constituídas de acordo com as leis vigentes, não há recolhimento de impostos, não se mantém contabilidade, utilizam mão-de-obra familiar e seus eventuais assalariados não são registrados (SANDRONI, 2005, p. 273).

Vale destacar que o tratamento tributário diferenciado “passou a ser a política mais premente para os empresários de cerca de 70% das empresas ativas e extintas” (SEBRAE, 2007, p. 30). Considerando que a maioria dessas empresas está no ramo do comércio (50%) ou da prestação de serviços (38%), que empregam grande quantidade de mão-de-obra, o alívio da contribuição do INSS concedido no SIMPLES justifica essa afirmação.

A diferenciação no tratamento tributário dado às microempresas e empresas de pequeno porte está no art. 179 da Constituição Federal de 1988 (reproduzido abaixo), que nos leva à questão da classificação do porte das empresas.

Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

2.2.2. Critérios de Classificação

São vários os critérios de classificação do porte das empresas. Kassai (1996, p. 77) faz um estudo detalhado dos critérios utilizados no Brasil e em outros países, sendo que a principal

diferença está em se utilizarem critérios quantitativos ou qualitativos ou ainda uma combinação de ambos.

Os critérios quantitativos (econômicos e/ou contábeis) são de mensuração simples, podem ser obtidos com facilidade e permitem análises comparativas objetivas. Geralmente referem-se ao número de empregados, valor do faturamento anual e valor do ativo permanente.

Já os qualitativos (de cunho mais gerencial e social) não são tão mensuráveis devido à complexidade na sua identificação, mas apresentam uma visão mais real (íntima) da empresa. Destacam-se organização e administração incipientes, dificuldades de obtenção de financiamentos, participação e domínio dos respectivos mercados, entre outros.

2.2.3. Número de Empregados

O critério do número de empregados é um dos mais utilizados para classificar as empresas, no Brasil (IBGE, Ministério do Trabalho e SEBRAE) e no exterior (OCDE). Na maioria dos institutos a classificação pode ser resumida assim:

Tabela 2 - Critérios de Classificação do Porte das Empresas por Número de Empregados

Micro	Até 19 pessoas
Pequenas	De 20 até 99 pessoas
Médias	De 100 a 499 pessoas
Grandes	Acima de 500 pessoas

FONTE: IBGE, SEBRAE, OCDE

2.2.4. Faturamento Bruto Anual

Para fins tributários, o que vale é o critério baseado no faturamento bruto anual, utilizado pelas diversas esferas de governo. De acordo com o montante de vendas e serviços prestados, a empresa é classificada em determinado porte e passa a ter tratamento diferenciado ou facilitado, com implicações diretas no valor dos tributos a serem recolhidos e na escrituração a ser adotada. Ao longo dos anos esse tipo de classificação foi muito criticado, principalmente nos períodos de alta inflação, quando os valores limites não eram corrigidos adequadamente.

O congelamento desses parâmetros redundava em aumento de arrecadação sem alteração na legislação.

Atualmente, a Secretaria da Receita Federal do Brasil faz a seguinte classificação, utilizada como limite para a opção dos regimes de tributação, que se adotará neste estudo:

Tabela 3 - Critérios de Classificação do Porte das Empresas por Faturamento Bruto Anual

Micro	Até R\$ 240.000,00
Pequenas	De R\$ 240.000,01 até R\$ 2.400.000,00
Médias	De R\$ 2.400.000,01 até R\$ 48.000.000,00
Grandes	Acima de R\$ 48.000.000,00

FONTE: SRFB, 2007

2.3 A Contabilidade, seu Papel e seus Atores

2.3.1. Objetivos da Contabilidade e a Função do Contador

Segundo Iudícibus (2004, p. 25), o objetivo básico da Contabilidade é “o fornecimento de informações econômicas para os vários usuários, de forma que propiciem decisões racionais [...] envolvendo os aspectos de produtividade e os sociais.”

Já o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON (1992, p. 21), define a contabilidade como:

Um sistema de informação e avaliação, que tem por objetivo prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade, objeto de contabilização.

E detalha:

O sistema de informação é um conjunto articulado de dados, técnicas de acumulação, ajustes e editagens de relatórios que permite:

- a) tratar as informações de natureza repetitiva com o máximo possível de relevância e o mínimo custo;
- b) dar condições para, através de informações primárias constantes do arquivo básico, juntamente com técnicas derivantes da própria Contabilidade e/ou outras

disciplinas, fornecer relatórios de exceção para finalidades específicas, em oportunidades definidas ou não.

Desse modo, percebe-se que os objetivos da Contabilidade vão muito além do simples fornecimento de informações, envolvendo o controle das atividades, a avaliação de desempenho (da empresa e de seus gestores) e o planejamento. Acrescente-se que para ter êxito, também é necessário saber se comunicar.

Em sua tese de doutorado, Weffort (2003, p. 26) salienta a importância desse aspecto da Contabilidade ao descrever:

Uma vez definida a contabilidade, através da avaliação do processo de comunicação e das características da informação (mensagem), é possível notar que esses dois aspectos são indispensáveis e comuns à contabilidade, independentemente do ambiente no qual ela se envolve e atua. Isso significa dizer que em qualquer país, a despeito de suas peculiaridades, a contabilidade preservará esses aspectos, assim como suas atividades essenciais: reconhecimento, mensuração e divulgação dos eventos econômicos das entidades. Essas atividades são claramente complementares e obedecem a uma sequência lógica [...]

A primeira é o reconhecimento, no qual se identifica o evento econômico a ser registrado. Trata-se, fundamentalmente, de definir o momento (ou circunstâncias) em que o evento deve ser reconhecido contabilmente. Uma vez reconhecido, torna-se necessário quantificar o evento, ficando a cargo da mensuração atribuir valor. Ao final, ocorre a divulgação ou evidenciação, processo pelo qual as mensurações dos eventos reconhecidos são transmitidas para os usuários, internos ou externos.

Iudícibus (2004, p. 28) reforça esse entendimento ao observar que a Contabilidade “[...] pode ser conceituada como o método de identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação.”

Conforme disse Santos (1993, p. 25), ao estabelecer qual dos dois tipos básicos de usuários das informações contábeis (interno – “que as utiliza como ferramenta de trabalho ou como instrumento de gerência que o auxilia na condução e operação da empresa”; ou externo – “que busca verificar nas informações contábeis dados que possam auxiliá-lo em suas decisões ou até para obtenção de simples informações”) deve ser privilegiado:

Todos os tipos de usuários são importantes, porém quer nos parecer que se apenas um usuário tivesse que ser escolhido para ter acesso às informações contábeis esse teria que ser o ‘usuário interno’. Não conseguimos conceber que, por exemplo, um empresário possa manter toda a estrutura necessária para a obtenção das informações contábeis, apenas para recolher impostos aos cofres do Estado.

Assim, a preocupação fundamental da Contabilidade deve ser a de fornecer informações para os gestores das empresas, sejam elas grandes ou pequenas. Nesse sentido, o contador passa a ser a peça fundamental nesse sistema.

Kassai (1996, p. 120) conclui que o papel a ser desempenhado pelo contador da pequena empresa não difere muito do das grandes empresas. Pode ser resumido na “responsabilidade pela estruturação de um sistema de informações de apoio à decisão, de forma a auxiliar a empresa na busca pela melhor utilização de recursos ou seja, o alcance da eficácia empresarial.”

A formação dos contadores tem sido uma preocupação constante dos organismos internacionais, inclusive com a proposta de um Currículo Mundial pela ISAR/UNCTAD/ONU, bem como das instituições de ensino de diversos países (RICCIO e SAKATA: 2004, p. 36).

Segundo Weffort (2003, passim), os crescentes esforços desenvolvidos na direção da redução das diferenças entre as práticas contábeis internacionais têm esbarrado em alguns fatores (culturais, institucionais, características e necessidades dos contadores e dos usuários), que podem auxiliar ou dificultar uma adaptação local. Um dos mais importantes é o sistema educacional profissional, que se não tiver êxito em capacitar os contadores a utilizarem as normas adotadas - harmonização de direito, não obterá sua efetiva aplicação na prática - harmonização de fato.

Um passo nessa direção ocorreu, no Brasil, com a publicação da Lei nº 11.638/07, que introduziu importantes modificações no capítulo referente às demonstrações contábeis das Sociedades Anônimas, tendo como principal objetivo a harmonização e atualização das normas contábeis brasileiras com os pronunciamentos internacionais emitidos pelo *International Accounting Standards Boards* (IASB), no intuito de dar mais transparência e credibilidade aos diversos usuários das informações contábeis.

Fica clara, portanto, a necessidade de os profissionais contábeis estarem preparados e atualizados, para enfrentar os novos desafios que se apresentam, uma vez que a tendência é dar mais autonomia às empresas na elaboração de suas demonstrações financeiras, com uma

clara separação do que deve ser apresentado aos órgãos que fiscalizam a arrecadação de impostos.

2.3.2. Influência do Fisco

Não é de hoje que a influência das normas da legislação fiscal sobre a Contabilidade tem sido criticada. Iudícibus (2004, p. 40) é enfático ao responsabilizar a falta de discussão dos princípios contábeis e das boas técnicas de contabilidade pela confusão mental dos contabilistas, que, na falta de parâmetros teóricos, aceitam os fiscais.

Hendricksen e Van Breda (1999, P. 24) argumentam que “embora as leis fiscais tenham acelerado a adoção de boas práticas contábeis e, portanto, provocado uma análise de procedimentos e conceitos contábeis aceitos, também têm representado um obstáculo à aceitação da boa teoria.”

Marion (1987, p. 30) critica a distorção da função do contador, principalmente nas pequenas empresas, ao estar voltada, exclusivamente, para satisfazer as exigências do Fisco.

Já Hopp e Leite alertam que “o problema da contabilidade atual tem sido a sua exclusiva preocupação com o lucro do exercício social, principalmente pela pressão exercida por dois usuários de seus demonstrativos: o acionista, interessado no lucro/ação e nos dividendos; e o governo, interessado no lucro tributável”.

Iudícibus, Martins e Carvalho (2005, p. 10), também, criticam a influência do Fisco na Contabilidade:

No entanto, embora seja inegavelmente nobre a função arrecadadora do Estado para que possa cumprir o mandato que a sociedade lhe confere, há que seguir contestando e refutando o excesso de intromissão governamental determinando à contabilidade práticas, métodos e regras, que, para atingir o objetivo admitido – computar a base de arrecadação – resvale ferindo objetivos que não lhe são próprios, como a medição do desempenho empresarial na ótica do sócio ou credor. O ramo tributário do leque de especializações contábeis não deve ter o direito de conspurcar outros ramos, como o da Contabilidade Financeira ou Societária, por exemplo.

Neste trabalho, está-se interessado na influência que a simplificação instituída pelo Governo para as médias empresas tem acarretado na escolha das formas de tributação. A possibilidade

de escriturar apenas o Livro Caixa na opção pelo Lucro Presumido, dispensando a Contabilidade, muitas vezes leva ao pagamento maior de tributos.

Ferreira Neto (2002, p. 38), em sua dissertação de mestrado, alertou que “as pequenas empresas podem ter sistemas menos complexos para a geração de informações, mas a dispensa do sistema de informação as expõe ao risco de perder o controle e a capacidade de planejar [...]”, pois “[...] passam a desconhecer a própria realidade.” Acrescenta-se: o mesmo se aplica às médias empresas que adotam a simplificação e não fazem a Contabilidade.

2.3.3. Situações Não-Tributárias (Legislação Comercial e Civil)

Além das consequências tributárias da não elaboração da Contabilidade, outros aspectos não-tributários merecem ser lembrados.

O primeiro delas diz respeito à legislação comercial que, em nenhum momento, dispensou a elaboração dos registros contábeis.

Além disso, o novo Código Civil (Lei nº 10.406/2002), em seus arts. 1.179 a 1.195, obriga os empresários e as sociedades empresárias, a seguirem um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico. O livro Diário é dito indispensável e deve ser autenticado. Somente o empresário rural e o pequeno empresário estão dispensados. Como a dispensa para as empresas que optam pelo Lucro Presumido só vale para fins fiscais, elas podem ter problemas em caso de eventual decretação de falência, porque poderá ser caracterizada como fraudulenta.

E vale lembrar que as instituições financeiras, geralmente, exigem os balanços e as demonstrações de resultados para análise, no caso de concessão de empréstimos.

2.3.4. Obrigação do Empresário

É obrigação do empresário conhecer os aspectos tributários do seu negócio. Considerando a carga tributária vigente em nosso país por volta de 37% do PIB, não saber quais as

possibilidades em termos de formas de tributação é suicídio empresarial. Não adianta querer saber apenas o valor do DARF e reclamar dos impostos. Não se entende como um empresário gasta tempo e energia barganhando pequenos descontos em suas compras e não quer “perder” algumas horas analisando as opções tributárias, que envolvem valores muito mais significativos.

Vale ressaltar a crítica de Marion (1987, p. 29) aos empresários por sua omissão:

Ouvimos empresários que criticam a carga tributária, os encargos sociais, a falta de recursos, os juros altos, etc., fatores estes que, sem dúvida, contribuem para debilitar a empresa. Entretanto, descendo a fundo nas nossas investigações, constatamos que, muitas das vezes, a “célula cancerosa” não repousa nas críticas, mas na má gerência, nas decisões tomadas sem respaldo, sem dados confiáveis. Por fim observamos, nesses casos, uma contabilidade irreal, distorcida, em consequência de ter sido elaborada única e exclusivamente para atender às exigências fiscais.

2.3.5. Contabilidade e Planejamento Tributário

Segundo Shingaki (2006, p. 29):

O planejamento tributário é a escolha de alternativas de ações ou omissões lícitas, portanto, não (dis)simuladas e sempre anteriores à ocorrência dos fatos geradores dos tributos, que objetivem direta ou indiretamente a redução desses ônus diante de um ato administrativo ou fato econômico.

Campos (1984, p. 13) defende que o planejamento tributário se baseia no princípio de que “todos os contribuintes têm o direito de ordenar os seus negócios de forma que paguem o mínimo de tributos em face da legislação correspondente.” E afirma que “esse é um axioma jurisprudencialmente imposto na Inglaterra (C.I.R. v. Duke of Westminster) e nos EUA (Helvering v. Gregory).”

Já Latorraca (1983, p. 19) diz que o objetivo do planejamento tributário é a economia tributária, na qual o administrador, cotejando as opções legais, procura orientar os seus passos de forma a evitar, sempre que possível, o procedimento mais oneroso do ponto de vista fiscal. O contribuinte deve, portanto, “antecipar-se ao fato, prevendo sua ocorrência” e “adotar um procedimento lícito para evitar a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária ou adotar uma alternativa legal que esteja ao seu alcance para reduzir a carga tributária.”

Por fim, Borges (1998) esclarece que a elaboração de um planejamento tributário se inicia com o levantamento de dados pertinentes às operações industriais, comerciais ou de serviço e isso se dá mediante entrevistas formais com os profissionais responsáveis pelas atividades das empresas, bem como mediante pesquisas e análises dos documentos e livros fiscais.

Considerando, apenas, a forma lícita de economizar tributos (elisão fiscal), a Contabilidade é uma das principais ferramentas de planejamento tributário disponível. A partir de uma escrituração contábil bem feita, é possível optar pela forma mais adequada de tributação, específica para cada empresa. São muitas as possibilidades legais de se diminuir o montante de tributos a recolher. Como se verá ao longo deste estudo, nem sempre a forma mais simples é a menos onerosa.

2.4 Formação e Evolução do Sistema Tributário Nacional

2.4.1. Finanças Públicas

Segundo Vasconcellos e Garcia (2003, p. 188):

A partir dos anos 20, devido particularmente aos elevados níveis de desemprego observados nos países capitalistas, o Estado acrescentou às suas funções tradicionais de justiça e segurança a de ofertante de bens públicos – eletricidade, saneamento, rodovias, ferrovias, portos, etc.

A necessidade da atuação econômica do setor público prende-se à constatação de que o sistema de preços não consegue cumprir adequadamente algumas tarefas ou funções.

Essas funções, que são realizadas pelo Estado, podem ser divididas em três categorias (MUSGRAVE e MUSGRAVE, 1976, p. 6; VASCONCELLOS e GARCIA, 2003, P. 190):

Função Alocativa: Alguns bens (públicos) não podem ser fornecidos pelo mercado de maneira adequada, tendo, então, que ser supridos pelo Estado. Sua principal característica é a impossibilidade de se excluírem determinados indivíduos de seu consumo, uma vez delimitado o volume de produção. Por exemplo, se alguém compra um sapato, ele não está mais disponível para os outros (é um bem rival, de consumo excludente); mas, quando o

consumo de um indivíduo não diminui a quantidade a ser consumida pelos demais (bem não rival), como a respiração de um “ar menos poluído”, então, o bem é público e deve ser responsabilidade do Estado fornecê-lo.

Função Distributiva: A questão da distribuição da renda é uma das mais difíceis de serem realizadas e está ligada diretamente à tributação e às políticas de transferência. Se o mercado funcionar livremente, essa distribuição dependerá da produtividade de cada indivíduo, mas “sofrerá influência das diferentes dotações iniciais de patrimônio.” Por meio de uma estrutura tarifária progressiva, em que os indivíduos mais ricos pagam uma alíquota maior de imposto ou pela combinação de impostos sobre produtos adquiridos por pessoas mais ricas com subsídios para o consumo de produtos adquiridos pelos de menor renda, é possível ao Estado realizar essa função.

Função Estabilizadora: Está relacionada com a intervenção do Estado na economia, para manter ou atingir objetivos de baixo desemprego, estabilidade de preços e uma taxa de crescimento econômico aceitável. É feita mediante política fiscal, monetária, cambial, comercial e de rendas.

Já Stiglitz (1986, p. 21) reconhece que as atividades governamentais descritas por Musgrave nas três vertentes não podem ser compartimentalizadas, pois estão entrelaçadas.

Para poder arcar com as funções descritas acima, o governo precisa gerar recursos, o que é feito por meio da arrecadação de tributos. Não há uma definição do que vem a ser um sistema tributário ideal, embora Stiglitz e Walsh (2003, p. 269) afirmem que “há um amplo consenso sobre os cinco princípios de um bom sistema tributário”, a saber:

Justiça - Para a maioria das pessoas, o primeiro critério é justiça. Mas nem sempre é fácil definir o que seja justiça dos tributos. Ao tentar definir justiça, os economistas concentram-se em dois princípios: **equidade horizontal**, que diz que os indivíduos em situações idênticas ou similares deveriam pagar impostos idênticos ou similares e **equidade vertical**, que diz que pessoas em melhor situação deveriam pagar impostos mais altos.

Eficiência – O segundo critério de um bom sistema de impostos é a eficiência. O sistema tributário deveria interferir o mínimo possível na maneira como a economia

aloca recursos e deveria arrecadar receita com menor custo para o contribuinte. Impostos muito altos desencorajam o trabalho e a poupança e assim interferem na eficiência da economia. Impostos que selecionam certos bens para serem tributados – como, nos Estados Unidos, o imposto seletivo sobre a venda de perfume, barcos e passagens aéreas – desencorajam as pessoas de comprar tais bens e, portanto, também interferem na eficiência [...]

Simplicidade Administrativa – O terceiro critério é simplicidade administrativa. É dispendioso – tanto para o governo como para os que são obrigados a pagar impostos – arrecadar impostos e administrar os sistema tributário. Fora o que custa manter as instituições governamentais a cargo da arrecadação e fiscalização, bilhões de horas são gastas todo ano preenchendo os formulários de impostos [...] Finalmente, com um bom sistema tributário, deveria ser difícil a evasão fiscal.

Flexibilidade – O quarto critério é a flexibilidade. Como as circunstâncias econômicas mudam, pode ser desejável mudar as alíquotas de imposto (sic). Com um bom sistema tributário, deveria ser relativamente fácil fazer isso.

Transparência – O quinto critério é a transparência. Um bom sistema tributário é aquele em que se pode saber exatamente quanto cada pessoa está pagando de impostos

Antes de se examinar como esses critérios estão delineados na legislação tributária brasileira, far-se-á uma breve retrospectiva da formação e da evolução do nosso sistema tributário.

2.4.2. Origens e Formação do Estado Brasileiro

Para entender o complexo sistema tributário nacional, há que se ter em mente toda a formação do Estado Brasileiro, desde seu nascimento, no ano de 1500, até a recente Constituição de 1988. Nas palavras de Cony (*In: AMED e NEGREIROS, 2000, p. 14*) “a história do tributo é, de certa forma, a própria história universal”.

A origem dos tributos remonta aos primórdios da Antiguidade e está relacionada com o aparecimento do Estado, com todo seu aparelhamento (administração pública, força militar e obras públicas), inicialmente ligado ao caráter divino do poder político (na forma dos dízimos), justificando a cobrança com a proteção que os soberanos davam aos súditos em caso

de conflitos, ou, muitas vezes, imposto como forma de indenização paga aos vencedores das guerras pelos povos vencidos.

São encontradas descrições de regimes tributários nos escritos de Heródoto, há mais de quatro mil anos antes da Era Cristã, bem como sistemas utilizados por Faraós, Gregos, Romanos e Reis da Idade Média (FERREIRA, 1986, p. 14).

No caso brasileiro, as expansões ultramarinas do final do século XVI, que tinham como objetivo alargar as fronteiras econômicas dos países descobridores, com novos comércios e novas fontes de renda, explicam o caráter exploratório que, inicialmente, se instalou no Brasil-Colônia.

Segundo Amed e Negreiros (2000, p. 24), o desenvolvimento do sistema tributário nacional pode ser dividido em três fases:

BRASIL-COLÔNIA – 1500 → 1822

No período Pré-Colonial (1500-1530), foi utilizada a legislação existente na Coroa Portuguesa e a tributação recaiu na principal atividade econômica da época, que consistia na extração do pau-brasil. Já durante a colonização (1530 – 1580), a produção de açúcar não-refinado permitiu a geração de riquezas e a cobrança de novas taxas para sustentar funcionários administrativos vindos de Portugal, bem como para o pagamento de forças militares mercenárias para expulsar os inimigos invasores (ingleses, holandeses, franceses ou espanhóis).

Entre 1580-1640, houve a União Ibérica, com a Coroa Espanhola controlando a Coroa Portuguesa (e legalmente o Brasil), diminuindo a presença lusitana e a posterior Restauração Portuguesa (1640-1700), que custou caro ao país ibérico. Além da perda de seu império colonial na África e na Ásia, os cofres estavam vazios e a única saída foi explorar a colônia com grande opressão fiscal. A expulsão dos holandeses, que foram produzir açúcar nas Antilhas a um custo menor, resultou num processo de cobrança de taxas visando à contratação de tropas mercenárias. O preço mais atrativo ao mercado europeu do açúcar holandês levou à crise da atividade açucareira no Brasil e impôs a tarefa de procurar metais e pedras preciosas, realizada pelos bandeirantes.

No século seguinte (1700-1808), ocorre o momento de maior opressão colonial sobre o território brasileiro. Ao mesmo tempo em que se descobriu ouro em Minas Gerais, Portugal vinculou-se como “nação economicamente dependente” aos ingleses, com o Tratado de Methuem (1703) impondo uma balança comercial permanentemente desfavorável aos portugueses. Identifica-se, então, a montagem de um sistema tributário especial, principalmente na região mineradora, com várias mudanças na tributação à medida que a arrecadação caía. A ferocidade aumentou no período de decadência da produção (1750) e seu melhor exemplo é a “Derrama”, cobrança periódica de impostos atrasados. Chegou-se ao ponto de a política tributária não levar em conta a capacidade contributiva dos colonos e criar impostos fixos, per capita.

E com a vinda da Família Real e da Corte Portuguesa (1808-1822), veio, também, o acréscimo de novas formas de impostos para sustentar os elevados gastos da elite lusitana.

BRASIL-IMPERIAL – 1822 → 1889

O 1º Império (1822-1831) trouxe poucas mudanças no processo tributário, com as rendas do erário sendo provenientes principalmente das taxas alfandegárias. Já o Período Regencial (1831-1840) foi caracterizado pelas disputas entre a centralização e a descentralização político-administrativa, com várias revoltas motivadas pela questão tributária.

Até 1870, a base da economia (e da tributação) continuava a ser as exportações, a partir da exploração crescente da mão-de-obra escrava. Os efeitos da Lei Eusébio de Queirós de 1850 (que pôs fim ao tráfico negreiro internacional) começaram a serem sentidos no Brasil e os capitais investidos na compra de escravos foram deslocados para outros setores da economia. Os espaços urbanos receberam novos investimentos e equipamentos e teve início a imigração para suprir a ausência de escravos. O setor econômico mais avançado passou a ser o dos cafeicultores paulistas, no qual predominava o trabalho assalariado, fazendo surgir novas formas de tributação.

BRASIL-REPUBLICANO – 1889 → atual

Com o fim da monarquia, as oligarquias cafeeiras influenciaram fortemente a política econômica e, consequentemente, a tributária, visando a seu próprio benefício. A constituição de 1891 determinou o domínio fiscal da União e dos Estados, separando as competências exclusivas de cada um (num modelo embrionário do que se tem hoje) e já estabelecendo o problema da bi-tributação das mercadorias.

Na Era Vargas (1930-1945), ocorreu uma forte centralização e buscou-se criar condições para um desenvolvimento baseado na industrialização. A importação de máquinas foi facilitada e a de mercadorias (que poderiam ser produzidas no país) dificultada. A complexidade das atividades econômicas foi aumentando, fazendo com que a política tributária se sofisticasse também. Posteriormente, aparece a figura das isenções fiscais, com a criação da SUDAM e da SUDENE e com os benefícios oferecidos pelo governo JK para as montadoras se instalarem no Brasil (1956-1960).

O Regime Militar (1964-1985), também, apresentou crescimento na economia. Trata-se de um momento contemporâneo, com um grande número de impostos diretos e indiretos, bem como isenções fiscais que beneficiaram grandes grupos econômicos. O CTN – Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25/10/66), que dispôs sobre o sistema tributário nacional e instituiu normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios, é desse período.

Com a redemocratização do país (após 1985) e a Constituição de 1988, o problema tributário passou a ser debatido pelos vários setores sociais, inclusive com vários questionamentos judiciais. Há que se destacar o aumento elevado na carga tributária (vide Gráfico 1), principalmente a partir do início da década de 1990, com a concentração da arrecadação nas mãos da União, por meio da criação e do aumento das alíquotas das chamadas Contribuições Sociais (CSLL, PIS, COFINS, CPMF e CIDE), cujo montante não é dividido com os Estados e Municípios como ocorre com os impostos.

A esse respeito, em estudo do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal, Hickman e Salvador (2007, p. 21) apontam:

A carga tributária brasileira aumentou muito nos últimos anos, saltou de 28% para 37% do PIB, no período de 1996 a 2005. Após o salto de 6,39 pontos do PIB, no período de 1995 a 2002, a carga tributária apresenta uma relativa estabilidade nos

últimos anos (Gráfico 1), sem contudo mudar a estrutura de sua distribuição. De fato, já é mais alta que a de muitos países centrais. Mas o Brasil, ao contrário dos países desenvolvidos, tira a maior parte de sua receita de tributos indiretos e cumulativos, que oneram mais o trabalhador e a classe média, pois tem uma alta carga tributária sobre o consumo - mais de metade da carga provém de tributos que incidem sobre bens e serviços - e uma baixa tributação sobre a renda - 25% . Situação inversa é a estrutura tributária dos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): os impostos sobre o consumo representam 32,1%, em média; o imposto sobre a renda 35,4%.

Gráfico 2 - Evolução da Carga Tributária – 1995 a 2005

Carga Tributária - União, Estados e Municípios (% do PIB)

FONTE: Departamento de Estudos Técnicos do UNAFISCO SINDICAL, 2007

Cabe, ainda, ressaltar a mudança ocorrida no cálculo do PIB nacional em 2005 (cuja base foi o ano de 2000), que afeta, especialmente, o setor de serviços, como administração pública, serviços financeiros, serviços de informação e aluguéis. Trabalha com mais fontes de informação e leva em consideração 110 produtos (antes eram 80) e 56 atividades econômicas (contra 43 da metodologia passada). O novo método para contabilizar o desempenho da economia brasileira passou, ainda, a utilizar como fontes de dados as pesquisas anuais setoriais da Indústria, Comércio e Construção Civil do IBGE e as receitas declaradas das empresas à Receita Federal (UOL, 2007).

Assim, o PIB aumentou 7,1% em 2000, 8,6% em 2001, 9,8% em 2002, 9,2% em 2003, 9,9% em 2004 e 10,9% em 2005. Não fosse isso, a carga tributária seria ainda maior.

2.4.3. Princípios Básicos

Leitão Neto (1998, p. 25) descreve o sistema tributário como “uma complexa forma de manifestação do Estado”, que deve ser compreendido como o “resultado de um somatório de forças antagônicas”, que “se colocam no âmbito político e no contexto econômico”. E sintetiza sua evolução:

A evolução histórica do sistema tributário levou à substituição da pilhagem e da extorsão, característica do sistema primitivo, pela tentativa de estabelecimento de um conjunto de regras, no sentido de dar um conteúdo de cidadania à contribuição individual ao fisco. Portanto, os sistemas tributários evoluíram, baseados em dois pilares; o primeiro foi a idéia de justiça na contribuição de cada cidadão ou seja, a busca da equidade, o segundo, a diretiva de não prejudicar o aparelho econômico, através da retirada de recursos, que se convencionou chamar de neutralidade.

Carvalho (1988, p. 70) ensina que o ordenamento jurídico pode ser visto como um sistema de normas de comportamento e de estrutura, concebido para motivar e alterar a conduta do homem no seio da sociedade. Dessa forma, é composto por vários subsistemas que se “entrecruzam em múltiplas direções, mas que se afunilam na busca de seu fundamento último de validade que é a Constituição do Brasil.”

A Constituição Federal de 1988 é considerada de categoria rígida, isto é, sua alteração exige um procedimento mais solene e complexo do que as leis ordinárias, o que, muitas vezes, representa uma garantia àqueles que lhe devem obediência. O subsistema tributário nacional é, pois, submisso à Carta, o que cerca o legislador infraconstitucional de limitações e vedações, materializadas nos princípios tributários, que visam proteger o contribuinte, seu patrimônio e a ordem econômica (CARVALHO e MURGEL, 2000, p.10).

Os princípios são linhas diretivas que informam e elucidam a compreensão de normas. Algumas vezes constam de maneira expressa e, em outras, são implícitos. São vários os princípios gerais e os tributários, sendo os relevantes discriminados a seguir:

1) **Princípio da Estrita Legalidade** – Está expresso no art. 150, inciso I da Constituição Federal de 1988, segundo o qual é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos

Municípios, exigir ou aumentar tributo sem que lei o estabeleça. Cabe ressaltar o sentido formal dado à lei, não sendo incluídos, nesse conceito, regulamentos, portarias e instruções (podem apenas esclarecer interpretações, mas não criar obrigações tributárias).

2) **Princípio da Igualdade** – Também do art. 150, mas no inciso II, esse princípio proíbe o tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.

3) **Princípios da Irretroatividade e da Anterioridade** – Constam do inciso III, alíneas “a” e “b” do mesmo artigo e vedam a cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado, bem como no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada.

Martins (1989, p. 138) comenta:

Sem a irretroatividade, a anterioridade seria inútil, posto que uma lei criada em 31 de dezembro poderia ser aplicável em 1º de janeiro, isto é, 24 horas depois, sem falar na utilização de expediente, já com foros de tradição em nosso país, de se produzir uma lei em pleno mês de janeiro, publicando-a no dia 31 de dezembro, com o curioso recurso de se atrasar a veiculação do *Diário Oficial*.

4) **Princípio da Capacidade Contributiva** – Presente no art. 145, § 1 da Constituição Federal de 1988, diz que os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte. Aí estão incluídos os critérios de progressividade, generalidade e universalidade dos tributos.

Segundo Carvalho e Murgel (2000, p.19):

Tem como escopo a determinação de nível ideal de tributação, que permita que o Estado garanta sua existência com a obtenção de recursos provenientes dos contribuintes, sem, no entanto, exaurir os recursos destes, que devem ter suas necessidades de subsistência preservadas, para que não sejam destruídos [...] Se para um contribuinte rico pagar 10% de sua renda ao Estado pode parecer sacrificante, quanto mais para aquele que não auferir muita renda.

Outro conceito apresentado por Conti (1996, p. 73), ao analisar a questão da progressividade no princípio da capacidade contributiva, diz respeito à **equidade**, definida como “a muleta da justiça e um complemento indispensável da justiça formal, sempre que a aplicação deste se mostre impossível.” Chega, inclusive, a dividi-la em duas espécies para sua análise:

Equidade horizontal pode ser entendida como a tributação dos indivíduos que estejam na mesma posição em termos de capacidade contributiva, de modo a fazer com que seja igual a tributação de indivíduos com idêntica capacidade contributiva... Obtém-se mediante a aplicação de um imposto proporcional à capacidade econômica de cada contribuinte.

Em outras palavras, pessoas com a mesma renda, ao pagarem os mesmos tributos, sofrem o mesmo sacrifício ou abrem mão da mesma utilidade.

Já a implementação da equidade vertical apresenta dificuldades muito superiores à equidade horizontal. Isto porque visa estabelecer a melhor distribuição do ônus tributário entre contribuintes com capacidades econômicas diferentes.

O aumento na tributação mais do que proporcional ao aumento da capacidade contributiva é denominado tributação progressiva.

5) Princípio do Não-Confisco – Reitera o princípio anterior e também está disposto no art. 150, em seu inciso IV.

Novamente Martins (1989, p. 140) ensina:

Não é fácil definir o que seja confisco, entendo eu que sempre que a tributação agregada retire a capacidade de o contribuinte se sustentar e se desenvolver (ganhos para suas necessidades essenciais e ganhos a mais do que estas necessidades para reinvestir ou se desenvolver), estaremos diante do confisco.

Já Machado (2008, p. 41) faz questão de separar a multa do tributo quando da aplicação desse princípio:

Porque constitui receita ordinária, o tributo deve ser um ônus suportável, um encargo que o contribuinte pode pagar sem sacrifício do desfrute normal dos bens da vida. Por isto mesmo é que não pode ser confiscatório. Já a multa, para alcançar a sua finalidade, deve representar um ônus significativamente pesado, de sorte a que as condutas que ensejam sua cobrança retem efetivamente desestimuladas. Por isto mesmo pode ser confiscatória.

2.4.4. Simplicidade x Complexidade

Desde 1981, Hall e Rabushka tem defendido a adoção da “*flat tax*” pelo governo dos Estados Unidos da América, mas apesar de ter sido discutido em diversas comissões do Congresso Americano, a idéia não prosperou. Segundo os autores, todos os rendimentos seriam taxados uma única vez a uma alíquota de 19%, com isenção para rendimentos até US\$ 25.500 (para famílias de quatro pessoas). Com isso, eles acreditam que seriam eliminadas as distorções na tributação dos negócios (como, por exemplo, os prazos para depreciação de ativos), além de reduzir, consideravelmente, a alíquota do imposto de renda da pessoa jurídica (na época em 35%) e eliminar a dupla tributação e a tributação sobre os dividendos e os ganhos de capital. Em suas palavras: “Nossa ‘*flat tax*’ segue o princípio da tributação do consumo: pessoas são tributadas pelo que retiram da economia, não pelo que põem.”¹

Mitchell (2007), defensor dessa tributação única, salienta que já são 17 países e jurisdições em todo o mundo que possuem alguma forma de “*flat tax*” (em 2008 esse número pulou para 24). A grande maioria encontra-se no Leste Europeu e devido à entrada na União Européia, necessitaram tornar suas economias e políticas fiscais mais competitivas (PIRES, 2008).

Essa busca pela simplicidade também tem ecos no Brasil. O imposto único, que substituiria todos os tributos existentes nos três níveis de governo, incidiria sobre movimentações financeiras (a exemplo da CPMF).

Em artigo baseado em sua dissertação de mestrado, Garcia (1994) analisou as características do Imposto Único Sobre Transações (IUT) e seu impacto sobre os preços finais, a receita advinda com a sua aplicação e o grau de regressividade do sistema com a sua implantação. Tal estudo foi feito com base no imposto único defendido por Albuquerque (1991) e foi, assim, resumido:

A alíquota deste imposto seria de 2% sobre o valor de cada transação ocorrida no sistema bancário dividida igualmente em 1% para o devedor e 1% para o credor. Para evitar que as transações efetuadas em moeda corrente ficassem isentas, Albuquerque propõe uma alíquota diferenciada de 4% sobre todo o saque ou depósito de moeda corrente no sistema bancário. Assim, toda vez que ocorresse um pagamento de um agente econômico a outro, dentro do sistema bancário, i.é, através

¹ Our flat tax adheres to the principle of a consumption tax: people are taxed on what they take out of the economy, not on what they put in.

da emissão de um cheque, ordem de pagamento, saque eletrônico etc., estará caracterizada a transação e, sobre este fato gerador incidiria o imposto (Cunha, 1992, p. 10).

Pela proposta de Albuquerque, todos os impostos que apresentassem características fiscais ou seja, impostos cuja finalidade principal é de arrecadação de recursos deveriam ser substituídos pelo Imposto Único. Permaneceriam apenas os tributos que têm características extrafiscais ou seja, tributos que não tenham apenas a finalidade arrecadatória, sendo também instrumentos de regulação econômica ou estejam vinculados à prestação de serviços. Assim, impostos como o Imposto Territorial Rural (ITR) e o Imposto sobre comércio exterior não seriam extintos, pois atuam de maneira importante na regulação das atividades econômicas. Do mesmo modo, o Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU) permaneceria, pois historicamente tem se caracterizado como imposto vinculado à prestação de serviços públicos locais.

Por fim concluiu que:

[...] apesar dos resultados desfavoráveis verificados, é inegável algumas vantagens que se teria com a implantação do IUT. Virtudes como simplicidade, clareza e baixo custo de arrecadação certamente seriam advindas com a sua aplicação. Entretanto, estas virtudes, apesar de serem pretendidas em todos os sistemas tributários modernos, não se fazem suficientes para atender um sistema tributário mais justo e equânime.

Analisando a questão do imposto único, Leonetti (2003) destaca que apesar dos “atraentes predcados (os contribuintes brasileiros livrar-se-iam do incômodo de pagar diversos tributos, em datas diferentes, em datas diferentes, a pessoas diferentes, por meios de documentos diferentes e, às vezes, em bancos diferentes), a eventual adoção do imposto único revelar-se-ia, a meu ver, absolutamente desastrosa para o país.”

A crítica se dá em quatro pontos básicos:

- Precisa estar alicerçado em princípios e critérios que garantam que a contribuição individual de cada um leve em conta sua capacidade econômica, de forma que o peso da carga tributária seja equanimamente dividido entre os contribuintes. Deve-se procurar, na cobrança dos tributos, que aqueles que podem mais, paguem mais, levando-se em conta a situação econômica

individual do contribuinte (patrimônio, rendimentos e despesas). Quebrar esta regra significa ferir de morte o próprio princípio da igualdade entre as pessoas, previsto na Constituição;

- Não permitiria que determinadas parcelas dos rendimentos da pessoa fossem deduzidas, para fins de tributação, eis que o tributo incidiria sobre TODO o seu salário. Eventuais gastos excepcionais que o contribuinte tenha, como despesas com saúde, educação, pagamento de pensão judicial, etc., também não poderiam ser abatidos;
- Não se poderia mais, por exemplo, manejar-se as alíquotas dos impostos de circulação, como o IPI e o ICMS, para se estimular (ou desestimular) o consumo de determinados produtos ou serviços, como aqueles que compõem a chamada “cesta básica”;
- Daria ao sistema bancário nacional, majoritariamente controlado pela iniciativa privada, um poder político enorme, de vez que a ele caberia arrecadar e administrar o tributo, que seria a ÚNICA fonte de recursos do Poder Público. A autonomia dos Estados e dos Municípios, garantida pela Constituição, também seria seriamente arranhada, de vez que estes dependeriam do repasse de recursos da União, frequentemente sujeitos a injunções político-partidárias.

Uma visão de quem já esteve no comando do órgão responsável pela arrecadação e fiscalização do país é dada por Maciel (2008):

Alguns países, notadamente os da Europa Oriental, radicalizaram na opção pela simplificação, ao acolherem o flat tax, como forma de tributação da renda. Tal modelo estabelece que a renda será tributada pela simples incidência de uma alíquota sobre os rendimentos brutos, sem tomar em conta qualquer dedução ou classes de renda. Nega peremptoriamente a aplicação do princípio da progressividade, para remetê-lo à política de gastos. No caso brasileiro, apenas a título de exercício, por tratar-se de tese francamente inconstitucional, a alíquota do imposto de renda das pessoas físicas seria de 8,5%.

Creio que essa solução é demasiado radical, por isso vejo-a com muitas reservas. Não posso, entretanto, deixar de reconhecer que ela representa uma reação contra o que generalizadamente se entende como o caos tributário.

Nos últimos anos, percebo mudanças na legislação brasileira que apontam na direção contrária à simplificação tributária, cujas consequências não foram ainda devidamente aquilatadas.

O Simples representou um notável progresso na tributação das pequenas e médias empresas[...]

O que deveria ser objeto de comemoração converteu-se em motivo para lamentação. O Simples nacional é de uma extraordinária complexidade. Gerou uma pavorosa forma de apuração do tributo, a ponto de o legislador desculpar-se na própria lei, com a promessa de disponibilizar para os contribuintes um sistema eletrônico para simplificar (!) o cálculo do valor devido [...]

A conclusão a que se chega é de que a simplificação em termos de quantidade de tributos, uniformização de datas e formas de recolhimento e maior clareza quanto aos valores efetivamente pagos pelos contribuintes deve ser um objetivo a ser alcançado. Todavia, uma solução radical de se usar um único imposto para tributar, renda, patrimônio e consumo, parece, no mínimo, inadequada, uma vez que contraria os princípios constitucionais da igualdade e da capacidade contributiva.

2.4.5. Administração Tributária

Toda vez que se analisa um sistema tributário há que se levar em conta as condições de administração tributária e os custos referentes à arrecadação e fiscalização. Para os contribuintes, isso se torna de relevada importância, pois um acúmulo de obrigações tributárias poderá gerar custos administrativos expressivos. Como consequência, surgem formas alternativas de cobrança, substituição, estimativa e antecipação, que podem alterar as proposições iniciais desses sistemas (LEITÃO NETO, 1998, p.30).

Para que a Administração tributária seja efetiva, é necessário o cumprimento voluntário das obrigações tributárias e a percepção do risco em sonegar. Assim, não basta que a máquina fiscalizadora seja eficiente e que se tenha uma legislação punitiva bem elaborada (que não é o caso brasileiro), vários fatores que incentivam a sonegação, tais como número excessivo de tributos, alíquotas elevadas e lentidão na restituição de tributos, devem ser considerados. Sem contar o total descabro na aplicação dos recursos arrecadados, que cria uma animosidade generalizada em relação ao pagamento de tributos.

Tem-se sido testemunha da informalidade que assola este país, com a pirataria espalhada por todas as regiões, muito em função das dificuldades impostas pela legislação fiscal nacional (que carece de uma progressividade mais suave), mas fruto, também, da priorização dada à arrecadação (com diminuição das penas para os sonegadores) e da impunidade que nosso sistema Judiciário (lento e inoperante) transmite.

2.4.6. Federalismo e Tributação

O Federalismo tem como meta uma situação em que exista equilíbrio de população, riqueza, território e poder entre os diversos entes autônomos. Quando se possui um grande território, as disparidades regionais devem ser corrigidas mediante mecanismos de cooperação (CONTI, 2004, p. 10).

Nos últimos anos, com especial ênfase no período pós-Plano Real, as preocupações com a macroeconomia comandaram as decisões de política fiscal. A necessidade de se atender às metas de superávit primário acordadas com o Fundo Monetário Internacional – FMI e a obrigatoriedade de assegurar o equilíbrio das contas públicas, relegaram a segundo plano a eficiência dos tributos e o equilíbrio federativo.

Segundo Rezende e Oliveira (2003, p. 25), o modelo de federalismo fiscal concebido em 1967, era baseado em dois componentes principais: o reforço da capacidade tributária própria dos Estados (ICM) e Municípios (ISS) e a instituição de um mecanismo duplo de repartição das receitas na Federação (fundos de participação e fundos setoriais de infra-estrutura). Com a Constituição Federal de 1988, procurando descentralizar o poder, foram ampliadas as competências tributárias dos Estados (incorporando combustíveis, energia e telecomunicações) e ampliada a parcela da receita federal do Imposto de Renda e do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI, sujeita à distribuição.

E complementam:

Na essência, portanto, os fundamentos do modelo de 1967 não foram alterados, mas o equilíbrio do regime de partilhas e transferências de recursos foi perdido. Uma de suas pernas foi amputada: a que cuidava da cooperação intergovernamental no tocante à implementação de políticas prioritárias para a promoção e o desenvolvimento. A outra mais do que dobrou de tamanho, acarretando óbvia

dificuldade em manter-se em pé. Com a atrofia da terceira perna, a dos incentivos fiscais ao desenvolvimento regional, o equilíbrio do modelo ficou irremediavelmente comprometido.

Como consequência, ante as novas responsabilidades sociais criadas ou ampliadas pela nova Constituição, o governo federal passou a utilizar com frequência o artigo 195, que diz respeito à criação de novos tributos com a finalidade de dar cobertura financeira a essas obrigações.

2.5 Aspectos Gerais da Legislação Tributária Brasileira

2.5.1. Conceito de Tributo

O Código Tributário Nacional pode ser considerado o elemento de estabilização do Direito Tributário, uma vez que serve de “colchão legislativo aparador” entre a Constituição e a legislação ordinária. É nele que estão definidas as normas gerais de direito tributário, as competências em matéria tributária e as limitações do poder de tributar. (MARTINS, 1989, p. 28).

Em seu art. 3º, o CTN define:

Art. 3º. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

De outro modo: Tributo é uma prestação obrigatória, em dinheiro ou em outra unidade que pode ser traduzida em moeda (como a UFIR), originada de ato lícito (uma vez que os acontecimentos ilícitos vêm sempre atrelados a uma providência sancionatória), que não pode ser instituído sem que lei o estabeleça e que constitui atividade privativa da administração pública, que deve agir estritamente conforme a legislação tributária (CARVALHO, 1988, p.18).

2.5.2. Tipos de Tributos

A Constituição Federal de 1988 e as Emendas Constitucionais nº 33/01 e nº 42/03 estabeleceram os tipos de tributos que podem ser instituídos:

Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I - impostos;

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

§ 1º - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 2º - As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Bem como os empréstimos compulsórios:

Art. 148. A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:

I - para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência;

II - no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art. 150, III, "b".

Parágrafo único. A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.

E as contribuições sociais:

Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III e 150, I e III e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo [...]

[...] § 2º As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico de que trata o caput deste artigo:

I - não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação;

II - incidirão também sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços;

III - poderão ter alíquotas:

a) ad valorem, tendo por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação e, no caso de importação, o valor aduaneiro;

b) específica, tendo por base a unidade de medida adotada.

§ 3º A pessoa natural destinatária das operações de importação poderá ser equiparada a pessoa jurídica, na forma da lei.

§ 4º A lei definirá as hipóteses em que as contribuições incidirão uma única vez.

O Governo Federal têm se utilizado das permissões da Constituição (e quando ela não permitia foram feitas Emendas) para aumentar o número de contribuições, tais como CSLL, COFINS, CIDE e CPMF. Conforme já se mencionou, a arrecadação proveniente das contribuições vai somente para o caixa da União, sem repartição com Estados e Municípios.

2.5.3. Tributos Diretos e Indiretos

Os tributos podem ser classificados em diretos ou indiretos de acordo com a pessoa que suporta o ônus da carga tributária.

Fabretti e Fabretti (2007, p. 57) esclarecem essa distinção:

Tributos Diretos: São os que recaem sobre a pessoa física ou jurídica que tem relação pessoal e direta com o fato gerador. Esses tributos incidem sobre o patrimônio e a renda e são considerados tributos de responsabilidade pessoal. Exemplos: IRPF, IRPJ, IPTU, ITR, IPVA, etc.

Tributos Indiretos: São os que incidem sobre a produção e a circulação de bens e serviços e são repassados para o preço, pelo produtor, vendedor ou prestador de serviço. Os encargos tributários recaem sobre o preço da venda de mercadorias ou serviços prestados, razão pela qual o consumidor final é **contribuinte de fato**, pois ao pagar o preço está pagando também todos os tributos nele contidos. No entanto, a pessoa jurídica que produz, vende bens ou presta serviços é **contribuinte de direito** responsável pelo recolhimento perante o Fisco. Exemplos: ICMS, IPI, ISS, COFINS, etc.

Conti (1996, p. 65) discute a controvérsia quanto ao fato de ser ou não o princípio da capacidade contributiva aplicável aos tributos diretos e também aos indiretos (vide definição no item 2.4.3). Para ele, quanto aos tributos diretos, “praticamente não há divergência relativamente à aplicabilidade do princípio”, pois o tributo incide diretamente sobre a pessoa do contribuinte e “nada obsta que lhe seja reconhecida sua capacidade de arcar com o ônus da imposição.”

Salienta, entretanto, que a discordância surge quando da aplicação do princípio da capacidade contributiva aos tributos indiretos, uma vez que “as condições pessoais do sujeito passivo da obrigação tributária não são sempre identificáveis.” Após discutir o assunto, o autor conclui

que “a utilização de determinados critérios, como a graduação das alíquotas segundo a essencialidade do produto, é perfeitamente válida no sentido de presumir a capacidade econômica do sujeito passivo.”

2.5.4. Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ

Apesar de que, desde 1843, o fisco imperial já impunha tributos sobre determinadas rendas, o Imposto de Renda, incidente sobre a renda total do contribuinte, foi estabelecido pelo art. 31 da Lei de Orçamento nº 4.625, de 31/12/1922, que dispunha:

Art. 31. Fica instituído o imposto geral sobre a renda, que será devido anualmente, por toda pessoa física ou jurídica, residente no território do país e incidirá, em cada caso, sobre o conjunto líquido dos rendimentos de qualquer origem.

Com algumas alterações ocorridas em 1923, o Imposto de Renda foi implantado em 1924.

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ sofreu várias alterações ao longo dos anos, procurando acompanhar o desenvolvimento do país e facilitar a arrecadação e a fiscalização. Desde 1943, foram criadas formas diferentes de apuração do imposto (lucro apurado ou estimado), procurando diferenciar o tratamento dado às pequenas empresas.

O artigo 43 do CTN define que o fato gerador do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza é a aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica de renda (entendida como produto do capital, do trabalho ou de ambos) ou de proventos de qualquer natureza (entendidos como acréscimos patrimoniais não compreendidos no item anterior). Neves e Viceconti (1999, p. 1) esclarecem que disponibilidade econômica ou jurídica é “a obtenção de um conjunto de bens, valores e/ou títulos por uma pessoa física ou jurídica, passíveis de serem transformados ou convertidos de imediato em numerário.”

Já no artigo 44 do mesmo CTN, é definida a base de cálculo do imposto como sendo o montante real, arbitrado ou presumido da renda ou dos proventos tributáveis. Desse modo, pode-se concluir que cada modalidade resultará numa apuração diferente.

Os detalhes de cada forma de tributação serão vistos no item 3.

2.5.5. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

A Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL foi criada pela Lei nº 7.689/88, destinada ao financiamento da seguridade social, inicialmente calculada sobre o resultado encerrado em 31 de dezembro de cada ano, com alíquota de 8% para empresas com escrituração contábil e de 10% para as demais. Foi estipulado que as disposições da legislação do imposto de renda referentes à administração, ao lançamento, à consulta, à cobrança, às penalidades, às garantias e ao processo administrativo seriam aplicadas, no que coubesse, à contribuição social. A forma de cálculo determinou que a CSLL fosse dedutível de sua própria base de cálculo, bem como na apuração do Lucro Real.

Como forma de se manter o mesmo percentual dos tributos sobre a renda, concomitantemente com a criação da CSLL, as alíquotas do IRPJ e do adicional foram reduzidas. A vantagem para o governo é devida ao fato de que sua arrecadação não seria dividida com os outros entes da Federação.

Posteriormente houve alterações na base de cálculo da CSLL (entre as quais a perda de sua dedutibilidade), que a levaram a ser muito parecida com a do IRPJ, além do aumento de alíquota para 12%, reduzida depois para os atuais 9%.

2.5.6. PIS e COFINS

Apesar de terem sido criados com propósitos diferentes e em datas distintas, o Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, sofreram transformações e hoje se assemelham bastante.

O PIS foi instituído pela Lei Complementar nº 07/70 e se destinava a promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas e era calculado sobre o faturamento mensal das empresas. Houve alterações na base de cálculo e nas alíquotas da contribuição no final da década de 80 por meio dos Decretos-Lei nº 2.445/88 e 2.449/88, o que foi questionado judicialmente pelos contribuintes e culminou com o reconhecimento pelo STF da inconstitucionalidade dessas alterações e, em decorrência, o Senado Federal publicou a Resolução nº 49/95 para suspender suas execuções. O governo publicou, então, Medida Provisória que foi convertida na Lei nº 9.715/98, alterada pela Lei nº 9.718/98 e, novamente,

ampliou a base de cálculo do PIS (e da COFINS), o que gerou nova enxurrada de ações judiciais. O pleno do STF já julgou inconstitucional tal aumento (nos Recursos Especiais nº 390840, nº 357950 e nº 358273 que só valem para as ações julgadas) e é só uma questão de tempo para que a base de cálculo seja outra vez reduzida. A partir de 2002, com a publicação da Lei nº 10.637, passou a existir, para as empresas tributadas pelo Lucro Real, o sistema de não-cumulatividade, que consiste, em síntese, em acabar com a cobrança em cascata ao longo de toda a cadeia produtiva, nos moldes da apuração do ICMS e do IPI e será visto com mais detalhes no item 6.4.9.

Já a COFINS veio ocupar o lugar do extinto FINSOCIAL e foi instituída pela Lei Complementar nº 70/91 para financiamento da seguridade social nos termos do inciso I do art. 195 da Constituição Federal de 1988. Houve, também, aumento de alíquota, mas isso foi considerado constitucional pelo STF. Seu cálculo ocorria sobre o faturamento mensal da empresa. Assim como no PIS, a Lei nº 9.718/98 ampliou sua base de cálculo, o que está sendo contestado. A Lei nº 10.833/04 alterou alguns aspectos da Lei nº 10.637/02 e criou o regime de não-cumulatividade também para a COFINS (só para as empresas tributadas pelo Lucro Real).

Na tributação pelo Lucro Presumido ou Arbitrado vale o regime cumulativo, tanto para o PIS quanto para a COFINS.

3 O LUCRO E SUAS FORMAS DE TRIBUTAÇÃO

3.1 Conceito de Lucro

Não existe uma única definição do que seja lucro. Os economistas foram os primeiros a estabelecerem seu conceito, em termos de preservação de riqueza. A contabilidade, por sua vez, vinculou-o à continuidade de uma entidade. E o governo adotou o conceito de lucro mais conveniente à arrecadação de impostos.

Hendricksen e Van Breda (1999, P. 183) ensinam que Adam Smith foi o primeiro a definir lucro como o montante que pode ser consumido sem reduzir o capital. E que essa ideia foi aprofundada por John Hicks, que disse que lucro é o que uma pessoa pode gastar durante um período e ainda estar tão bem no final dele quanto estava no início.

Já Iudícibus (2004, p.88) propõe uma adaptação, ao dizer:

A proposição de Hicks, entretanto, teve que ser adaptada às necessidades de objetividade e aos mecanismos de apuração da Contabilidade. Assim, pode-se afirmar que lucro em Contabilidade, é o que se pode distribuir durante um período, mantendo a potencialidade do patrimônio líquido inicial intacta.

A Lei nº 6.404/76 estabeleceu o cálculo do lucro contábil, procurando separar a contabilidade societária da fiscal. O art. 177 determinou que a escrituração devesse ser feita seguindo-se os preceitos da Lei das S/A e os princípios contábeis geralmente aceitos, sendo que, para atender à legislação tributária, seriam adotados outros registros auxiliares, o que foi formalizado na figura do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, mediante Decreto-Lei nº 1.598/77. Só que as normatizações posteriores tornaram, na prática, essa separação nula, ao não aceitar que todas as diferenças fossem registradas nesse livro (IUDÍCIBUS *et al.*, 2007, *passim*).

3.2 Formas de Tributação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas

Quando se faz a opção por uma forma de tributação em detrimento de outra, vários aspectos, vantajosos e não vantajosos, devem ser considerados (YOUNG, 2006, p. 13). Cada regime tributário tem suas peculiaridades e, muitas vezes, as facilidades se refletem em pagamento maior de tributos.

Atualmente são quatro as modalidades de tributação do IRPJ disponíveis ao contribuinte pessoa jurídica: LUCRO REAL, LUCRO ARBITRADO, LUCRO PRESUMIDO e a nova forma simplificada destinada às microempresas e empresas de pequeno porte (SIMPLES FEDERAL), instituída inicialmente em 1996 e, posteriormente, substituída pelo SIMPLES NACIONAL, em 2006. A escolha de cada forma implica, com algumas exceções, no modo de incidência das demais contribuições (CSLL, PIS e COFINS).

O Lucro Real é o regime mais complexo de tributação. A base de cálculo do IRPJ (e da CSLL) é apurada com base na escrituração efetuada de acordo com as leis comerciais e fiscais. Sua apuração é feita na parte A do LALUR, mediante adições e exclusões ao lucro líquido contábil do período e de compensações de prejuízos fiscais de períodos anteriores e pode ser feita trimestralmente ou anualmente.

Já o Lucro Presumido é uma forma de tributação simplificada para a apuração das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas que não estiverem obrigadas, no ano-calendário, ao Lucro Real. A apuração é feita a cada trimestre e tem como base a receita bruta auferida e acréscimos.

O Lucro Arbitrado é uma forma de tributação excepcional que se aplica quando a pessoa jurídica não tem condições de apurar seu Lucro Real ou Presumido. Ela, também, é feita por trimestre e, normalmente, resulta de punição por parte do órgão fiscal, quando a escrituração não está em conformidade com as leis comerciais e fiscais ou quando o contribuinte opta indevidamente pelo Lucro Presumido.

Por fim, o SIMPLES FEDERAL (substituído pelo SIMPLES NACIONAL) é um regime de tributação simplificada, com restrições quanto ao volume de receita ou atividade exercida pelo contribuinte e consiste no recolhimento de um único DARF englobando vários tributos (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, INSS, IPI etc.), determinados pela aplicação de percentuais progressivos sobre o faturamento da empresa e recolhido de forma mensal.

3.3 Momento da Opção

A importância de se escolher, criteriosamente, a forma de tributação revela-se logo no começo do exercício fiscal (que no Brasil equivale ao ano civil), com o recolhimento do DARF de IRPJ ou CSLL (ou de SIMPLES, se for o caso) referente ao primeiro período de apuração (que no caso de ser mensal já é feito em fevereiro). Isso se aplica, como regra geral, a todos os regimes de tributação, inclusive, no caso do Lucro Real, para indicar se a apuração será trimestral ou anual.

A figura da retificação do DARF – REDARF está disciplinada pela IN nº 672/06 e dispõe, em seu art. 11, que serão indeferidos os pedidos de retificação que versem sobre alteração do código de receita que corresponda à mudança no regime de tributação do IRPJ, quando contrariar o disposto na legislação específica.

3.4 Lucro Real

O termo Lucro Real já faz parte da legislação tributária desde 1943, com a publicação do Decreto-Lei nº 5.844/43, parcialmente reproduzido abaixo, que instituiu deduções e adições para a apuração do lucro tributável:

Art. 32 As pessoas jurídicas serão tributadas de acordo com os lucros reais verificados, anualmente, segundo o balanço e a demonstração da conta de lucros e perdas.

Art. 34 Para os efeitos do imposto sobre o lucro real as pessoas jurídicas ficam obrigadas a escriturar seus livros na forma estabelecida pela legislação comercial, em idioma do país e de modo que demonstre, anualmente, o resultado de suas atividades no território nacional.

§ 1º As pessoas referidas na parte final do § 1º do art. 27, que declararem o lucro real, ficarão sujeitas a comprová-lo por meio de escrituração regularmente feita, observado o disposto no parágrafo único do art. 23.

§ 2º E' facultado às pessoas jurídicas que possuem filiais, sucursais ou agências, manter contabilidade centralizada, desde que tal contabilidade demonstre, com exatidão e clareza, os elementos de que se compõem as operações do exercício e os seus resultados.

§ 3º A inobservância do disposto neste artigo dará ao fisco a faculdade de arbitrar o lucro à razão de 30% sobre a soma dos valores do ativo imobilizado, disponível e realizável a curto e a longo prazo ou de 15% a 50% do capital ou da receita bruta definida nos §§ 1º e 2º do art. 40, a juízo da autoridade lançadora.

Art. 37 Constitui lucro real a diferença entre o lucro bruto e as seguintes deduções:

a) as despesas relacionadas com a atividade explorada, realizadas no decurso do ano social e necessárias à percepção do lucro bruto e à manutenção da fonte produtora;

- b) os juros de dívidas contraídas para o desenvolvimento das firmas ou sociedades;
- c) as quotas razoáveis destinadas à formação de provisão para atender a perdas na liquidação de dívidas ativas, tendo-se em vista sua natureza e volume, bem como o gênero de negócio;
- d) as quotas para constituição de fundos de depreciação, devido ao desgaste dos materiais, calculadas em relação ao custo das propriedades móveis e à duração das mesmas;
- e) o valor da nova instalação ou maquinaria em substituição à que caiu em desuso ou se tornou obsoleta deduzida a importância porventura obtida na venda total ou parcial da instalação ou maquinaria antiga, bem como as cotas que nos anos anteriores foram postas de parte para atender à sua depreciação e as relativas a fundos de substituição constituídos até 1946. (Redação dada pela Lei nº 154, de 1947);
- f) as quotas para constituição de fundos de exaustão ou esgotamento de capitais invertidos na exploração de minas, jazidas e florestas, observada a restrição da alínea e.
- g) as contribuições e doações feitas às instituições filantrópicas de existência legal no país. (Redação dada pela Lei nº 154, de 1947)

§ 1º Além dessas deduções, serão permitidas as seguintes:

- a) quanto às sociedades da capitalização e às de seguro de qualquer natureza, as reservas técnicas, constituídas obrigatória e especialmente para garantia de suas operações, na forma da legislação em vigor;
- b) quanto aos concessionários de serviços de utilidade pública, as quotas destinadas, à amortização de capitais invertidos em bens reversíveis.

§ 2º As filiais, sucursais ou agências no Brasil, das firmas ou sociedades com sede no estrangeiro, só poderão deduzir as despesas realizadas no território nacional e as quotas de amortização e depreciação das propriedades móveis existentes no país.

Entretanto, a separação entre o resultado obtido pela contabilidade e a base de cálculo do IRPJ deu-se somente com a publicação do Decreto-Lei nº 1.598/77, que, dentre outras profundas modificações, criou o Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR.

3.4.1. Características Gerais

O Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99, que consolida a legislação do Imposto de Renda, diz que:

Art. 247. Lucro Real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas por este Decreto (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º).

§ 1º A determinação do Lucro Real será precedida da apuração do lucro líquido de cada período de apuração com observância das disposições das leis comerciais (Lei nº 8.981, de 1995, art. 37, § 1º).

§ 2º Os valores que, por competirem a outro período de apuração, forem, para efeito de determinação do Lucro Real, adicionados ao lucro líquido do período de apuração ou dele excluídos, serão, na determinação do Lucro Real do período de apuração competente, excluídos do lucro líquido ou a ele adicionados, respectivamente, observado o disposto no parágrafo seguinte (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º, § 4º) [...]

E define lucro líquido:

Art. 248. O lucro líquido do período de apuração é a soma algébrica do lucro operacional (Capítulo V), dos resultados não operacionais (Capítulo VII) e das participações e deverá ser determinado com observância dos preceitos da lei comercial (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º, § 1º, Lei nº 7.450, de 1985, art. 18 e Lei nº 9.249, de 1995, art. 4º).

Art. 274. Ao fim de cada período de incidência do imposto, o contribuinte deverá apurar o lucro líquido mediante a elaboração, com observância das disposições da lei comercial, do balanço patrimonial, da demonstração do resultado do período de apuração e da demonstração de lucros ou prejuízos acumulados (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 7º, § 4º e Lei nº 7.450, de 1985, art. 18).

§ 1º O lucro líquido do período deverá ser apurado com observância das disposições da Lei nº 6.404, de 1976 (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 67, inciso XI, Lei nº 7.450, de 1985, art. 18 e Lei nº 9.249, de 1995, art. 5º) [...]

Por sua vez o § 1º do art. 187 da Lei nº 6.404/76 determina que:

Art. 187. [...] § 1º Na determinação do resultado do exercício serão computados:

- a) - as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e;
- b) - os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

Fica claro, portanto, que o Lucro Real é, na verdade, o lucro fiscal, já que visa à determinação do imposto a pagar pelas pessoas jurídicas em função de uma base que, por vezes, não é idêntica àquela estabelecida pelas normas contábeis (CARVALHO e MURGEL, 2000, p. 110; SANTOS e BARROS, 2007, p. 99).

Em sua dissertação de mestrado, Silva (2004, p. 48) conclui que as alterações na legislação (que não são poucas), principalmente após o Decreto-Lei nº 1598/77, “[...] que vem exigindo do contabilista um acompanhamento da legislação e ao mesmo tempo um conhecimento da Contabilidade [...]”, podem levar o profissional menos preparado a preferir uma forma de

tributação mais simplificada. E que como a tendência da política do governo é de “[...] direcionar o Lucro Real às grandes empresas, o que se pode esperar é uma maior complexidade e rigidez [...]”

3.4.2. Pessoas Jurídicas Obrigadas à Tributação pelo Lucro Real

O Art. 14 da Lei nº 9.718/98, com nova redação dada pela Lei nº 10.637/02, estabeleceu que estão obrigadas à apuração do Lucro Real as pessoas jurídicas:

I - cuja receita total, no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais) ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses;

II - cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;

III - que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;

IV - que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;

V - que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma do art. 2º da Lei nº 9.430, de 1996;

VI - que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (*factoring*).

Importante destacar que os contribuintes incluídos na relação acima estão obrigados a optar pelo Lucro Real, **mas qualquer empresa pode fazê-lo**. O ponto central deste trabalho é defender a elaboração da contabilidade como regra básica, para, então, proceder à análise de qual o regime de tributação deve ser escolhido.

3.4.3. Apuração Trimestral

As pessoas jurídicas tributadas com base no Lucro Real podem determinar o lucro com base em balanço trimestral ou anual na forma da Lei nº 9.430/96.

Se optar por apurar o Lucro Real de forma trimestral, os períodos de apuração serão encerrados em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro. Nesse caso, o contribuinte está dispensado do recolhimento do IRPJ (e da CSLL) nos dois primeiros meses de cada período.

Higuchi, Higuchi e Higuchi (2007, p. 25) são contundentes ao afirmar:

O art. 1º da Lei nº 9.430/96 substituiu a apuração do Lucro Real mensal pelo trimestral e foi manchete na imprensa dizendo que o imposto de renda das empresas foi simplificado. A propalada simplificação não existe, porque as empresas bem administradas não vinham apurando o Lucro Real mensal e não vão apurar o Lucro Real trimestral. O Lucro Real mensal não traz uma só vantagem, mas traz muitas desvantagens, como a limitação na compensação dos prejuízos fiscais e a possibilidade de cometer mais infrações fiscais.

3.4.4. Apuração Anual - Estimativa, Suspensão ou Redução do Imposto

Quando a opção for pela apuração anual, a empresa deve recolher o IRPJ (e a CSLL) mensalmente com base em estimativa e, em 31 de dezembro, fará a apuração do Lucro Real, quando, então, comparará o valor devido com o que já foi recolhido, pagando a diferença ou compensando posteriormente com outros tributos (de mesma natureza ou não).

Os percentuais utilizados para fazer as estimativas calculadas sobre a receita bruta são os mesmos usados na tributação pelo Lucro Presumido e estão descritos no item 3.5.3. Os ganhos de capital e demais receitas e resultados serão acrescentados ao lucro estimado.

É facultado ao contribuinte suspender ou reduzir o pagamento do imposto devido em cada mês, se demonstrar que o valor acumulado já pago até determinado mês excede o calculado no período em curso, conforme rege o art. 35 da Lei nº 8.981/95 com nova redação dada pela Lei nº 9.065/95:

Art. 35. A pessoa jurídica poderá suspender ou reduzir o pagamento do imposto devido em cada mês, desde que demonstre, através de balanços ou balancetes mensais, que o valor acumulado já pago excede o valor do imposto, inclusive adicional, calculado com base no Lucro Real do período em curso.

§ 1º Os balanços ou balancetes de que trata este artigo:

a) deverão ser levantados com observância das leis comerciais e fiscais e transcritos no livro Diário;

b) somente produzirão efeitos para determinação da parcela do Imposto de Renda e da contribuição social sobre o lucro devidos no decorrer do ano-calendário [...]

3.4.5. Adições e Exclusões

Os ajustes do lucro líquido necessários na determinação do Lucro Real estão consolidados nos arts. 249 (adições) e 250 (exclusões e compensações) do RIR/99, que agrupam a legislação publicada desde o Decreto-Lei nº 5.844/43:

Adições

Art. 249. Na determinação do Lucro Real, serão adicionados ao lucro líquido do período de apuração (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º, § 2º):

I - os custos, despesas, encargos, perdas, provisões, participações e quaisquer outros valores deduzidos na apuração do lucro líquido que, de acordo com este Decreto, não sejam dedutíveis na determinação do Lucro Real;

II - os resultados, rendimentos, receitas e quaisquer outros valores não incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com este Decreto, devam ser computados na determinação do Lucro Real.

Parágrafo único. Incluem-se nas adições de que trata este artigo:

I - ressalvadas as disposições especiais deste Decreto, as quantias tiradas dos lucros ou de quaisquer fundos ainda não tributados para aumento do capital, para distribuição de quaisquer interesses ou destinadas a reservas, quaisquer que sejam as designações que tiverem, inclusive lucros suspensos e lucros acumulados (Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 43, § 1º, alíneas “f”, “g” e “i”);

II - os pagamentos efetuados à sociedade civil de que trata o § 3º do art. 146 quando esta for controlada, direta ou indiretamente, por pessoas físicas que sejam diretores, gerentes, controladores da pessoa jurídica que pagar ou creditar os rendimentos, bem como pelo cônjuge ou parente de primeiro grau das referidas pessoas (Decreto-Lei nº 2.397, de 21 de dezembro de 1987, art. 4º);

III - os encargos de depreciação, apropriados contabilmente, correspondentes ao bem já integralmente depreciado em virtude de gozo de incentivos fiscais previstos neste Decreto;

IV - as perdas incorridas em operações iniciadas e encerradas no mesmo dia (*day-trade*), realizadas em mercado de renda fixa ou variável (Lei nº 8.981, de 1995, art. 76, § 3º);

V - as despesas com alimentação de sócios, acionistas e administradores, ressalvado o disposto na alínea “a” do inciso II do art. 622 (Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, inciso IV);

VI - as contribuições não compulsórias, exceto as destinadas a custear seguros e planos de saúde e benefícios complementares assemelhados aos da previdência social, instituídos em favor dos empregados e dirigentes da pessoa jurídica (Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, inciso V);

VII - as doações, exceto as referidas nos arts. 365 e 371, caput (Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, inciso VI);

VIII - as despesas com brindes (Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, inciso VII);

IX - o valor da contribuição social sobre o lucro líquido, registrado como custo ou despesa operacional (Lei nº 9.316, de 22 de novembro de 1996, art. 1º, caput e parágrafo único);

X - as perdas apuradas nas operações realizadas nos mercados de renda variável e de swap, que excederem os ganhos auferidos nas mesmas operações (Lei nº 8.981, de 1995, art. 76, § 4º);

XI - o valor da parcela da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, compensada com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de acordo com o art. 8º da Lei nº 9.718, de 1998 (Lei nº 9.718, de 1998, art. 8º, § 4º).

Exclusões e Compensações

Art. 250. Na determinação do Lucro Real, poderão ser excluídos do lucro líquido do período de apuração (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º, § 3º):

I - os valores cuja dedução seja autorizada por este Decreto e que não tenham sido computados na apuração do lucro líquido do período de apuração;

II - os resultados, rendimentos, receitas e quaisquer outros valores incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com este Decreto, não sejam computados no Lucro Real;

III - o prejuízo fiscal apurado em períodos de apuração anteriores, limitada a compensação a trinta por cento do lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas neste Decreto, desde que a pessoa jurídica mantenha os livros e documentos, exigidos pela legislação fiscal, comprobatórios do prejuízo fiscal utilizado para compensação, observado o disposto nos arts. 509 a 515 (Lei nº 9.065, de 1995, art. 15 e parágrafo único).

Parágrafo único. Também poderão ser excluídos:

a) os rendimentos e ganhos de capital nas transferências de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária, quando auferidos pelo desapropriado (CF, art. 184, § 5º);

b) os dividendos anuais mínimos distribuídos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento (Decreto-Lei nº 2.288, de 1986, art. 5º e Decreto-Lei nº 2.383, de 1987, art. 1º);

c) os juros produzidos pelos Bônus do Tesouro Nacional - BTN e pelas Notas do Tesouro Nacional - NTN, emitidos para troca voluntária por Bônus da Dívida Externa Brasileira, objeto de permuta por dívida externa do setor público, registrada no Banco Central do Brasil, bem assim os referentes aos Bônus emitidos pelo Banco Central do Brasil, para os fins previstos no art. 8º do Decreto-Lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.105, de 24 de janeiro de 1984 (Lei nº 7.777, de 19 de junho de 1989, arts. 7º e 8º e Medida Provisória nº 1.763-64, de 11 de março de 1999, art. 4º);

d) os juros reais produzidos por Notas do Tesouro Nacional - NTN, emitidas para troca compulsória no âmbito do Programa Nacional de Privatização - PND, controlados na parte "B" do LALUR, os quais deverão ser computados na determinação do Lucro Real no período do seu recebimento (Lei nº 8.981, de 1995, art. 100);

e) a parcela das perdas adicionadas conforme o disposto no inciso X do parágrafo único do art. 249, a qual poderá, nos períodos de apuração subsequentes, ser excluída do Lucro Real até o limite correspondente à diferença positiva entre os

ganhos e perdas decorrentes das operações realizadas nos mercados de renda variável e operações de swap (Lei nº 8.981, de 1995, art. 76, § 5º).

Os ajustes previstos nos artigos citados não são exaustivos. Existem outros previstos na legislação, mas que, por serem específicos, não serão analisados. O objetivo deste trabalho é discutir as formas de tributação sem entrar nos detalhes de cada uma. Mesmo porque cada ramo de atividade tem suas peculiaridades, que devem ser analisadas pelo contador e pelo empresário.

É bom lembrar que a legislação do imposto de renda, como regra geral, adota o regime de competência para a tributação dos resultados das empresas. Assim, se não houver uma disposição expressa em sentido contrário, as receitas, os rendimentos e os ganhos terão que ser reconhecidos independentemente dos recebimentos.

3.4.6. Prejuízos Fiscais

A compensação de prejuízos fiscais é permitida (de forma facultativa) ao contribuinte que optar pelo Lucro Real, seja na forma trimestral ou anual, desde que eles estejam devidamente apurados na parte “B” do LALUR, mas estará sujeita a algumas restrições.

Até 1994, as pessoas jurídicas podiam efetuar a compensação de prejuízos por um período de quatro anos, quando, então, não poderiam mais ser aproveitados. A partir da Lei nº 9.065/95, esse prazo foi extinto, mas surgiu a limitação de que no máximo 30% do Lucro Real apurado poderia ser reduzido com a compensação. Caso houvesse um valor maior de prejuízo, esse só poderia ser compensado em períodos posteriores.

Além disso, a Lei nº 9.249/95 criou mais uma restrição ao impor que os prejuízos não-operacionais só poderão ser compensados com lucros não-operacionais, observando o limite da Lei nº 9.065/95. A IN nº 11/96 deu certo alívio ao estabelecer que, no mesmo período-base, os prejuízos não-operacionais poderão ser compensados com lucros operacionais.

Higuchi, Higuchi e Higuchi (2007, p. 438) fazem a seguinte observação:

A proibição de compensar perdas não operacionais com lucros operacionais só deveria abranger operações com imóveis e participações societárias que dão margem

a grandes planejamentos tributários. O problema surgiu com a inclusão das perdas nas alienações de bens móveis do ativo imobilizado.

3.4.7. Alíquota do IRPJ, Adicional, Deduções e Retenções

A alíquota do IRPJ é de 15% a ser aplicada sobre o Lucro Real apurado, com um adicional de 10% sobre a parcela que exceder o valor de R\$ 20.000,00 multiplicado pelo número de meses do respectivo período de apuração. Isso vale também no caso de apuração com base na estimativa mensal.

É permitido à pessoa jurídica deduzir do imposto a pagar os incentivos fiscais, as retenções na fonte, os saldos de IRPJ apurados em períodos anteriores e os pagamentos indevidos ou a maior.

3.4.8. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

Desde sua criação no final da década de 80, como uma das fontes de recursos previstas pela Constituição Federal de 1988 para atender ao programa de seguridade social, a CSLL vem sofrendo alterações e se apresenta, nos dias de hoje, bastante similar ao IRPJ, no tocante a contribuintes, base de cálculo, formas de pagamento e muito mais, devido à IN nº 390/04 (SANTOS e BARROS, 2007, p. 565).

Entretanto, existem diferenças na apuração da base de cálculo da CSLL, tais como: participação de debêntures, participação de empregados nos lucros, participação de administradores nos lucros, custos e despesas indedutíveis listados na Lei nº 9.249/95 e amortização de ágio ou deságio de investimento avaliado pela equivalência patrimonial. Decisões do Conselho de Contribuintes confirmam esse entendimento, ao definir, no Ac. nº 101-92.553/99, que somente lei pode fixar a base de cálculo de tributo, não se admitindo que valores indedutíveis para efeito do IRPJ sejam adicionados às bases de cálculo de outros tributos sem expressa determinação legal. No mesmo sentido, os Ac. nº 107-05.150/98 e nº 101-92.979/00 (HIGUCHI, HIGUCHI e HIGUCHI, 2007, p. 802).

A forma de apuração da CSLL (trimestral ou anual com estimativa ou não) está vinculada à apuração do IRPJ, não se podendo recolher um tributo de um jeito e outro de maneira diversa.

No caso das estimativas, os percentuais de cálculo sobre a receita bruta são também os mesmos usados na tributação da pelo Lucro Presumido e estão descritos no item 3.5.6.

A alíquota aplicável atualmente é de 9% sobre a base de cálculo, sem adicional. Também é possível compensar as bases negativas da CSLL de períodos anteriores respeitando o limite de 30%, tal qual ocorre no IRPJ. E as retenções na fonte podem ser deduzidas do valor a pagar.

Não existe livro específico para apuração da CSLL, mas a elaboração do Livro de Apuração da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – LACS é comum em várias empresas.

3.4.9. PIS e COFINS Não-Cumulativos

A tributação em cascata, aquela em que o tributo é cobrado a cada etapa, desde o início da produção até a venda, sempre foi um dos pontos mais criticados pelos contribuintes e é parte do chamado “custo Brasil”, que tanto encarece nossos produtos.

De modo a atender a essa demanda, o governo implementou, para as empresas tributadas pelo Lucro Real (com exceção das entidades financeiras e assemelhadas), o sistema de contribuição não-cumulativo para o PIS (a partir de dezembro de 2002) e para a COFINS (a partir de fevereiro de 2004). Basicamente, o regime consiste em se apurarem as contribuições sobre o valor agregado em cada parte do processo, sendo que para isso é permitido se creditar do PIS (ou da COFINS) pago nas aquisições, para serem descontados do valor a recolher apurado nas vendas.

Deve-se destacar que, com esse novo sistema, veio um grande aumento de alíquota, com o PIS passando de 0,65% para 1,65% e a COFINS de 3,00% para 7,60%, como forma de não diminuir a arrecadação. Na prática, o que ocorreu foi um aumento no montante arrecadado com ambos os tributos, conforme se pode ver na tabela a seguir:

Tabela 4 - Arrecadação Bruta de Tributos Federais - 2000 a 2007 (R\$)

ANO	IRPJ		CSLL	
	LUCRO PRESUMIDO	LUCRO REAL	LUCRO PRESUMIDO	LUCRO REAL
2000	2.834.370.597	10.450.249.093	1.528.535.531	5.385.083.778
2001	3.699.260.135	10.319.431.532	1.868.031.422	5.751.207.799
2002	4.275.928.833	14.778.275.449	2.133.212.965	7.495.858.448
2003	5.327.852.408	21.543.590.835	2.775.062.604	10.012.289.139
2004	6.531.366.887	24.875.944.920	4.184.212.117	11.444.619.870
2005	7.940.546.411	34.375.370.788	4.863.337.929	15.206.821.238
2006	8.891.318.102	38.501.922.889	5.361.764.654	16.575.429.272
2007	10.669.942.718	49.288.044.977	6.301.820.171	21.601.045.937
ANO	COFINS			
	COMBUSTÍVEL	CUMULATIVA	IMPORTAÇÃO	NÃO CUMULATIVA
2000	-	33.671.588.060	-	-
2001	-	39.588.480.151	-	-
2002	-	38.274.108.843	-	-
2003	54.724.106	43.359.989.292	-	-
2004	5.261.121.123	25.656.334.296	9.867.254.236	21.858.854.131
2005	6.302.296.875	20.838.872.309	13.932.223.156	31.302.062.114
2006	6.167.360.295	21.109.444.513	15.398.964.421	33.935.202.864
2007	5.917.702.221	23.817.401.336	18.274.410.983	37.491.400.140
ANO	PIS			
	COMBUSTÍVEL	CUMULATIVO	IMPORTAÇÃO	NÃO CUMULATIVO
2000	-	7.215.953.227	-	-
2001	-	8.766.773.471	-	-
2002	-	8.491.550.555	-	-
2003	12.078.443	7.512.196.318	-	4.141.982.112
2004	1.018.157.843	4.357.149.486	2.151.180.138	6.379.741.915
2005	1.473.097.117	4.262.356.036	2.956.992.748	6.998.688.834
2006	1.328.125.475	4.511.662.348	3.340.956.948	7.472.802.907
2007	1.278.700.305	5.179.339.905	3.955.949.332	8.147.502.319

FONTE: SFRB, 2008

A base de cálculo é a receita bruta da venda de bens e serviços nas operações em conta própria ou alheia e todas as demais receitas auferidas pela pessoa jurídica. São excluídas dessa base, entre outros: as receitas isentas, as não alcançadas pela incidência ou as sujeitas à alíquota zero; as receitas não-operacionais decorrentes da venda de ativo imobilizado; as vendas canceladas; os descontos incondicionais concedidos; as reversões de provisões; os resultados positivos da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e dos lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita.

Ao se analisar a legislação pertinente à matéria, verifica-se que foram feitas várias modificações, de maneira a se adaptar a nova forma de cálculo às especificidades dos contribuintes. Assim, determinadas atividades cujos produtos já possuíam tratamento diferenciado, tais como: cigarros, combustíveis, veículos e máquinas agrícolas, pneus, autopeças, produtos farmacêuticos, perfumaria, embalagens, bebidas, etc., continuam com alíquotas específicas e sistemas de apuração próprios.

De maneira geral, os créditos são obtidos com a aplicação das respectivas alíquotas sobre: bens adquiridos para revenda; bens e serviços utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou de outros produtos destinados à venda; energia elétrica consumida nos estabelecimentos da empresa; aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos pagos à pessoa jurídica; contraprestações de operações de arrendamento mercantil; encargos de depreciação e amortização de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado.

O Decreto nº 5.164/04, alterado pelo Decreto nº 5.442/05 dispôs que ficam reduzidas a zero (a partir de agosto/2004) as alíquotas do PIS e da COFINS, incidentes sobre as receitas financeiras, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de incidência não-cumulativa, não se aplicando aos juros sobre capital próprio. Essa é uma diferença importante na avaliação da forma de tributação, uma vez que no caso do Lucro Presumido as receitas financeiras compõem a base de cálculo. Isso está sendo questionado judicialmente e as primeiras decisões do STF têm dado ganho aos contribuintes, mas só valem para as ações julgadas:

RE 390840 / MG - MINAS GERAIS
RECURSO EXTRAORDINÁRIO
Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO
Julgamento: 09/11/2005 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação: DJ 15-08-2006 PP-00025 EMENT VOL-02242-03 PP-00372 RDDT n. 133, 2006, p. 214-215 Parte(s)

RECTE.(S): UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA

CONSTITUCIONALIDADE SUPERVENIENTE - ARTIGO 3º, § 1º, DA LEI Nº 9.718, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1998. O sistema jurídico brasileiro não contempla a figura da constitucionalidade superveniente. TRIBUTÁRIO - INSTITUTOS - EXPRESSÕES E VOCÁBULOS - SENTIDO. A norma pedagógica do artigo 110 do Código Tributário Nacional ressalta a impossibilidade de a lei tributária alterar a definição, o conteúdo e o alcance de consagrados institutos, conceitos e formas de direito privado utilizados expressa ou implicitamente. Sobrepe-se ao aspecto

formal o princípio da realidade, considerados os elementos tributários. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - PIS - RECEITA BRUTA - NOÇÃO - INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º DO ARTIGO 3º DA LEI Nº 9.718/98. A jurisprudência do Supremo, ante a redação do artigo 195 da Carta Federal anterior à Emenda Constitucional nº 20/98, consolidou-se no sentido de tomar as expressões receita bruta e faturamento como sinônimas, jungindo-as à venda de mercadorias, de serviços ou de mercadorias e serviços. É inconstitucional o § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, no que ampliou o conceito de receita bruta para envolver a totalidade das receitas auferidas por pessoas jurídicas, independentemente da atividade por elas desenvolvida e da classificação contábil adotada.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu do recurso extraordinário e, por maioria, deu-lhe provimento, em parte, para declarar a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, vencidos, parcialmente, os Senhores Ministros Cezar Peluso e Celso de Mello, que declaravam também a inconstitucionalidade do artigo 8º e, ainda, os Senhores Ministros Eros Grau, Joaquim Barbosa, Gilmar Mendes e o Presidente (Ministro Nelson Jobim), que negavam provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie. Plenário, 09.11.2005.

Acórdãos no mesmo sentido:

RE 357950: JULG-09-11-2005 UF-RS TURMA-TP MIN-MARCO AURÉLIO
N.PP-00186 DJ 15-08-2006 PP-00024 EMENT VOL-02242-01 PP-00001;

RE 358273: JULG-09-11-2005 UF-RS TURMA-TP MIN-MARCO AURÉLIO
N.PP-00185 DJ 15-08-2006 PP-00025 EMENT VOL-02242-02 PP-00187.

Como se pode ver, a apuração do PIS e da COFINS não-cumulativos é cheia de detalhes e passou a ter grande relevância na determinação da forma de tributação do IRPJ e da CSLL a escolher.

3.4.10. Obrigações Acessórias

As empresas que optarem pela tributação pelo Lucro Real devem manter escrituração com observância das leis comerciais e fiscais e deverá abranger todas as operações realizadas, bem como os lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior. A escrituração dos livros comerciais e fiscais deve seguir ordem uniforme e pode ser mecanizada ou não.

Dentre os livros comerciais e fiscais obrigatórios destacam-se: o Diário (com registro obrigatório em Juntas Comerciais ou Cartórios), o Razão, o Registro de Inventário, o Registro de Compras e o Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR, além de outros específicos, dependendo do tipo de atividade exercida pela pessoa jurídica.

Não custa mencionar que os livros e comprovantes devem ser conservados em ordem, enquanto não prescritas em ações que lhes sejam pertinentes. E ainda devem ser entregues as declarações de informações, tais como: DIPJ, DACON, DCTF, DIRF etc.

3.5 Lucro Presumido

Essa opção de tributação foi introduzida pela primeira vez também pelo Decreto-Lei nº 5.844/43 e era restrita às pequenas empresas. As restrições envolviam tanto o capital, quanto o faturamento e a forma societária das empresas e, já na origem, se pode notar a irrevogabilidade da opção escolhida, conforme o texto legal:

Art. 33 É facultado às pessoas jurídicas, salvo às sociedades por ações e às por quotas de responsabilidade limitada, optar pela tributação baseada no Lucro Presumido, segundo a forma estabelecida no art. 40.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica às pessoas jurídicas cujo capital exceder a Cr\$ 50.000,00 ou cujo movimento bruto anual for superior a Cr\$ 200.000,00, nem às filiais, sucursais ou agências no país das firmas e sociedades com sede no estrangeiro, as quais serão sempre tributadas pelo Lucro Real.

§ 2º A opção é irrevogável e será feita, em cada exercício, na própria declaração de rendimentos, devidamente subscrita.

Concebida como forma de simplificação do sistema para alguns contribuintes, inicialmente a presunção era feita com a aplicação de uma única alíquota, para qualquer ramo de atividade. Todas as receitas compunham a receita bruta, base da presunção.

Art. 40. O Lucro Presumido será determinado pela aplicação do coeficiente de 8 % sobre a receita bruta.

§ 1º Constitui receita bruta a soma das operações, realizadas por conta própria e das remunerações recebidas como preço de serviços prestados.

§ 2º Incluem-se na receita bruta as receitas totais de transações alheias ao objeto do negócio.

Segundo Carvalho e Murgel (2000, p. 88), o legislador não definiu o que pode ser entendido como Lucro Presumido, limitando-se a determinar a forma e o tempo de apurá-lo.

3.5.1. Características Gerais

O conceito de Lucro Presumido foi se modificando ao longo dos anos, caminhando em duas direções: a primeira, no sentido de excluir as grandes empresas e o sistema financeiro e estimular a adesão dos contribuintes menores (que constituem grande parte das pessoas jurídicas do País); a segunda, com o objetivo claro de aumentar a arrecadação, retirando da receita bruta (para aplicar as alíquotas de presunção) as receitas não-operacionais e aumentando o número de alíquotas (com percentuais mais altos), de acordo com a atividade de cada contribuinte.

Com a implantação do SIMPLES FEDERAL em 1996, o Lucro Presumido ficou equivocadamente assimilado como uma etapa tributária intermediária entre as pequenas e as grandes empresas. Muitos entendem esse sistema como uma passagem natural, que faz parte do crescimento do negócio. Algo como a “adolescência” no processo de evolução empresarial. Alerta-se, mais uma vez, que o Lucro Presumido deve ser uma alternativa tributária ao Lucro Real, escolhida após uma análise comparativa entre os dois sistemas.

Atualmente, a opção pelo Lucro Presumido considera a receita bruta do ano-calendário anterior e permite o regime de caixa, conforme diz o art. 13 da Lei nº 9.718/98 com nova redação dada pelo art. 46 da Lei nº 10.637/02:

Art. 13. A pessoa jurídica cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais) ou a R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) multiplicado pelo número de meses de atividade no ano-calendário anterior, quando inferior a doze meses, poderá optar pelo regime de tributação com base no Lucro Presumido.

§ 1º A opção pela tributação com base no Lucro Presumido será definitiva em relação a todo ano-calendário.

§ 2º Relativamente aos limites estabelecidos neste artigo, a receita bruta auferida no ano anterior será considerada segundo o regime de competência ou caixa, observado o critério adotado pela pessoa jurídica, caso tenha, naquele ano, optado pela tributação com base no Lucro Presumido.

Convém ressaltar que a IN nº 104/98, que estabeleceu as normas para apuração do Lucro Presumido com base no regime de caixa, determinou que ele se aplica para fins de incidência da CSLL, do PIS e da COFINS.

A receita bruta está definida no art. 31 da Lei nº 8.981/95:

Art. 31. A receita bruta das vendas e serviços compreende o produto da venda de bens nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado auferido nas operações de conta alheia.

Parágrafo único. Na receita bruta não se incluem as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos e os impostos não cumulativos cobrados destacadamente do comprador ou contratante dos quais o vendedor dos bens ou o prestador dos serviços seja mero depositário.

É facultado à pessoa jurídica que optar pela tributação pelo Lucro Presumido o reconhecimento das receitas pelo regime de competência ou de caixa (art. 20 da MP nº 2.158-35/2001), desde que adote o mesmo critério para os quatro tributos.

3.5.2. Pessoas Jurídicas que Podem Optar pelo Lucro Presumido

Podem optar pela tributação pelo Lucro Presumido todas as empresas que não estiverem obrigadas à tributação pelo Lucro Real, já descritas no item 3.4.2 anterior, inclusive as que puderem optar pelo SIMPLES.

Há uma exceção, digna de nota, estabelecida pela Lei nº 9.964/00, que dispôs que as pessoas jurídicas de que tratam os incisos I, III, IV e V do art. 14 da Lei nº 9.718/98 poderiam optar, durante o período em que estivessem submetidas ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, pelo regime de tributação pelo Lucro Presumido. Grandes empresas se beneficiaram disso, como forma de planejamento tributário, principalmente em relação aos lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior.

3.5.3. Apuração e Base de Cálculo

O Lucro Presumido é apurado trimestralmente, com períodos de apuração encerrados em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro.

A base de cálculo do imposto de renda das pessoas jurídicas tributadas pelo Lucro Presumido é obtida pela multiplicação de percentuais fixados pela legislação, de acordo com a atividade de cada empresa, pela receita bruta auferida no trimestre, sendo o resultado acrescido das demais receitas, rendimentos e ganhos de capital, na forma da Lei 9.430/96.

Por definição legal ou de atos normativos editados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil é possível montar a tabela prática de percentuais a seguir:

Tabela 5 - Percentuais do IRPJ sobre o Lucro Presumido

ATIVIDADES	PERCENTUAL (%)
Revenda de combustíveis derivados de petróleo e álcool, inclusive gás	1,6
Comércio e indústria	8,0
Serviços de transporte de cargas	8,0
Sobre a receita bruta dos serviços hospitalares	8,0
Sobre a receita bruta de construção por empreitada, quando houver emprego de materiais em qualquer quantidade (Ato Declaratório Normativo COSIT n.º 06/97)	8,0
Serviços de transporte de passageiros	16,0
Prestação de serviços que dependam de habilitação profissional (S/C 2.397)	32,0
Intermediação de negócios	32,0
Administração, locação ou cessão de bens imóveis e móveis	32,0
Construção por administração ou por empreitada unicamente de mão de obra (Ato Declaratório Normativo COSIT n.º 06/97)	32,0
Prestação de serviços de suprimento de água tratada e coleta de esgoto e exploração de rodovia mediante cobrança de pedágio (Ato Declaratório COSIT nº 16/2000)	32,0

FONTE: RIR/99, 2007, p. 1209 (adaptada pelo autor)

Notas: Para as pessoas jurídicas exclusivamente prestadoras de serviços, exceto as que prestam serviços hospitalares e as sociedades civis de prestação de serviços de profissão legalmente regulamentada, cuja receita bruta anual não ultrapassar R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), o percentual a ser considerado na apuração do lucro presumido será de 16% (dezesesseis por cento) sobre a receita bruta de cada trimestre (RIR/1999, art. 519, § 4º).

A pessoa jurídica que houver utilizado o percentual reduzido cuja receita bruta acumulada até determinado mês do ano-calendário exceder o limite de R\$120.000,00 ficará sujeita ao pagamento da diferença do imposto, apurada em relação a cada mês transcorrido, até o último dia útil do mês subsequente aquele em que ocorrer o excesso, sem acréscimos 15 (RIR/1999, art. 519, §§ 6º e 7º).

O exercício de profissões legalmente regulamentadas, como as escolas, inclusive as creches, mesmo com receita bruta anual de até R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), não podem aplicar o percentual de 16% (dezesesseis por cento) sobre a receita bruta para fins de determinação do lucro presumido, devendo, portanto, aplicar o percentual de 32% (trinta e dois por cento) (ADN Cosit nº 22, de 2000).

O percentual acima também será aplicado sobre a receita financeira da pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para a revenda, quando decorrente da comercialização de imóveis e for apurada por meio de índices ou coeficientes previstos em contrato (Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, § 4º, inserido pela o art. 34 da Lei nº 11.196, de 2005).

FONTE; SRF – Perguntas e respostas XIV-15

No caso do contribuinte possuir atividades diversificadas, será aplicado o percentual correspondente a cada atividade.

3.5.4. Prejuízos Fiscais

Uma das grandes desvantagens da opção pelo Lucro Presumido é que não é possível compensar prejuízos. Isso se acentua para aquelas empresas cujo faturamento é sazonal. Como o próprio nome já diz, presume-se, nesse regime, que a empresa sempre tem lucro, o que significa que ela sempre pagará imposto.

3.5.5. Alíquota do IRPJ, Adicional, Deduções e Retenções

A alíquota do IRPJ e do adicional são as mesmas do Lucro Real, isto é, 15% a ser aplicada sobre o lucro total (presumido + demais receitas, rendimentos e ganhos de capital) com o adicional de 10% sobre a parcela que exceder o valor de R\$ 20.000,00 multiplicado pelo número de meses do respectivo período de apuração.

Não é permitida a dedução de incentivos fiscais, mas as retenções na fonte podem ser diminuídas do imposto a pagar.

3.5.6. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

A base de cálculo da CSLL das empresas optantes pelo Lucro Presumido foi estabelecida, inicialmente pelo art. 20 da Lei nº 9.249/95, como a multiplicação do percentual de 12% pela receita bruta auferida no trimestre, independentemente da atividade exercida pela empresa, sendo o resultado acrescido das demais receitas, rendimentos e ganhos de capital, na forma da Lei 9.430/96.

Posteriormente, o art. 22 da Lei nº 10.684/03 alterou o percentual de presunção das empresas prestadoras de serviço para 32% (inclusive para fins de recolhimento de estimativas no regime do Lucro Real) a partir de 01/09/03.

Nova crítica é feita por Higuchi, Higuchi e Higuchi (2007, p. 55):

Os percentuais de presunção de lucro, tanto para incidência do imposto de renda como da CSLL deveriam ser iguais. Não tem sentido os percentuais de presunção do lucro serem diferentes. Na gestão do anterior Secretário da Receita Federal foi abandonado completamente o critério técnico ou de justiça fiscal nas alterações da legislação tributária federal, prevalecendo o critério arrecadatário. A atual administração continua usando o mesmo critério.

A alíquota da CSLL a ser aplicada também é a mesma do Lucro Real, isto é, 9% a ser aplicada sobre a base de cálculo (presumida + demais receitas, rendimentos e ganhos de capital).

Não é permitida a compensação das bases negativas da CSLL, mas as retenções na fonte podem ser diminuídas da contribuição a pagar.

3.5.7. PIS e COFINS Cumulativos

A Apuração do PIS e da COFINS no regime cumulativo está disciplinada pela Lei nº 9.715/98, alterada pela Lei nº 9.718/98 e consiste na aplicação das alíquotas de 0,65% (PIS) e 3,00% (COFINS), sobre a receita bruta das empresas, entendida como “a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas”. Como já mencionado, essa ampliação da base de cálculo já foi julgada inconstitucional pelo STF, formando jurisprudência e, no futuro, (depende de Resolução do Senado Federal) o cálculo será feito apenas sobre o faturamento (receita obtida com a venda de mercadorias ou prestação de serviços).

Dessa receita bruta, podem ser excluídos, entre outros: as receitas isentas, as não alcançadas pela incidência ou as sujeitas à alíquota zero; as receitas não operacionais decorrentes da venda de ativo imobilizado; as vendas canceladas; os descontos incondicionais concedidos; as reversões de provisões; os resultados positivos da avaliação de investimentos pelo valor do

patrimônio líquido e dos lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita.

Também no caso do PIS e da COFINS no regime cumulativo, aquelas atividades com tratamento diferenciado mencionadas no item 3.4.9, permanecem com suas alíquotas específicas e sistemas de apuração próprios.

3.5.8. Contabilidade no Lucro Presumido e Obrigações Acessórias

O art. 527 do RIR/99 estabelece:

Art. 527. A pessoa jurídica habilitada à opção pelo regime de tributação com base no Lucro Presumido deverá manter (Lei nº 8.981, de 1995, art. 45):

I - escrituração contábil nos termos da legislação comercial;

II - Livro Registro de Inventário, no qual deverão constar registrados os estoques existentes no término do ano-calendário;

III - em boa guarda e ordem, enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes, todos os livros de escrituração obrigatórios por legislação fiscal específica, bem como os documentos e demais papéis que serviram de base para escrituração comercial e fiscal.

Parágrafo único. O disposto no inciso I deste artigo não se aplica à pessoa jurídica que, no decorrer do ano-calendário, mantiver Livro Caixa, no qual deverá estar escriturado toda a movimentação financeira, inclusive bancária (Lei nº 8.981, de 1995, art. 45, parágrafo único).

Essa dispensa de escrituração contábil, como já foi dito, tem levado vários contadores a oferecer aos seus clientes o Lucro Presumido como forma de tributação simplificada (e nesse caso cobram menos), principalmente para aqueles que ultrapassam o limite do SIMPLES. Os empresários, por sua vez, não querem se envolver nesse assunto, entendendo a contabilidade como custo a ser diminuído e se preocupando apenas com o DARF.

A entrega de declarações de informações, tais como: DIPJ, DACTON, DCTF, DIRF etc., também é obrigatória.

3.5.9. Distribuição de Lucros aos Sócios

Segundo o art. 10 da Lei nº 9.249/95, os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir de janeiro de 1996, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no Lucro Real, Presumido ou Arbitrado, não ficarão sujeitas à incidência de imposto de renda na fonte, nem integrarão a base de cálculo do imposto de renda do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliada no País ou no exterior.

Conforme o art. 48 da IN nº 93/97, são isentos de imposto de renda na fonte os lucros distribuídos aos sócios, correspondentes à diferença entre o valor da base de cálculo do imposto (Lucro Presumido ou Arbitrado), diminuída de todos os impostos e contribuições a que estiver sujeita a pessoa jurídica (IRPJ, inclusive adicional, CSLL, PIS e COFINS). É possível distribuir com isenção a parcela de lucros ou dividendos excedentes ao valor dessa diferença, desde que a empresa demonstre, mediante **escrituração contábil feita com observância da lei comercial**, que o lucro efetivo é maior que o determinado segundo as normas para apuração da base de cálculo do imposto pela qual houver optado.

Concluem Santos e Barros (2000, p.76), “não há dúvida de que, tanto sob o aspecto legal quanto gerencial, as pessoas jurídicas tributadas com base no Lucro Presumido devem manter a escrituração contábil (embora a legislação fiscal admita apenas a escrituração do livro Caixa [...]).”

3.6 Arquivos Magnéticos

Outro ponto importante e muitas vezes desprezado pelas empresas (inclusive as grandes), é com relação aos arquivos magnéticos. Essa é uma preocupação que deveria fazer parte da rotina do contabilista e dos responsáveis pelas pessoas jurídicas. Tal matéria está disciplinada na legislação e merece uma análise mais apurada.

Diz o art. 265 do RIR/99 em relação à obrigatoriedade de apresentação de tais arquivos:

Art. 265. As pessoas jurídicas que, de acordo com o balanço encerrado no período de apuração imediatamente anterior, possuírem patrimônio líquido superior a um milhão seiscientos e trinta e três mil, setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos e utilizarem sistema de processamento eletrônico de dados para registrar negócios e atividades econômicas, escriturar livros ou elaborar documentos de natureza contábil ou fiscal ficarão obrigadas a manter, em meio magnético ou assemelhado, à disposição da Secretaria da Receita Federal, os respectivos arquivos e sistemas

durante o prazo de cinco anos (Lei nº 8.218, de 1991, art. 11 e § 1º, Lei nº 8.383, de 1991, art. 3º, inciso II e Lei nº 9.249, de 1995, art. 30).

Parágrafo único. A Secretaria da Receita Federal expedirá os atos necessários para estabelecer a forma e o prazo em que os arquivos e sistemas deverão ser apresentados (Lei nº 8.218, de 1991, art. 11, § 2º e Lei nº 8.383, de 1991, art. 62).

Já o art. 266 do mesmo regulamento dispõe sobre os prazos e a inobservância da imposição:

Art. 266. A inobservância do disposto no artigo anterior acarretará a imposição das multas previstas no art. 980 (Lei nº 8.218, de 1991, art. 12).

Parágrafo único. O prazo de apresentação dos arquivos de que trata o artigo anterior será de, no mínimo, vinte dias, que poderá ser prorrogado por igual período pela autoridade solicitante, em despacho fundamentado, atendendo a requerimento circunstanciado e por escrito da pessoa jurídica (Lei nº 8.218, de 1991, art. 12, parágrafo único).

E a penalidade está disposta no art. 980:

Art. 980. A inobservância do disposto nos arts. 265 e 266, § 1º, acarretará a imposição das seguintes penalidades (Lei nº 8.218, de 1991, art. 12, Lei nº 8.383, de 1991, art. 3º, inciso I e Lei nº 9.249, de 1995, art. 30):

I - multa de meio por cento do valor da receita bruta da pessoa jurídica no período, aos que não atenderem à forma em que devem ser apresentados os registros e respectivos arquivos;

II - multa de cinco por cento sobre o valor da operação correspondente, aos que omitirem ou prestarem incorretamente as informações solicitadas;

III - multa equivalente a cento e quinze reais e vinte e sete centavos, por dia de atraso, até o máximo de trinta dias, aos que não cumprirem o prazo estabelecido pela Secretaria da Receita Federal ou diretamente pelo Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional, para apresentação dos arquivos e sistemas.

Legislação posterior ampliou o rol das empresas obrigadas a apresentar os arquivos magnéticos, retirando o limite do patrimônio líquido previsto no art. 265 do RIR/99 e só excluindo as empresas optantes pelo SIMPLES. Outra alteração foi no caso do cálculo da multa ser sobre a receita bruta, tendo sido estabelecido um limite de um por cento.

A IN nº 86/01, que disciplinou a forma de apresentação dos arquivos, é bastante rígida com relação aos campos e à formatação. Se as empresas não possuírem os arquivos magnéticos em ordem, dificilmente conseguirão apresentá-los no prazo determinado, ficando sujeitas à autuação fiscal.

Cabe, ainda, mencionar que a Nota Fiscal Eletrônica, instituída pelo Conselho Fiscal de Política Fazendária a partir de 2005, se encontra em implantação. E que o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED instituído pelo Decreto nº 6.022/07, que unificará as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial (SPED Contábil) e fiscal (SPED Fiscal) dos empresários e das sociedades empresariais (novas denominações criadas pelo novo Código Civil de 2002), mediante fluxo único, computadorizado, de informações, também está avançando.

Recentemente Siqueira (2008) alertou para o desconhecimento das empresas sobre esse assunto:

Uma boa parte das empresas brasileiras, contudo, ainda não sabe nem o que é o SPED nem como implantar esse novo tipo de registros digitais contábeis e fiscais. No velho estilo brasileiro, de deixar quase tudo para o último minuto, muitas empresas ainda ignoram pura e simplesmente a obrigatoriedade de adoção desse sistema que irá, sem dúvida, mudar profundamente o relacionamento com o fisco, dentro do processo de modernização da economia e da administração pública brasileira.

Ora, se tudo caminha para a adesão total aos sistemas informatizados, com a eliminação dos documentos em papel, não parece razoável deixar de se fazer a contabilidade, no caso do Lucro Presumido, por conta de uma simplificação na escrituração permitida pela legislação tributária. Os dados para a elaboração das demonstrações financeiras estarão disponíveis e, conseqüentemente, a apuração pelo Lucro Real. O fato de escolher outro regime de tributação será, como sempre deveria ter sido, somente uma alternativa de planejamento tributário.

3.7 Lucro Arbitrado

O Lucro Arbitrado é considerado como uma forma de tributação que pode ser utilizada pelo contribuinte (auto-arbitramento), mas que, em geral, é utilizada pelo Fisco, em virtude do não cumprimento das disposições vigentes quanto à manutenção da escrituração fiscal e outras obrigações acessórias ou da opção pelo Lucro Presumido quando a empresa estava impedida de fazê-lo.

As hipóteses de arbitramento estão definidas no RIR/99, que em seu art. 530 dispõe:

Art. 530. O imposto, devido trimestralmente, no decorrer do ano-calendário, será determinado com base nos critérios do Lucro Arbitrado, quando (Lei nº 8.981, de 1995, art. 47 e Lei nº 9.430, de 1996, art. 1º):

I - o contribuinte, obrigado à tributação com base no Lucro Real, não mantiver escrituração na forma das leis comerciais e fiscais ou deixar de elaborar as demonstrações financeiras exigidas pela legislação fiscal;

II - a escrituração a que estiver obrigado o contribuinte revelar evidentes indícios de fraudes ou contiver vícios, erros ou deficiências que a tornem imprestável para:

a) identificar a efetiva movimentação financeira, inclusive bancária; ou

b) determinar o Lucro Real;

III - o contribuinte deixar de apresentar à autoridade tributária os livros e documentos da escrituração comercial e fiscal ou o Livro Caixa, na hipótese do parágrafo único do art. 527;

IV - o contribuinte optar indevidamente pela tributação com base no Lucro Presumido;

V - o comissário ou representante da pessoa jurídica estrangeira deixar de escriturar e apurar o lucro da sua atividade separadamente do lucro do comitente residente ou domiciliado no exterior (art. 398);

VI - o contribuinte não mantiver, em boa ordem e segundo as normas contábeis recomendadas, Livro Razão ou fichas utilizados para resumir e totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no Diário. Lucro Real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas por este Decreto (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º).

É aberta a possibilidade de que o contribuinte, por iniciativa própria, efetue os pagamentos do IRPJ e da CSLL pelo Lucro Arbitrado, desde que a receita bruta seja conhecida.

Como relatam Carvalho e Murgel (2000, p. 98), a natureza sancionatória do arbitramento é muito discutida, já que muitas vezes representa “uma verdadeira penalidade ao contribuinte”. Reforçam esse entendimento Neves e Viceconti (1999, p. 19) ao declararem que o Lucro Arbitrado “[...] não deve ser encarado como modalidade optativa ou favorecida de tributação, pois representa coercitivamente a determinação do lucro e do imposto para os contribuintes [...]”

Por outro lado, como o art. 538 do RIR/99 estipula que o arbitramento do lucro não excluiu a aplicação das penalidades cabíveis, a Secretaria da Receita Federal do Brasil considera o Lucro Arbitrado como forma de tributação, sendo que, no caso de ser realizado pelo Fisco, incidirá sobre o valor apurado multa de 75% ou 150%, prevista no art. 44 da Lei nº 9.430/96.

O Lucro Arbitrado, também, é apurado trimestralmente, com períodos de apuração encerrados em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro.

A base de cálculo do imposto, quando a receita bruta é conhecida, é obtida pela multiplicação de percentuais fixados pela legislação, de acordo com a atividade de cada empresa, pela receita bruta auferida no trimestre, sendo o resultado acrescido das demais receitas, rendimentos e ganhos de capital, na forma da Lei 9.430/96. Na verdade, o regime é muito parecido com o do Lucro Presumido, sendo que as alíquotas são as mesmas acrescentadas de 20%.

Assim, a tabela prática do item 3.5.3 passa a ser:

Tabela 6 - Percentuais do IRPJ sobre o Lucro Arbitrado

ATIVIDADES	PERCENTUAL (%)
Revenda de combustíveis derivados de petróleo e álcool, inclusive gás	1,92
Comércio e indústria	9,6
Serviços de transporte de cargas	9,6
Sobre a receita bruta dos serviços hospitalares	9,6
Sobre a receita bruta de construção por empreitada, quando houver emprego de materiais em qualquer quantidade (Ato Declaratório Normativo COSIT n.º 06/97)	9,6
Serviços de transporte de passageiros	19,2
Revenda de combustíveis derivados de petróleo e álcool, inclusive gás	1,92
Prestação de serviços que dependam de habilitação profissional (S/C 2.397)	38,4
Intermediação de negócios	38,4
Administração, locação ou cessão de bens imóveis e móveis	38,4
Construção por administração ou por empreitada unicamente de mão de obra (Ato Declaratório Normativo COSIT n.º 06/97)	38,4
Prestação de serviços de suprimento de água tratada e coleta de esgoto e exploração de rodovia mediante cobrança de pedágio (Ato Declaratório COSIT nº 16/2000)	38,4
Sobre a receita bruta de empresas financeiras	45,0

FONTE: RIR/99, 2007, p. 1275 (adaptada pelo autor)

Obs.: Valem as mesmas notas do Lucro Presumido (item 3.5.3) só que o percentual passa a ser de 19,2% (dezenove vírgula dois por cento).

No caso do contribuinte possuir atividades diversificadas, será aplicado o percentual correspondente a cada atividade.

Também não é possível compensar prejuízos. A alíquota do IRPJ e do adicional, também, são as mesmas do Lucro Real, isto é, 15% a ser aplicada sobre o lucro total (presumido + demais receitas, rendimentos e ganhos de capital) com o adicional de 10% sobre a parcela que exceder o valor de R\$ 20.000,00 multiplicado pelo número de meses do respectivo período de apuração.

Não é permitida a dedução de incentivos fiscais, mas as retenções na fonte podem ser diminuídas do imposto a pagar.

No caso da base de cálculo da CSLL das empresas tributadas pelo Lucro Arbitrado, não há o acréscimo de 20 % sobre a alíquota do Lucro Presumido, permanecendo a multiplicação do percentual de 12% pela receita bruta auferida no trimestre, independentemente da atividade exercida pela empresa, sendo o resultado acrescido das demais receitas, rendimentos e ganhos de capital, na forma da Lei 9.430/96. O percentual de presunção das empresas prestadoras de serviço, também, permanece em 32%.

A alíquota da CSLL a ser aplicada continua a mesma do Lucro Real, isto é, 9% a ser aplicada sobre a base de cálculo (presumida + demais receitas, rendimentos e ganhos de capital). Não é permitida a compensação das bases negativas da CSLL, mas as retenções na fonte podem ser diminuídas da contribuição a pagar.

Quando a receita bruta não é conhecida, o arbitramento é feito somente pelo Fisco, nos termos do art. 535 do RIR/99, que prevê oito alternativas de cálculo, que podem ser percentuais do Lucro Real do último período em que a pessoa jurídica manteve escrituração, da soma de ativos, do capital, do patrimônio líquido, do valor das compras de mercadorias efetuadas no mês, dos valores da folha de pagamento dos empregados e das compras de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, da soma dos valores devidos no mês a empregados e até do valor mensal do aluguel devido.

O PIS e a COFINS são calculados pelo regime cumulativo.

3.8 SIMPLES FEDERAL e SIMPLES NACIONAL

3.8.1. SIMPLES FEDERAL

Implementado, inicialmente, por meio da Lei nº 9.317/96, o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES FEDERAL é um regime de tributação diferenciado, simplificado e favorecido. Constituiu-se, basicamente, no recolhimento de um único DARF que engloba vários impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI, INSS da empresa), calculado mediante a aplicação de alíquotas sobre a receita bruta.

Segundo Young (2007, p. 13), o SIMPLES FEDERAL é uma forma de tributação que pode ser considerada progressiva, pois à medida que se aumenta o faturamento da empresa, muda-se a alíquota de tributação.

Por ser um sistema simplificado e com redução de carga tributária, o governo procurou restringir seus participantes. Inicialmente, estabeleceu os seguintes conceitos:

Microempresa: a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (a partir de março/2004 esse limite passou a R\$ 240.000,00);

Empresa de Pequeno porte: a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (a partir de março/2004 esses limites passaram a R\$ 240.000,00 e R\$ 2.400.000,00, respectivamente).

A receita bruta é considerada o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. Ela pode ser considerada pelo regime de competência ou de caixa.

Após isso, limitou as atividades que poderiam se enquadrar no SIMPLES FEDERAL, ao vedar a opção ao regime às pessoas jurídicas que, entre outros:

I - na condição de microempresa que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (a partir de março/2004 esse limite passou a R\$ 240.000,00);

II - na condição de empresa de pequeno porte que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 1.200.000,00 (a partir de março/2004 esse limite passou a R\$ 2.400.000,00);

III - constituída sob a forma de sociedade por ações;

IV - cuja atividade seja banco comercial, banco de investimentos, banco de desenvolvimento, caixa econômica, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedade de crédito imobiliário, sociedade corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidora de títulos e valores mobiliários, empresa de arrendamento mercantil, cooperativa de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidade de previdência privada aberta;

V - que se dedique à compra e à venda, ao loteamento, à incorporação ou à construção de imóveis;

VI - que tenha sócio estrangeiro, residente no exterior;

VII - constituída sob qualquer forma, de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;

VIII - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no país, de pessoa jurídica com sede no exterior;

IX - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa, desde que a receita bruta global ultrapasse os limites mencionados acima;

X - de cujo capital participe, como sócio, outra pessoa jurídica;

XI - que realize operações relativas a locação ou administração de imóveis, armazenamento e depósito de produtos de terceiros, propaganda e publicidade, excluídos os veículos de comunicação, *factoring*, prestação de serviço vigilância, limpeza, conservação e locação de mão-de-obra;

XII - que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante, ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculos, cantor, músico, dançarino, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, fisicultor ou assemelhados e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida;

XIII - que tenha débito inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

XIV - cujo titular ou sócio que participe de seu capital com mais de 10% (dez por cento), esteja inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

XV - cujo titular ou sócio com participação em seu capital superior a 10% (dez por cento), adquira bens ou realize gastos em valor incompatível com os rendimentos por ele declarados.

Como bem esclarecem Higuchi, Higuchi e Higuchi (2007, p. 67):

A Lei do regime de SIMPLES procurou impedir a opção de atividades com maior margem de lucro líquido em relação à receita bruta e também das atividades que usam intensamente a mão-de-obra. O primeiro impedimento visou não criar favorecimentos tributários enquanto o segundo foi para impedir a queda de arrecadação da contribuição previdenciária.

O valor a recolher de SIMPLES FEDERAL é obtido pela multiplicação de percentuais progressivos (a alíquota a ser aplicada é determinada pela receita bruta acumulada no ano até o mês de recolhimento) pela receita bruta auferida no mês. As tabelas desses percentuais inicialmente variavam de 3,00% (receita bruta inferior a R\$ 60.000,00) a 8,60% (receita bruta superior a R\$ 1.080.000,00), sendo que, caso a empresa ultrapassasse o limite de R\$

1.200.000,00 durante o ano, aplicaria o percentual de 10,32%. No caso de contribuintes do IPI é acrescentado 0,50 %.

Com a inflação chegando a mais de 100% no período de 1996 a 2005, fez-se necessária a correção da tabela. Só que ao invés de se aplicar a correção de forma linear, o governo criou novas alíquotas para receita bruta superior a R\$ 1.200.000,00, chegando a 12,60% (receita bruta superior a R\$ 2.280.000,00), sendo que, caso a empresa ultrapassasse o limite de R\$ 2.400.000,00 durante o ano, aplicaria o percentual de 15,12%. Isso significou um aumento de carga tributária violento e, em alguns casos, passou a ser vantajosa a tributação pelo Lucro Presumido (ainda que tivesse que pagar IPI e INSS da empresa de acordo com a legislação específica de cada um).

Caso a empresa ultrapasse o limite de Microempresa, ela será tributada como EPP, mas, se ultrapassar o limite de EPP durante o ano, ela estará excluída do SIMPLES FEDERAL no ano seguinte, devendo optar pelo Lucro Presumido ou Lucro Real (nesse caso deverá ter escrituração contábil).

Os ganhos de capital na alienação de ativos são tributados à parte com alíquota de 15%.

Os contribuintes que optarem pelo SIMPLES FEDERAL estão dispensados da escrituração comercial, desde que mantenham em boa ordem e guarda o Livro Caixa (no qual deverá estar escriturada toda a movimentação bancária), o Livro Registro de Inventário e todos os documentos e demais papéis que serviram de base para a escrituração desses livros. Devem ainda apresentar a Declaração Anual de SIMPLES FEDERAL, ficando dispensados de outras declarações.

E consideram-se isentos do imposto de renda, na fonte e na declaração de ajuste do beneficiário, os valores efetivamente pagos ao titular ou sócio da microempresa ou da empresa de pequeno porte, salvo os que corresponderem a pró-labore, aluguéis ou serviços prestados.

3.8.2. SIMPLES NACIONAL

A Lei Complementar nº 123/06 instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, que entrou em vigor a partir de 01/07/07, no lugar do SIMPLES FEDERAL. Adicionou ao rol dos tributos envolvidos o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (Estadual) e o Imposto Sobre Serviços – ISS (Municipal).

A nova lei dispôs que não se incluem no regime diferenciado e favorecido aos contribuintes:

I - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de R\$ 2.400.000,00;

IV - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de R\$ 2.400.000,00;

V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de R\$ 2.400.000,00

VI - constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII - que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX - resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X - constituída sob a forma de sociedade por ações.

Depois, em seu artigo 17, vedou a opção do SIMPLES NACIONAL aos contribuintes:

1) **Em decorrência da composição societária:** que tenha sócio domiciliado no exterior (inciso II); de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal (inciso III);

2) **Em decorrência da Atividade:** que explore atividade de *factoring* (inciso I); transporte intermunicipal e interestadual de passageiros (inciso VI); geradora, transmissora, distribuidora ou comercializadora de energia elétrica (inciso VII); importação ou fabricação de automóveis e motocicletas (inciso VIII); importação de combustíveis (inciso IX); industrial ou atacadista de bebidas alcoólicas, cigarros, armas, bem como de outros produtos tributados pelo IPI com alíquota ad valorem superior a 20% ou com alíquota específica (inciso X); loteamento e incorporação de imóveis (inciso XIV);

3) **Em decorrência da natureza do serviço:** que preste serviço de comunicação (inciso IV); que realize cessão ou locação de mão-de-obra (inciso XII); que realize atividade de consultoria (inciso XIII); que tenha por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não (inciso XI);

4) **Em decorrência do veto às vedações liberadas (art. 17, § 1º):** Decoração e paisagismo (veto ao inciso XXII, art. 17, § 1º); Representante comercial e corretoras de seguro (veto ao inciso XXVIII, art. 17, § 1º);

5) **Por inadimplência:** que possua débito com o INSS ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa (inciso V).

E, ainda, no § 1º do mesmo artigo dispôs que as vedações não se aplicavam aos contribuintes:

Tributação com as alíquotas do Anexo III:

I - creche, pré-escola e estabelecimento de ensino fundamental;

II - agência terceirizada de correios;

III - agência de viagem e turismo;

IV - centro de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga;

V - agência lotérica;

VI - serviços de manutenção e reparação de automóveis, caminhões, ônibus, outros veículos pesados, tratores, máquinas e equipamentos agrícolas;

VII - serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores;

VIII - serviços de manutenção e reparação de motocicletas, motonetas e bicicletas;

IX - serviços de instalação, manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática;

X - serviços de reparos hidráulicos, elétricos, pintura e carpintaria em residências ou estabelecimentos civis ou empresariais, bem como manutenção e reparação de aparelhos eletrodomésticos;

XI - serviços de instalação e manutenção de aparelhos e sistemas de ar condicionado, refrigeração, ventilação, aquecimento e tratamento de ar em ambientes controlados;

XII - veículos de comunicação, de radiodifusão sonora e de sons e imagens e mídia externa.

Tributação com alíquotas do Anexo IV:

XIII - construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de sub-empregada;

XIV - transporte municipal de passageiros;

XV - empresas montadoras de estandes para feiras;

XVI - escolas livres, de línguas estrangeiras, artes, cursos técnicos e gerenciais;

XVII - produção cultural e artística;

XVIII - produção cinematográfica e de artes cênicas;

Tributação com alíquotas do Anexo V:

XIX - cumulativamente administração e locação de imóveis de terceiros;

XX - academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais;

XXI - academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes;

XXII - (VETADO - decoração e paisagismo)

XXIII - elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, desde que desenvolvidos em estabelecimento do optante;

XXIV - licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;

XXV - planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, desde que realizados em estabelecimento do optante;

XXVI - escritórios de serviços contábeis;

XXVII - serviço de vigilância, limpeza ou conservação;

XXVIII - (VETADO - representante comercial e corretoras de seguro)

O teto de R\$ 2.400.000,00, anteriormente estabelecido pelo SIMPLES FEDERAL, foi mantido. O equilíbrio entre a uniformidade da Federação e a diversidade dos entes federados, foi contemplado ao permitir aos Estados menores a fixação de tetos inferiores de acordo com sua participação no PIB do país, sendo que a opção do Estado vincula os Municípios:

- 1) PIB até 1%: R\$ 1.200.000,00;
- 2) PIB mais de 1% e menos 5%: R\$ 1.800.000,00;
- 3) PIB superior a 5%: R\$ 2.400.000,00 (obrigatório).

Uma mudança profunda apresentada pelo novo regime foi a de que o valor a recolher do SIMPLES FEDERAL é obtido pela multiplicação de percentuais progressivos pela receita bruta auferida no mês, mas as alíquotas progressivas são determinadas em face da receita bruta acumulada nos últimos doze meses (ao contrário do SIMPLES FEDERAL em que a acumulação iniciava a cada ano). Isso resultou em novo aumento de carga tributária.

Devido aos novos tributos incluídos e à necessidade de agregação por tipo de atividade para facilitar o rateio da arrecadação (por se tratar de um único DARF), foram criadas inúmeras tabelas, que constam dos anexos próprios para a tributação setorial:

Anexo I – COMÉRCIO - alíquotas de 4,00% a 11,61%;

Anexo II – INDÚSTRIA - alíquotas de 4,50% a 12,11%;

Anexo III – SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS (I a XII do § 1º do art. 17 da LC nº 123/06) - alíquotas de 6,00% a 17,42%);

Anexo IV – SERVIÇOS (XIII a XVIII do § 1º do art. 17 da LC nº 123/06) - alíquotas de 4,50% a 16,85%;

Anexo V – SERVIÇOS (XIX a XXVIII do § 1º do art. 17 da LC nº 123/06) - alíquotas de 4,00% a 13,50%), devendo nesse caso ser calculado a relação “r” (folha de salários incluídos

encargos em 12 meses ÷ receita bruta em 12 meses), que se for inferior a 0,40 estabelece alíquotas válidas para todas as faixas de receita.

Caso durante o ano a receita bruta acumulada ultrapasse o limite de R\$ 200.000,00 multiplicado pelo número de meses do período de atividade, as alíquotas finais serão acrescidas em 20%.

Os critérios de exclusão, tributação de ganhos de capital, escrituração, obrigações acessórias e distribuição de lucros aos sócios continuam os mesmos do SIMPLES FEDERAL.

Mais uma vez destaca-se a crítica de Higuchi, Higuchi e Higuchi (2007, p. 83):

A lei comemorada pelo Governo Federal e pelos empresários é de aplicação complexa e que (sic) pratica muitas injustiças e diminui a arrecadação dos estados menos desenvolvidos onde a maioria das empresas tem receita bruta inferior a R\$ 120.000,00. Na distribuição da arrecadação a maior fatia fica com o INSS. Isso significa que, na realidade a contribuição ao INSS das empresas no SIMPLES NACIONAL passou a incidir sobre a receita, com pagamento pelas empresas que não tem nenhum empregado.

Saliente-se que o novo SIMPLES NACIONAL, por sua complexidade e aumento de carga tributária em relação ao SIMPLES FEDERAL, fez com que o Lucro Presumido, que, em alguns casos já era mais atrativo que o regime simplificado, se tornasse ainda mais interessante, especialmente se a empresa não possui muitos empregados.

4 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Amostra

Segundo Stevenson (1981, p.158), a finalidade da amostragem é permitir fazer inferências sobre uma população sem precisar examinar cada um dos seus elementos.

Os métodos para a composição das amostras podem ser classificados em probabilísticos (amostragem aleatória simples, sistemática, estratificada e por conglomerados) e não probabilísticos (amostragem accidental, intencional e por quotas). Esses últimos ocorrem quando é feita uma escolha deliberada dos elementos da amostra, não sendo possível a generalização dos resultados das pesquisas para a população (MARTINS, 1994, p. 40).

Quando se pensa em qualquer trabalho relacionado à área tributária, a primeira referência no âmbito federal é a base de dados da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Entretanto, conforme já mencionado, essa fonte de pesquisa não se encontra disponível devido à proteção do sigilo fiscal. Somente dados gerais são fornecidos, assim mesmo com uma defasagem de vários anos.

Santos (2007, p.38) reforça essa dificuldade ao afirmar:

No que se refere às empresas, em atividade ou já encerradas, o Brasil não dispõe de dados que possam ser utilizados como fonte inequívoca de pesquisa para qualquer tipo de trabalho. O que habitualmente se encontra são previsões, expectativas, estimativas, valores aproximados etc.

Desse modo, o pesquisador deve procurar fontes confiáveis para desenvolver seu trabalho. Ocorre que as empresas relutam em expor seus dados, seja por questões de concorrência ou por achar que de alguma forma estarão em evidência perante o Fisco.

Uma maneira de resolver esse problema é a garantia do anonimato das empresas que disponibilizam seus dados para o estudo acadêmico. Como o que interessa são os dados contábeis, o regime de tributação adotado, os valores dos tributos devidos e as atividades exercidas, procurou-se obter dados sem a identificação das companhias, tão somente um número sequencial que as diferencie. Há que se ter em mente também que devido às

particularidades de cada empresa, uma análise detalhada da opção de tributação delas só é possível quando se dispõe de todas as informações contábeis, financeiras e fiscais.

Assim, entrou-se em contato com dois escritórios de contabilidade que, após tomarem conhecimento do estudo acadêmico que seria realizado, se dispuseram a fornecer os dados necessários para a pesquisa.

O primeiro deles, de São Paulo, disponibilizou cópias das DRE anuais (somente em alguns casos trimestrais), tanto para empresas que optaram pelo Lucro Real quanto para as que escolheram o Lucro Presumido. A seleção foi feita em conjunto (pesquisador e escritório), excluindo-se as empresas que optaram pelo SIMPLES e as que não podiam optar pelo Lucro Presumido (faturamento no ano anterior esteve acima de R\$ 48 milhões, *factorings* etc.). De modo a ampliar-se a massa crítica de dados, estabeleceu-se o período de análise de 2003 a 2007. Classificaram-se as empresas pelos seus respectivos ramos de atividade, para que pudesse ser utilizado o correto percentual de presunção do Lucro Presumido. Foi informado de que o escritório faz a análise do regime de tributação mais adequado anualmente. Considerando todo o período, as 52 empresas conseguidas dessa fonte resultaram em 50 apurações pelo Lucro Real e 157 pelo Lucro Presumido (pois foram disponibilizados vários anos de uma mesma companhia).

Já o segundo escritório, de São Bernardo do Campo, forneceu dados relativos aos tributos IRPJ, CSLL, PIS e COFINS detalhados trimestralmente, de uma empresa com apuração pelo Lucro Real e de uma pelo Lucro Presumido, permitindo a comparação mais apurada entre os dois sistemas. Além disso, disponibilizou mais duas DRE de empresas que optaram pelo Lucro Real e duas que optaram pelo Lucro Presumido.

Assim sendo, essas empresas apresentaram o seguinte perfil, segundo o faturamento anual:

Gráfico 3 - Perfil das Empresas

Embora a apuração do Lucro Presumido seja trimestral e a do Lucro Real possa ser trimestral ou Anual (com estimativas mensais), neste estudo, a comparação será feita anualmente (que é como a maioria dos dados foram obtidos), o que não faz diferença na análise que se propõe.

Os totais das amostras obtidas por regime de tributação se encontram resumidos na tabela 7 a seguir:

Tabela 7 - Empresas por Regime de Tributação

ANO	LUCRO REAL	LUCRO PRESUMIDO	TOTAL
2003	10	29	39
2004	10	30	40
2005	8	34	42
2006	13	35	48
2007	12	32	44
TOTAL	53	160	213

As empresas pesquisadas foram separadas, inicialmente, pelo regime de tributação escolhido (Real ou Presumido), e, a seguir, agrupadas pelo ramo de atividade: comércio, indústria e serviços.

4.2 Premissas Adotadas

Tendo-se em vista a forma como os dados foram obtidos, com as limitações mencionadas, foram adotadas as seguintes premissas, de modo a estabelecer um padrão de análise e cálculo:

- Foi considerado o período anual para o cálculo dos tributos devidos;
- Foi considerada a mesma base de cálculo para o IRPJ e a CSLL;
- As adições referem-se a brindes, multas indedutíveis, equivalência patrimonial e variação monetária passiva;
- As exclusões correspondem à variação monetária ativa;
- Nos casos em que havia compensação de prejuízos na DRE, isso foi considerado nos cálculos realizados (até o limite de 30%). Nas demais situações, foi considerado que não havia saldo de prejuízos (ou de bases negativas da CSLL) a compensar.
- Foi utilizado o valor integral das receitas financeiras no ano de 2004;
- Não foram considerados os valores dos créditos de COFINS relativos aos estoques de 2003;
- Como houve o aumento do percentual de presunção da CSLL do Lucro Presumido para prestadores de serviços, a partir de 01/09/03, de 12% para 32%, foi considerado, no ano de 2003, 2/3 do período com alíquota de 12% e 1/3 com alíquota de 32%;
- Quando havia valores de créditos de PIS e COFINS a compensar na DRE, esses foram usados. Na sua falta, foram considerados os créditos referentes aos valores integrais de compras, serviços contratados, beneficiamento de terceiros, energia elétrica, aluguéis e encargos de depreciação/amortização;
- No cálculo da COFINS não-cumulativa de 2004 foi utilizada a alíquota de 7,6% para o ano todo;

4.3 Plano de Análise

A partir dos dados obtidos, foram calculados os tributos diretos (IRPJ e CSLL) e os indiretos (PIS e COFINS) devidos pelo sistema do Lucro Presumido para as empresas que haviam escolhido o Lucro Real como regime de tributação. Quando a soma dos novos valores foi superior aos tributos recolhidos, configurou-se uma economia tributária (diferença positiva); quando esta foi inferior ao montante devido, houve uma despesa tributária (diferença negativa). Os percentuais de economia ou despesa foram calculados para cada empresa (como forma de equalizar os valores) e separados por ano e por subsetor de atividade (comércio, indústria, serviços e combustível).

Do mesmo modo foi realizado o cálculo do IRPJ, da CSLL, do PIS e da COFINS devidos pelo sistema do Lucro Real para as empresas que escolheram o regime de Lucro Presumido. Novamente foram obtidos os percentuais de economia ou despesa tributária para cada companhia.

Tendo em vista o número de optantes pelo Lucro Real ser reduzido, optou-se pela utilização de amostra composta pelo total dos vários anos por meio do processo de combinação de dados de corte transversal e séries temporais, chamado de “*pooling*” (PYNDICK, 1981, p.252). O mesmo foi aplicado quando da comparação por subsetores.

Alguns itens das amostras apresentaram valores muito elevados de percentuais de economia ou despesa tributária, o que poderia distorcer as comparações entre eles. Assim, seguindo a orientação de Hair *et al.* (1998, p.65), todos os valores foram padronizados em escala z (média igual a 0 e desvio padrão igual a 1). Para pequenas amostras (menores que 80), são considerados “*outliers*” aqueles casos cujos valores padronizados se situam a 2,5 ou mais desvios-padrões da média. Sendo esse o caso em questão, foram identificados e excluídos da análise 3 “*outliers*” (regime de Lucro Real).

Já para amostras maiores são considerados “*outliers*” aqueles casos cujos valores padronizados se situam a 3 ou 4 desvios-padrões da média (adotou-se). No regime do Lucro Presumido, o total de “*outliers*” excluídos foi de 2 .

A seguir, foram calculadas as médias de economia tributária obtidas, subsetor a subsetor, ano a ano e feitas as comparações.

Os testes estatísticos não-paramétricos são indicados quando as suposições necessárias para a utilização de testes paramétricos não são atendidas e têm um papel proeminente nas ciências sociais (SIEGEL, 2006, p. 53). Para a comparação de médias, tratando-se de k amostras independentes, o teste não-paramétrico mais indicado é o Kruskal-Wallis (STEVENSON, 1981, p. 322; SIEGEL, 2006, p. 235), em que:

$$H_0: \mu_1 = \mu_2 = \mu_3 = \dots = \mu_k$$

$$H_1: \exists i, j: \mu_i \neq \mu_j \text{ (} i \neq j; i, j = 1, 2, 3, \dots, k \text{)}$$

As análises, a seguir, foram desenvolvidas com o apoio do pacote estatístico SPSS®, versão 15.0, utilizando o nível de significância escolhido de 5%.

4.4 Apuração dos Tributos

Como forma de dar maior clareza aos cálculos realizados, apresentam-se dois exemplos detalhados, um de empresa que optou pelo Lucro Real, em que foram apurados os valores devidos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS e sua comparação com os valores devidos se a opção tivesse sido pelo regime de Lucro Presumido e um no caso inverso. A consolidação dos cálculos efetuados vem logo a seguir (item 4.4.3)

4.4.1. Lucro Real para Lucro Presumido

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (R\$)

Receita Bruta			-1.553.379,19
Prestação de serviços	-1.553.379,19	-1.553.379,19	
Custo Direto Merc./Prods./Serviços			182.325,80
Impostos de Vendas			
ISS	77.668,96		
PIS	25.630,75		
COFINS	118.056,81		
(-) Crédito Fiscal PIS	-6.964,70		
(-) Crédito Fiscal COFINS	-32.066,02	182.325,80	
Lucro Bruto			-1.371.053,39
Outras Receitas Operacionais			-51.227,86
Receitas de Aplicações Financeiras	-20.665,98	-51.227,86	
Outras Receitas Não Operacionais	-30.561,88		
Despesas Operacionais			1.092.466,01
Pessoal	56.733,62		
Encargos Sociais	19.822,73		
Pró-Labore	4.470,00		
Vendas	10.150,00		
Gerais e Administrativas	961.044,66		
Financeiras	16.932,24		
Impostos, Taxas e Contribuições	12.649,11		
Depreciação e Amortização	10.663,65	1.092.466,01	
Não dedutíveis	77.244,65	77.244,65	77.244,65
Lucro Líquido antes CSLL/IRPJ			-252.570,59
Provisão p/ CSLL			25.832,23
Provisão p/ IRPJ			47.757,02
Lucro Líquido após CSLL/IRPJ			-178.981,34

APURAÇÃO DOS TRIBUTOS DEVIDOS**LUCRO REAL (R\$)**

PIS:	
PIS (1,65%)	25.630,75
(-) Crédito Fiscal PIS	<u>-6.964,70</u>
Valor Devido PIS	18.666,05
COFINS:	
COFINS (7,60%)	118.056,81
(-) Crédito Fiscal COFINS	<u>-32.066,02</u>
Valor Devido COFINS	85.990,79
IRPJ:	
Lucro Líquido antes CSLL/IRPJ	252.570,59
(+) Adições	77.244,65
(-) Exclusões	<u>0,00</u>
Lucro Real antes Comp. Prej.	329.815,24
(-) Comp. Prejuízos	<u>0,00</u>
Lucro Real após Comp. Prej.	329.815,24
IRPJ (15%)	49.472,29
Adicional (10%)	<u>8.981,52</u>
Valor Devido IRPJ	58.453,81
CSLL:	
Lucro Líquido antes CSLL/IRPJ	252.570,59
(+) Adições	77.244,65
(-) Exclusões	<u>0,00</u>
Lucro Real antes Comp. Base Neg.	329.815,24
(-) Comp. Bases Negativas	<u>0,00</u>
Lucro Real após Comp. Base Neg.	329.815,24
CSLL (9%)	<u>29.683,37</u>
Valor Devido CSLL	29.683,37
Total de Tributos Devidos	192.794,02
Economia Tributária	28.199,26

LUCRO PRESUMIDO (R\$)

PIS:	
Prestação de serviços	1.553.379,19
Receitas de Aplicações Financeiras	20.665,98
Outras Receitas Não Operacionais	<u>30.561,88</u>
Base de Cálculo do PIS	1.604.607,05
PIS (0,65%)	<u>10.429,95</u>
Valor Devido PIS	10.429,95
COFINS:	
Prestação de serviços	1.553.379,19
Receitas de Aplicações Financeiras	20.665,98
Outras Receitas Não Operacionais	<u>30.561,88</u>
Base de Cálculo do PIS	1.604.607,05
PIS (3,00%)	<u>48.138,21</u>
Valor Devido COFINS	48.138,21
IRPJ:	
Prestação de serviços	1.553.379,19
Aplicação Percentual Presunção (32%)	497.081,34
(+) Receitas de Aplicações Financeiras	20.665,98
(+) Outras Receitas Não Operacionais	<u>30.561,88</u>
Base de Cálculo do IRPJ	548.309,20
IRPJ (15%)	82.246,38
Adicional (10%)	<u>30.830,92</u>
Valor Devido IRPJ	113.077,30
CSLL:	
Prestação de serviços	1.553.379,19
Aplicação Percentual Presunção (32%)	497.081,34
(+) Receitas de Aplicações Financeiras	20.665,98
(+) Outras Receitas Não Operacionais	<u>30.561,88</u>
Base de Cálculo do IRPJ	548.309,20
CSLL (9%)	<u>49.347,83</u>
Valor Devido CSLL	49.347,83
Total de Tributos Devidos	220.993,29
Economia Tributária (%)	12,8%

4.4.2. Lucro Presumido para Lucro Real

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (R\$)

Receita Bruta			-1.098.698,26
Prestação de serviços	-1.098.698,26	-1.098.698,26	
Custo Direto Merc./Prods./Serviços			83.049,23
Impostos de Vendas			
ISS	42.946,75		
PIS	7.141,54		
COFINS	32.960,94	83.049,23	
Custo Serviços Prestados			151.322,41
Materiais Aplicados nos Serviços	151.322,41	151.322,41	
Lucro Bruto			-864.326,62
Despesas Operacionais			184.101,49
Pessoal	60.059,24		
Encargos Sociais	25.881,27		
Benefícios a Funcionários	564,00		
Pró-Labore	31.200,00		
Gerais e Administrativas			
Aluguéis	13.654,69		
Energia Elétrica	1.169,15		
Demais Despesas	32.906,67		
Financeiras	6.034,28		
Impostos, Taxas e Contribuições	2.807,91		
Depreciação e Amortização	9.824,28	184.101,49	
Distribuição de Lucros	650.215,65	650.215,65	650.215,65
Lucro Líquido antes CSLL/IRPJ			-30.009,48
Provisão p/ CSLL			13.518,99
Provisão p/ IRPJ			16.490,49
Lucro Líquido após CSLL/IRPJ			0,00

APURAÇÃO DOS TRIBUTOS DEVIDOS

LUCRO PRESUMIDO (R\$)		LUCRO REAL (R\$)	
PIS:		PIS:	
Prestação de serviços	1.098.698,26	Prestação de serviços	1.098.698,26
Base de Cálculo do PIS	1.098.698,26	Base de Cálculo do PIS	1.098.698,26
PIS (0,65%)	<u>7.141,54</u>	Débitos PIS (1,65%)	18.128,52
		Créditos PIS	
		Materiais Aplicados nos Serviços	151.322,41
		Aluguéis	13.654,69
		Energia Elétrica	1.169,15
		Depreciação e Amortização	<u>9.824,28</u>
		Base de Cálculo Créditos PIS:	175.970,53
		Créditos PIS (1,65%)	<u>-2.903,51</u>
Valor Devido PIS	7.141,54	Valor Devido PIS	15.225,01
COFINS:		COFINS:	
Prestação de serviços	1.098.698,26	Prestação de serviços	1.098.698,26
Base de Cálculo do PIS	1.098.698,26	Base de Cálculo do PIS	1.098.698,26
PIS (3,00%)	<u>32.960,95</u>	Débitos COFINS (7,60%)	83.501,07
		Créditos COFINS	
		Materiais Aplicados nos Serviços	151.322,41
		Aluguéis	13.654,69
		Energia Elétrica	1.169,15
		Depreciação e Amortização	<u>9.824,28</u>
		Base de Cálculo Créditos COFINS:	175.970,53
		Créditos COFINS (7,60%)	<u>-13.373,76</u>
Valor Devido COFINS	32.960,95	Valor Devido COFINS	70.127,31
IRPJ:		IRPJ:	
Prestação de serviços	1.098.698,26	Receita Bruta	1.098.698,26
Aplicação Percentual Presunção (32%)	351.583,44	Custos	-234.371,64
Base de Cálculo do IRPJ	351.583,44	(+) PIS/COFINS (DRE)	40.102,48
IRPJ (15%)	52.737,52	(-) PIS/COFINS	-85.352,32
Adicional (10%)	<u>11.158,34</u>	Despesas	<u>-184.101,49</u>
		Lucro Líquido antes CSLL/IRPJ	634.975,29
		(+) Adições	0,00
		(-) Exclusões	<u>0,00</u>
		Lucro Real antes Comp. Prej.	634.975,29
		(-) Comp. Prejuízos	<u>0,00</u>
		Lucro Real após Comp. Prej.	634.975,29
		IRPJ (15%)	95.246,29
		Adicional (10%)	<u>39.497,53</u>
Valor Devido IRPJ	63.895,86	Valor Devido IRPJ	134.743,82
CSLL:		CSLL:	
Prestação de serviços	1.098.698,26	Receita Bruta	1.098.698,26
Aplicação Percentual Presunção (32%)	351.583,44	Custos	-234.371,64
Base de Cálculo do IRPJ	351.583,44	(+) PIS/COFINS (DRE)	40.102,48
CSLL (9%)	<u>31.642,51</u>	(-) PIS/COFINS	-85.352,32
		Despesas	<u>-184.101,49</u>
		Lucro Líquido antes CSLL/IRPJ	634.975,29
		(+) Adições	0,00
		(-) Exclusões	<u>0,00</u>
		Lucro Real antes Comp. Base Neg.	634.975,29
		(-) Comp. Bases Negativas	<u>0,00</u>
		Lucro Real após Comp. Base Neg.	634.975,29
		CSLL (9%)	<u>57.147,78</u>
Valor Devido CSLL	31.642,51	Valor Devido CSLL	57.147,78
Total de Tributos Devidos	135.640,86	Total de Tributos Devidos	277.243,92
Economia Tributária	141.603,06	Economia Tributária (%)	51,1%

4.4.3. Consolidação dos Cálculos Efetuados

Os cálculos para todas as empresas e em todos os períodos foram efetuados conforme os exemplos acima, resultando em economias (quando o regime de tributação escolhido foi menos oneroso que sua alternativa) ou despesas (quando houve pagamento maior de tributos em função da sistemática adotada) tributárias. Para efeito de comparação esses valores foram transformados em percentuais e separados entre as que optaram pelo Lucro Real (tabela 8) e as que optaram pelo Lucro Presumido (tabela 9).

Tabela 8 - Percentuais de Economias ou Despesas Tributárias Obtidas (Optantes pelo Lucro Real)

Empresa	Atividade	Ano	Tributação	Desp. Trib.	Desp. Trib. (%)	Econ. Trib.	Econ. Trib. (%)
1	Serviços	2004	Real	0,00	0,0	5.748,31	28,7
1	Serviços	2005	Real	0,00	0,0	87.016,08	34,8
1	Serviços	2006	Real	0,00	0,0	4.879,65	23,8
1	Serviços	2007	Real	0,00	0,0	5.613,64	28,0
3	Serviços	2003	Real	0,00	0,0	7.088,19	32,6
3	Serviços	2004	Real	0,00	0,0	3.113,03	16,6
3	Serviços	2006	Real	-1.486,54	-14,3	0,00	0,0
4	Serviços	2003	Real	0,00	0,0	104.710,90	59,8
4	Serviços	2004	Real	0,00	0,0	102.168,71	59,3
5	Indústria	2003	Real	0,00	0,0	127.504,12	56,0
5	Indústria	2004	Real	0,00	0,0	96.898,82	83,0
5	Indústria	2005	Real	0,00	0,0	223.386,27	93,7
5	Indústria	2006	Real	0,00	0,0	424.898,29	90,4
6	Serviços	2006	Real	0,00	0,0	12.229,91	34,3
6	Serviços	2007	Real	0,00	0,0	91.104,69	38,1
7	Serviços	2007	Real	0,00	0,0	12.743,08	41,0
8	Indústria	2006	Real	0,00	0,0	239.644,27	75,9
8	Indústria	2007	Real	0,00	0,0	219.227,91	70,3
9	Comércio	2005	Real	0,00	0,0	255.370,46	50,4
9	Comércio	2006	Real	0,00	0,0	181.834,43	52,7
10	Serviços	2003	Real	0,00	0,0	90.251,68	52,2
11	Serviços	2003	Real	0,00	0,0	292.638,84	45,3
11	Serviços	2004	Real	0,00	0,0	302.717,33	34,1
11	Serviços	2005	Real	0,00	0,0	587.358,15	49,5
11	Serviços	2006	Real	0,00	0,0	471.549,81	33,7
11	Serviços	2007	Real	0,00	0,0	717.901,18	46,8
12	Indústria	2006	Real	0,00	0,0	388.776,19	82,6
12	Indústria	2007	Real	0,00	0,0	586.803,70	76,2
13	Serviços	2003	Real	0,00	0,0	1.865.976,17	59,8
13	Serviços	2004	Real	0,00	0,0	3.016.349,67	81,2
13	Serviços	2005	Real	0,00	0,0	2.969.668,79	60,8
13	Serviços	2006	Real	0,00	0,0	4.161.322,00	72,9
13	Serviços	2007	Real	0,00	0,0	4.001.941,27	67,8
14	Serviços	2003	Real	0,00	0,0	10.265,24	54,1
14	Serviços	2004	Real	0,00	0,0	27.294,30	71,7

Empresa	Atividade	Ano	Tributação	Desp. Trib.	Desp. Trib. (%)	Econ. Trib.	Econ. Trib. (%)
15	Comércio	2005	Real	0,00	0,0	1.110.955,11	78,5
15	Comércio	2006	Real	0,00	0,0	1.297.601,78	69,5
15	Comércio	2007	Real	0,00	0,0	1.818.791,42	75,9
16	Serviços	2003	Real	0,00	0,0	217.053,97	65,8
16	Serviços	2004	Real	0,00	0,0	238.179,71	67,4
17	Serviços	2007	Real	0,00	0,0	28.199,26	12,8
24	Serviços	2003	Real	0,00	0,0	27.681,35	54,5
24	Serviços	2004	Real	0,00	0,0	9.942,56	11,2
27	Combustíveis	2003	Real	0,00	0,0	106.047,26	89,5
27	Combustíveis	2004	Real	0,00	0,0	8.376,70	33,8
27	Combustíveis	2005	Real	0,00	0,0	1.971,82	8,5
27	Combustíveis	2006	Real	0,00	0,0	19.385,80	46,5
53	Comércio	2007	Real	(43.197,21)	-11,4	0,00	0,0
55	Serviços	2007	Real	0,00	0,0	8.389,90	5,8
56	Comércio	2006	Real	0,00	0,0	3.774,04	3,7

Tabela 9 - Percentuais de Economias ou Despesas Tributárias Obtidas (Optantes pelo Lucro Presumido)

Empresa	Atividade	Ano	Tributação	Desp. Trib.	Desp. Trib. (%)	Econ. Trib.	Econ. Trib. (%)
2	Serviços	2005	Presumido	0,00	0,0	11.637,06	28,0
2	Serviços	2006	Presumido	0,00	0,0	8.467,21	22,7
2	Serviços	2007	Presumido	0,00	0,0	12.869,35	25,9
8	Indústria	2003	Presumido	-80.143,58	-109,0	0,00	0,0
9	Comércio	2003	Presumido	-114.380,32	-12,5	0,00	0,0
9	Comércio	2004	Presumido	0,00	0,0	137.374,83	14,6
10	Serviços	2005	Presumido	-155.188,74	-58,2	0,00	0,0
10	Serviços	2006	Presumido	-151.286,36	-41,3	0,00	0,0
10	Serviços	2007	Presumido	-161.212,70	-40,7	0,00	0,0
12	Indústria	2003	Presumido	-106.491,49	-98,8	0,00	0,0
14	Serviços	2005	Presumido	-8.377,17	-9,6	0,00	0,0
14	Serviços	2006	Presumido	0,00	0,0	2.875,80	1,0
14	Serviços	2007	Presumido	-299.551,84	-125,9	0,00	0,0
15	Serviços	2003	Presumido	-110.265,97	-28,8	0,00	0,0
15	Serviços	2004	Presumido	-281.032,38	-126,9	0,00	0,0
16	Comércio	2005	Presumido	-109.146,02	-47,0	0,00	0,0
16	Comércio	2006	Presumido	-35.213,70	-35,0	0,00	0,0
18	Serviços	2003	Presumido	-67.250,64	-6,9	0,00	0,0
18	Serviços	2006	Presumido	0,00	0,0	1.593.079,79	35,4
18	Serviços	2007	Presumido	0,00	0,0	3.005.690,70	43,6
19	Serviços	2003	Presumido	0,00	0,0	14.167,41	66,4
19	Serviços	2004	Presumido	0,00	0,0	24.278,29	69,6
19	Serviços	2005	Presumido	0,00	0,0	19.694,99	47,7
19	Serviços	2006	Presumido	0,00	0,0	39.909,63	55,4
19	Serviços	2007	Presumido	0,00	0,0	56.747,84	42,7

Empresa	Atividade	Ano	Tributação	Desp. Trib.	Desp. Trib. (%)	Econ. Trib.	Econ. Trib. (%)
20	Serviços	2003	Presumido	0,00	0,0	244.974,71	63,7
20	Serviços	2004	Presumido	0,00	0,0	65.914,30	54,0
20	Serviços	2005	Presumido	0,00	0,0	306.751,05	50,6
20	Serviços	2006	Presumido	0,00	0,0	169.687,37	56,9
21	Serviços	2003	Presumido	0,00	0,0	244.625,08	47,1
21	Serviços	2004	Presumido	0,00	0,0	158.397,47	35,5
21	Serviços	2005	Presumido	0,00	0,0	260.309,78	42,2
21	Serviços	2006	Presumido	0,00	0,0	166.282,75	35,9
21	Serviços	2007	Presumido	0,00	0,0	279.943,52	46,0
22	Serviços	2003	Presumido	0,00	0,0	71.523,96	32,5
22	Serviços	2004	Presumido	0,00	0,0	537.732,99	58,8
22	Serviços	2005	Presumido	0,00	0,0	262.953,48	53,7
22	Serviços	2006	Presumido	0,00	0,0	321.151,67	58,4
23	Serviços	2003	Presumido	0,00	0,0	145.246,28	41,7
23	Serviços	2004	Presumido	0,00	0,0	118.850,86	49,0
23	Serviços	2005	Presumido	0,00	0,0	56.567,03	37,4
23	Serviços	2006	Presumido	0,00	0,0	84.400,29	43,8
23	Serviços	2007	Presumido	0,00	0,0	115.465,84	48,2
24	Serviços	2005	Presumido	0,00	0,0	1.413,91	1,9
24	Serviços	2006	Presumido	0,00	0,0	19.821,82	22,4
25	Serviços	2003	Presumido	-4.985,53	-14,1	0,00	0,0
25	Serviços	2004	Presumido	-8.860,22	-27,7	0,00	0,0
25	Serviços	2005	Presumido	-9.667,25	-27,8	0,00	0,0
25	Serviços	2006	Presumido	0,00	0,0	27.254,48	30,0
25	Serviços	2007	Presumido	0,00	0,0	32.274,68	33,3
26	Serviços	2003	Presumido	0,00	0,0	42.326,60	19,9
26	Serviços	2004	Presumido	0,00	0,0	89.388,19	35,4
26	Serviços	2005	Presumido	0,00	0,0	89.907,05	33,6
26	Serviços	2006	Presumido	0,00	0,0	96.065,03	34,5
26	Serviços	2007	Presumido	0,00	0,0	272.478,29	47,4
28	Serviços	2003	Presumido	0,00	0,0	40.880,07	49,4
28	Serviços	2004	Presumido	0,00	0,0	75.013,46	59,3
28	Serviços	2005	Presumido	0,00	0,0	84.047,13	59,0
28	Serviços	2006	Presumido	0,00	0,0	85.794,28	59,5
28	Serviços	2007	Presumido	0,00	0,0	97.686,48	60,7
29	Serviços	2003	Presumido	0,00	0,0	29.568,96	45,0
29	Serviços	2004	Presumido	0,00	0,0	24.436,28	34,8
29	Serviços	2005	Presumido	0,00	0,0	36.892,24	37,6
29	Serviços	2006	Presumido	0,00	0,0	130,53	0,2
29	Serviços	2007	Presumido	0,00	0,0	141.603,06	51,1
30	Serviços	2003	Presumido	0,00	0,0	7.320,25	57,2
30	Serviços	2004	Presumido	0,00	0,0	8.425,34	58,8
30	Serviços	2005	Presumido	0,00	0,0	21.238,28	58,8
30	Serviços	2006	Presumido	0,00	0,0	51.641,37	57,0
30	Serviços	2007	Presumido	0,00	0,0	45.517,90	56,4

Empresa	Atividade	Ano	Tributação	Desp. Trib.	Desp. Trib. (%)	Econ. Trib.	Econ. Trib. (%)
31	Comércio	2003	Presumido	-1.247,14	-28,3	0,00	0,0
31	Comércio	2004	Presumido	0,00	0,0	14.487,72	48,9
31	Comércio	2005	Presumido	0,00	0,0	26.219,77	57,7
31	Comércio	2006	Presumido	-3.658,56	-80,7	0,00	0,0
32	Serviços	2005	Presumido	0,00	0,0	22.620,59	46,1
33	Serviços	2005	Presumido	0,00	0,0	34.490,86	62,3
33	Serviços	2007	Presumido	0,00	0,0	217.562,90	67,1
34	Serviços	2005	Presumido	0,00	0,0	7.587,90	52,2
34	Serviços	2006	Presumido	0,00	0,0	27.803,72	61,1
34	Serviços	2007	Presumido	0,00	0,0	40.725,54	61,6
35	Comércio	2003	Presumido	0,00	0,0	20.405,07	26,1
35	Comércio	2004	Presumido	0,00	0,0	18.183,86	32,1
35	Comércio	2005	Presumido	0,00	0,0	28.492,67	29,8
35	Comércio	2006	Presumido	0,00	0,0	24.168,52	36,4
35	Comércio	2007	Presumido	-17.698,82	-76,6	0,00	0,0
36	Serviços	2004	Presumido	0,00	0,0	2.138,95	12,0
36	Serviços	2005	Presumido	0,00	0,0	10.101,44	33,1
36	Serviços	2007	Presumido	0,00	0,0	7.767,15	23,0
37	Serviços	2004	Presumido	0,00	0,0	13.660,59	60,3
37	Serviços	2005	Presumido	0,00	0,0	30.818,49	67,7
37	Serviços	2006	Presumido	0,00	0,0	64.908,00	70,3
37	Serviços	2007	Presumido	0,00	0,0	43.179,70	71,9
38	Serviços	2006	Presumido	0,00	0,0	23.670,67	58,0
38	Serviços	2007	Presumido	0,00	0,0	22.898,79	55,7
39	Serviços	2007	Presumido	0,00	0,0	10.967,38	52,9
40	Serviços	2003	Presumido	-2.902,86	-21,6	0,00	0,0
40	Serviços	2004	Presumido	0,00	0,0	10.401,73	48,2
40	Serviços	2005	Presumido	0,00	0,0	17.423,60	44,7
40	Serviços	2006	Presumido	0,00	0,0	253.830,60	71,8
40	Serviços	2007	Presumido	0,00	0,0	16.374,88	37,1
41	Serviços	2003	Presumido	0,00	0,0	3.229,22	16,0
41	Serviços	2004	Presumido	0,00	0,0	24.832,94	49,7
41	Serviços	2005	Presumido	0,00	0,0	20.861,33	46,4
41	Serviços	2006	Presumido	0,00	0,0	7.986,74	26,2
41	Serviços	2007	Presumido	0,00	0,0	6.105,31	25,7
42	Comércio	2003	Presumido	0,00	0,0	30.318,56	33,4
42	Comércio	2004	Presumido	0,00	0,0	21.582,21	38,8
42	Comércio	2005	Presumido	0,00	0,0	45.759,60	47,0
42	Comércio	2006	Presumido	0,00	0,0	44.253,24	43,1
42	Comércio	2007	Presumido	0,00	0,0	59.493,87	50,0
43	Serviços	2003	Presumido	-277,73	-38,0	0,00	0,0
43	Serviços	2004	Presumido	0,00	0,0	6.648,31	62,7
43	Serviços	2005	Presumido	0,00	0,0	1.442,18	37,1
43	Serviços	2006	Presumido	0,00	0,0	1.778,91	37,2
43	Serviços	2007	Presumido	0,00	0,0	11.429,59	68,1
44	Serviços	2003	Presumido	0,00	0,0	1.329,57	21,7
44	Serviços	2004	Presumido	-340,41	-71,3	0,00	0,0
44	Serviços	2005	Presumido	-44,34	-4,7	0,00	0,0
44	Serviços	2006	Presumido	0,00	0,0	12.328,97	52,6
44	Serviços	2007	Presumido	0,00	0,0	17.354,76	59,2

Empresa	Atividade	Ano	Tributação	Desp. Trib.	Desp. Trib. (%)	Econ. Trib.	Econ. Trib. (%)
45	Serviços	2003	Presumido	0,00	0,0	35.205,33	47,8
45	Serviços	2004	Presumido	0,00	0,0	84.251,32	60,2
45	Serviços	2005	Presumido	0,00	0,0	88.684,07	57,3
45	Serviços	2006	Presumido	0,00	0,0	49.674,14	51,6
45	Serviços	2007	Presumido	0,00	0,0	46.068,38	52,0
46	Serviços	2003	Presumido	0,00	0,0	7.342,66	34,1
46	Serviços	2004	Presumido	0,00	0,0	14.643,69	32,5
46	Serviços	2005	Presumido	0,00	0,0	11.637,06	28,0
46	Serviços	2006	Presumido	0,00	0,0	8.467,21	22,7
46	Serviços	2007	Presumido	0,00	0,0	12.869,35	25,9
47	Serviços	2003	Presumido	0,00	0,0	39.728,81	59,2
47	Serviços	2004	Presumido	0,00	0,0	56.791,01	60,8
47	Serviços	2005	Presumido	0,00	0,0	79.247,61	62,9
47	Serviços	2006	Presumido	0,00	0,0	62.822,45	61,7
47	Serviços	2007	Presumido	0,00	0,0	54.354,49	57,1
48	Indústria	2003	Presumido	0,00	0,0	4.611,45	39,7
48	Indústria	2004	Presumido	0,00	0,0	4.695,11	40,9
48	Indústria	2005	Presumido	0,00	0,0	10.931,90	51,5
48	Indústria	2006	Presumido	0,00	0,0	5.279,97	35,8
48	Indústria	2007	Presumido	0,00	0,0	18.231,92	48,4
49	Serviços	2004	Presumido	0,00	0,0	5.825,96	41,3
49	Serviços	2006	Presumido	0,00	0,0	5.041,72	32,1
49	Serviços	2007	Presumido	0,00	0,0	3.528,23	21,0
50	Serviços	2003	Presumido	0,00	0,0	3.434,32	52,6
50	Serviços	2004	Presumido	0,00	0,0	2.819,90	44,9
50	Serviços	2005	Presumido	0,00	0,0	4.500,88	50,2
50	Serviços	2006	Presumido	0,00	0,0	15.791,40	48,7
50	Serviços	2007	Presumido	0,00	0,0	15.284,78	50,8
51	Serviços	2003	Presumido	0,00	0,0	2.658,12	11,7
51	Serviços	2004	Presumido	0,00	0,0	17.891,16	50,0
51	Serviços	2005	Presumido	0,00	0,0	24.875,06	52,9
51	Serviços	2006	Presumido	0,00	0,0	25.213,19	49,6
51	Serviços	2007	Presumido	0,00	0,0	27.835,57	49,3
52	Comércio	2003	Presumido	0,00	0,0	4.466,62	37,0
52	Comércio	2004	Presumido	0,00	0,0	24.478,88	66,6
54	Comércio	2007	Presumido	0,00	0,0	12.321,67	6,3
57	Comércio	2006	Presumido	0,00	0,0	1.094.026,74	66,2
58	Comércio	2006	Presumido	0,00	0,0	11.258,23	23,4

4.5 Análise e Interpretação dos Resultados

Na Tabela 10, encontram-se as frequências das economias ou despesas tributárias obtidas pelas empresas que optaram pelo Lucro Real (sem “*outliers*”).

Tabela 10 - Frequências das Economias ou Despesas Tributárias Obtidas (Optantes pelo Lucro Real)

ANO	ECONOMIA TRIBUTÁRIA	DESPESA TRIBUTÁRIA	TOTAL
<i>“Pooling”</i>	48	2	50

Praticamente em todos os anos pesquisados, 96% das empresas obtiveram economia tributária, indicando que, na amostra analisada, as empresas estão optando pela forma menos onerosa de tributação de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

Já as empresas que tiveram despesa tributária devido à escolha da forma mais onerosa de tributação (cerca de 4%) merecem uma análise individualizada, que não faz parte do escopo do trabalho. O que muitas vezes ocorre, nesses casos, é que a companhia no início do ano opta pelo Lucro Real, com perspectivas de bons resultados e paga por estimativa com base na receita bruta durante alguns meses. Depois a situação muda, ela passa a apresentar lucros menores ou até mesmo prejuízos (com base no balancete de redução/suspensão) e, no final do ano, descobre que acabou pagando mais do que devia. O excesso de recolhimento de estimativas pode ser compensado com os valores devidos nos anos posteriores.

Já para as empresas que escolheram o regime de Lucro Presumido, as economias ou despesas tributárias obtidas pelas empresas são apresentadas na tabela 11.

Tabela 11 - Frequências das Economias ou Despesas Tributárias Obtidas (Optantes pelo Lucro Presumido)

Ano	ECONOMIA TRIBUTÁRIA	DESPESA TRIBUTÁRIA	Total
2003	20	9	29
2004	26	3	29
2005	28	5	33
2006	31	4	35
2007	29	3	32
TOTAL	134	24	158

Cerca de 85% das empresas que optaram pelo regime do Lucro Presumido obtiveram economia tributária, reforçando a hipótese inicial de que as empresas estão optando pela forma menos onerosa de tributação de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. As companhias que tiveram despesas tributárias devido à escolha da forma mais onerosa de tributação (15%) tiveram uma rentabilidade menor que a presunção de lucro, mas como escolheram a tributação pelo Lucro Presumido, pagaram a mais e não poderão compensar esses excessos de recolhimento de tributos nos anos seguintes.

Com relação à comparação das economias tributárias obtidas pelas empresas que optaram pelo Lucro Real, nos diversos subsetores estudados, a Tabela 12 apresenta as médias dessas economias.

Tabela 12 - Médias das Economias Tributárias Obtidas por Subsetores de Todas as Empresas (Optantes pelo Lucro Real)

COMÉRCIO	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	COMBUSTÍVEL
55,1	78,5	44,4	44,6

Conforme estabelecido, foi aplicado o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis para a comparação das médias. A hipótese nula foi rejeitada ($p\text{-valor} = 0,02 < 0,05$), indicando que há evidências significativas de que as médias das economias tributárias obtidas nos subsetores estudados sejam diferentes, ao nível de significância escolhido.

Uma das vantagens do regime de tributação pelo Lucro Real é que se a empresa apresentar prejuízo no ano ela não precisa recolher IRPJ e CSLL. No cálculo das economias tributárias obtidas, quando a empresa teve prejuízo no ano, a economia obtida desses tributos foi de 100%, uma vez que ela economizou a totalidade dos valores que seriam devidos caso escolhesse o Lucro Presumido. Já com relação ao PIS e COFINS isso não ocorre, pois é calculado sobre o faturamento (ainda que se descontem os créditos no regime não-cumulativo). Devido à quantidade desses casos ser razoável na amostra analisada (cerca de 37%), eles foram excluídos (novas médias conforme Tabela 13) e novo teste de comparação de médias foi realizado.

Tabela 13 - Médias das Economias Tributárias Obtidas por Subsetores das Empresas sem Prejuízo no Ano (Optantes pelo Lucro Real)

COMÉRCIO	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	COMBUSTÍVEL
56,9	73,1	48,3	44,6

A mudança nas médias levou à aceitação da hipótese nula ($p\text{-valor} = 0,234 > 0,05$) ou seja, não há evidências significativas de que as médias das economias tributárias obtidas nos subsetores estudados, quando desconsideradas as empresas que tiveram prejuízo no ano, sejam diferentes, ao nível de significância escolhido.

Como a amostra das empresas que optaram pelo lucro real já é reduzida, a comparação entre os subsetores das atividades econômicas, que reduz ainda mais o número de elementos, ficou prejudicada. A retirada das empresas que apresentaram prejuízo nos períodos trouxe uma melhora estatística pois a amostra ficou mais homogênea (lembrar que no Lucro Real adotou-se o “*pooling*”)

Já com relação à comparação das economias tributárias obtidas pelas empresas que optaram pelo Lucro Presumido, nos diversos subsetores estudados, as médias dessas economias se encontram na Tabela 14.

Tabela 14 - Médias das Economias Tributárias Obtidas de Todas as Empresas (Optantes pelo Lucro Presumido)

COMÉRCIO	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
38,7	43,3	45,4

Foi aplicado o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis para a comparação das médias. A hipótese nula foi aceita ($p\text{-valor} = 0,190 > 0,05$), indicando que não há evidências significativas de que as médias das economias tributárias obtidas nos subsetores estudados sejam diferentes, ao nível de significância escolhido.

Quando foram comparadas as economias tributárias dentro dos subsetores ao longo dos anos (Tabela 15), foi constatado que não há evidências significativas de que as médias se alteraram, com a aceitação de H_0 para o Comércio ($p\text{-valor} = 0,869 > 0,05$), Indústria ($p\text{-valor} = 0,406 > 0,05$) e Serviços ($p\text{-valor} = 0,648 > 0,05$).

Tabela 15 - Médias Anuais das Economias Tributárias Obtidas para Todas as Empresas (Optantes pelo Lucro Presumido)

ANO	COMÉRCIO	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
2003	32,2	39,8	41,6
2004	40,2	40,9	48,9
2005	44,8	51,5	45,5
2006	42,3	35,8	42,8
2007	28,2	48,4	47,5

As médias das economias tributárias obtidas não variaram significativamente ao longo dos anos considerados, o que leva à conclusão de que esses percentuais se mantêm, mesmo com as mudanças de alguns dos elementos internos das amostras a cada ano (uma mesma empresa aparece em todos os períodos em 55% dos casos). Isso pode ser consequência da manutenção da tabela de presunção ou devido à própria amostragem, justamente porque parte das companhias permaneceram com a mesma rentabilidade por vários períodos, mantendo constantes essas médias.

Os resultados desses testes fornecem indícios de que as economias tributárias obtidas nos diversos subsetores são, em média, as mesmas. Isso reforça a constatação de que a tabela de presunção de Lucro Presumido estabelecida pelo Fisco federal está correta, dando tratamento equitativo às empresas.

Na Tabela 16, são apresentadas as médias das economias tributárias obtidas de todas as empresas que optaram pelo Lucro Real ou pelo Lucro Presumido.

Tabela 16 - Médias das Economias Tributárias Obtidas de Todas as Empresas

LUCRO REAL	LUCRO PRESUMIDO
51,5	44,4

Ao efetuar o teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis, a hipótese nula de que as médias são iguais foi rejeitada ($p\text{-valor} = 0,035 < 0,05$), indicando que há evidências significativas de que as médias das economias tributárias obtidas pelas empresas que optaram pelo Lucro Real são

maiores que aquelas obtidas pelas empresa que escolheram o regime de tributação pelo Lucro Presumido, ao nível de significância escolhido.

Com a exclusão das empresas que tiveram prejuízo no ano (novas médias conforme Tabela 17), novo teste de comparação de médias foi realizado.

Tabela 17 - Médias das Economias Tributárias Obtidas das Empresas sem Prejuízo no Ano

LUCRO REAL	LUCRO PRESUMIDO
50,5	44,4

Com a pequena diminuição na média das empresas optantes pelo Lucro Real, H_0 passou a ser aceita ($p\text{-valor} = 0,059 > 0,05$), indicando que não há evidências significativas de que as médias das economias tributárias obtidas pelas empresas que optaram pelo Lucro Real são maiores que aquelas obtidas pelas empresas que escolheram o regime de tributação pelo Lucro Presumido, ao nível de significância escolhido.

Isso pode ser explicado pelo fato de que, como os dados foram obtidos de empresas que fizeram a contabilidade no mesmo escritório contábil, houve uma análise padronizada de qual o regime de tributação menos oneroso e a opção escolhida resultou em economia tributária semelhante.

4.6 O Modelo de Decisão de Rullo

Em sua dissertação de mestrado, Carmine Rullo (2008) desenvolveu um modelo matemático destinado a “auxiliar na tomada de decisão em se optar ou não pelo lucro presumido de acordo com as regras tributárias vigentes no ano de 2007.”

De maneira sucinta, o modelo propõe uma formulação para comparar os regimes de Lucro Real e Lucro Presumido, quanto ao recolhimento de tributos (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS), indicando quando um é mais vantajoso que o outro.

Segundo o autor, como a progressividade do IRPJ impõe alíquota adicional quando a renda ultrapassar R\$ 60.000 por trimestre, seja ela apurada pelo Lucro Real ou pelo Lucro Presumido, o tributo a ser pago quando a renda ultrapassar esse limite é proporcionalmente maior. Assim, as fórmulas foram desenvolvidas levando em consideração a combinação das hipóteses de Lucro Real maior ou menor do que R\$ 60.000 com as hipóteses de Lucro Presumido maior ou menor do que R\$ 60.000, representadas no gráfico 2:

Gráfico 4 - Regiões das Receitas e Despesas em que os Lucros Real e Presumido são Maiores ou Menores do que R\$ 60.000

FONTE: RULLO, 2008, p. 46

E estão apresentadas a seguir:

Lucro Real Trimestral $\leq$ R\$ 60.000

$$T_r = (31,03\% - 7,03\%\beta)R - 24\%D - 7,03\%C$$

Lucro Real Trimestral $>$ R\$ 60.000

$$T_r = -6.000 + (40,105\% - 6,105\%\beta)R - 34\%D - 6,105\%C$$

Lucro Presumido Trimestral $\leq$ R\$ 60.000

$$T_p = [15\%(1 - \beta)p_i + 9\%(1 - \beta)p_c + 3,65\% + 24\%\beta]R$$

Lucro Presumido Trimestral $>$ R\$ 60.000

$$T_p = -6.000 + [25\%(1 - \beta)p_i + 9\%(1 - \beta)p_c + 3,65\% + 34\%\beta]R$$

em que:

T_p = soma dos valores de PIS, COFINS, IRPS e CSLL devidos, pelo regime de apuração do Lucro Real;

T_r = soma dos valores de PIS, COFINS, IRPS e CSLL devidos, pelo regime de apuração do Lucro Presumido;

R = todas as receitas tributáveis conforme a legislação do IRPJ, inclusive as receitas financeiras;

R_f = receitas financeiras;

$R = \frac{R_f}{R}$ ou seja, é a proporção entre as receitas financeiras e as receitas totais;

D = todas as despesas dedutíveis conforme a legislação do IRPJ, exceto as despesas de PIS e COFINS;

C = total das despesas que dão direito a crédito de PIS e COFINS;

p_i = percentual de presunção do IRPJ;

p_c = percentual de presunção da CSLL.

Considerando que, após a criação do regime da não-cumulatividade para o PIS (2003) e a COFINS (2004), pouca coisa mudou em termos de bases de cálculo e alíquotas dos quatro tributos analisados, serão utilizados os dados obtidos a partir de 2005 no modelo em questão.

Além disso, como uma de suas premissas é a de que a empresa possua apenas um tipo de atividade, apenas as que se enquadrarem nessa limitação é que serão analisadas. E levando em conta, ainda, que o modelo foi criado para apuração trimestral e os dados são anuais, os valores serão divididos equitativamente por quatro.

O modelo apresentado não leva em consideração na aplicação do modelo para o Lucro Real, quando a empresa apresenta prejuízo (ou base negativa de CSLL) no período de apuração. Nesses casos, como o IRPJ e a CSLL não são devidos, a fórmula a ser aplicada passa a ser a seguinte:

Lucro Real Trimestral (para qualquer valor)

$$T_r = 9,25\% (R - R_f - C)$$

Foram efetuados os cálculos pelas fórmulas apresentadas, utilizando os dados de nossa amostra e os resultados foram iguais (ver tabela 18 a seguir). Isso porque foram utilizadas planilhas eletrônicas em que se calculou os valores de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS individualmente e, depois, somou-se para obter o montante total, enquanto as fórmulas já calculam diretamente esse valor.

Tabela 18 - Percentuais de Economias ou Despesas Tributárias Obtidas - Modelo Matemático

Emp.	Atividade	Ano	Tributação	R	Rf	β	D	C	pi	pc	Tp	Tr	Econ / Desp	Econ / Desp %
1	Serviços	2005	Real	47.142,15	0,00	0,00000	47.142,15	3.095,00	32%	32%	5.341,21	4.074,36	1.266,84	23,7%
1	Serviços	2006	Real	45.254,62	0,00	0,00000	45.254,62	3.012,12	32%	32%	5.127,35	3.907,43	1.219,92	23,8%
1	Serviços	2007	Real	44.219,57	0,00	0,00000	44.219,57	5.228,33	32%	32%	5.010,08	3.606,69	1.403,39	28,0%
2	Serviços	2005	Presumido	65.907,16	0,00	0,00000	39.671,10	7.871,70	32%	32%	7.467,28	10.376,55	2.909,27	28,0%
2	Serviços	2006	Presumido	63.733,51	0,00	0,00000	40.911,97	8.816,87	32%	32%	7.221,01	9.337,81	2.116,80	22,7%
2	Serviços	2007	Presumido	81.245,52	0,00	0,00000	50.525,89	9.414,15	32%	32%	9.205,12	12.422,45	3.217,34	25,9%
3	Serviços	2005	Real	158.312,50	0,00	0,00000	124.837,52	86.770,61	8%	12%	9.387,93	13.063,39	-3.675,46	-39,2%
3	Serviços	2006	Real	43.623,78	13,78	0,00032	43.623,78	11.599,70	8%	12%	2.589,88	2.960,95	-371,07	-14,3%
3	Serviços	2007	Real	9.995,03	1,26	0,00013	9.995,03	908,79	8%	12%	592,98	840,36	-247,38	-41,7%
6	Serviços	2006	Real	78.621,55	0,00	0,00000	70.761,38	22.236,06	32%	32%	8.907,82	5.850,34	3.057,48	34,3%
6	Serviços	2007	Real	452.823,25	0,00	0,00000	359.790,90	266.286,67	32%	32%	59.795,22	37.019,06	22.776,16	38,1%
7	Serviços	2007	Real	68.553,70	0,00	0,00000	58.651,55	37.282,88	32%	32%	7.767,13	4.574,86	3.192,28	41,1%
10	Serviços	2005	Presumido	763.759,04	2.377,25	0,00311	763.759,04	40.950,05	32%	32%	105.523,81	66.639,94	-38.883,87	-58,3%
10	Serviços	2006	Presumido	931.791,12	1.65,43	0,00018	810.621,13	42.221,58	32%	32%	129.427,50	89.495,92	-39.931,58	-44,6%
10	Serviços	2007	Presumido	1.000.196,43	0,00	0,00000	869.956,58	36.216,30	32%	32%	139.328,54	97.132,53	-42.196,01	-43,4%
11	Serviços	2005	Real	2.084.288,51	139,45	0,00007	1.840.158,89	887.822,27	32%	32%	296.879,36	150.039,82	146.839,54	49,5%
11	Serviços	2006	Real	2.439.263,08	6.223,26	0,00255	1.998.952,61	987.163,64	32%	32%	349.863,74	231.976,30	117.887,44	33,7%
11	Serviços	2007	Real	2.679.716,56	1.619,53	0,00060	2.339.476,10	1.128.871,82	32%	32%	383.737,25	204.261,96	179.475,29	46,8%
15	Comércio	2005	Real	5.320.841,57	5.956,06	0,00112	5.180.039,17	4.752.681,12	8%	12%	353.934,25	76.195,39	277.738,86	78,5%
15	Comércio	2006	Real	7.009.516,11	3.400,51	0,00049	6.692.211,82	6.342.594,31	8%	12%	466.791,87	142.391,43	324.400,44	69,5%
15	Comércio	2007	Real	8.984.790,83	1.130,96	0,00013	8.627.181,17	8.505.874,57	8%	12%	599.026,12	144.756,07	454.270,04	75,8%
16	Comércio	2005	Presumido	628.173,30	3.67,49	0,00059	628.173,30	0,00	32%	32%	85.358,54	58.072,04	-27.286,51	-47,0%
16	Comércio	2006	Presumido	272.781,04	1.237,52	0,00454	272.781,04	0,00	32%	32%	33.921,20	25.117,78	-8.803,42	-35,0%
17	Serviços	2007	Real	401.151,76	12.806,97	0,03193	292.533,74	105.480,33	32%	32%	55.248,32	48.199,00	7.049,32	12,8%
18	Serviços	2006	Presumido	10.123.741,10	170.804,76	0,01687	7.774.064,25	4.489.866,33	8%	12%	728.140,61	1.126.410,56	398.269,95	35,4%
18	Serviços	2007	Presumido	14.096.120,63	93.853,37	0,00666	10.451.035,13	5.979.630,30	8%	12%	971.688,38	1.723.111,06	751.422,67	43,6%
20	Serviços	2005	Presumido	552.666,65	2.759,60	0,00499	185.513,12	12.707,29	32%	32%	74.940,48	151.628,24	76.687,76	50,6%
20	Serviços	2006	Presumido	261.116,93	8.15,35	0,00312	70.357,74	3.257,93	32%	32%	32.128,80	74.550,64	42.421,84	56,9%
22	Serviços	2005	Presumido	429.423,18	903,90	0,00210	120.163,18	48.598,91	32%	32%	56.604,17	122.342,54	0,00	53,7%
22	Serviços	2006	Presumido	434.951,45	294,29	0,00068	84.816,74	33.205,83	32%	32%	57.266,49	137.554,40	80.287,92	58,4%
24	Serviços	2006	Presumido	151.450,13	0,00	0,00000	103.667,59	0,00	32%	32%	17.159,30	22.114,75	4.955,45	22,4%
25	Serviços	2005	Presumido	98.171,09	12,50	0,00013	86.466,36	14.248,53	32%	32%	11.124,82	8.621,02	0,00	-29,0%
25	Serviços	2006	Presumido	140.204,52	0,00	0,00000	85.549,16	3.910,00	32%	32%	15.885,17	22.698,79	6.813,62	30,0%
25	Serviços	2007	Presumido	142.681,44	0,00	0,00000	83.147,11	1.198,68	32%	32%	16.165,81	24.234,48	8.068,67	33,3%
26	Serviços	2005	Presumido	347.143,20	110,46	0,00032	192.171,48	15.307,53	32%	32%	44.465,45	66.942,21	0,00	33,6%
26	Serviços	2006	Presumido	354.886,41	213,90	0,00060	192.488,13	20.269,72	32%	32%	45.614,45	69.630,71	24.016,26	34,5%
26	Serviços	2007	Presumido	561.635,14	1.36,47	0,00024	216.797,08	28.955,35	32%	32%	75.637,14	143.756,71	68.119,57	47,4%
28	Serviços	2005	Presumido	129.121,70	0,00	0,00000	29.710,56	6.78,06	32%	32%	14.629,49	35.641,27	0,00	59,0%
28	Serviços	2006	Presumido	128.712,86	0,00	0,00000	28.047,00	8.61,17	32%	32%	14.583,17	36.031,74	21.448,57	59,5%
28	Serviços	2007	Presumido	139.283,78	0,00	0,00000	28.257,73	8.13,39	32%	32%	15.780,85	40.202,47	24.421,62	60,7%
29	Serviços	2005	Presumido	133.793,52	990,78	0,00741	62.111,90	31.708,40	32%	32%	15.320,50	24.543,56	0,00	37,6%
29	Serviços	2006	Presumido	155.898,12	0,00	0,00000	108.286,89	66.720,39	32%	32%	17.663,26	17.695,89	32,63	0,2%
29	Serviços	2007	Presumido	274.674,57	0,00	0,00000	94.592,66	43.992,63	32%	32%	33.910,21	69.310,98	35.400,76	51,1%

Emp.	Atividade	Ano	Tributação	R	Rf	β	D	C	pi	pc	Tp	Tr	Econ / Desp	Econ / Desp %
30	Serviços	2006	Presumido	82.084,93	2.677,82	0,03262	11.982,29	575,18	32%	32%	9.737,24	22.647,59	12.910,34	57,0%
30	Serviços	2007	Presumido	74.265,60	2.386,87	0,03214	11.062,72	547,10	32%	32%	8.803,83	19.843,77	11.039,94	55,6%
31	Comércio	2006	Presumido	17.287,69	4.707,37	0,27230	24.070,15	332,11	8%	12%	2.047,60	-33.528,61	-35.576,21	106,1%
32	Serviços	2005	Presumido	58.304,85	14,60	0,00025	23.569,31	2.430,49	32%	32%	6.608,32	12.161,86	0,00	45,7%
33	Serviços	2005	Presumido	46.152,07	0,00	0,00000	1.930,87	82,98	32%	32%	5.229,03	13.851,75	0,00	62,3%
33	Serviços	2007	Presumido	225.143,35	0,00	0,00000	9.321,84	331,86	32%	32%	26.713,33	81.104,06	54.390,73	67,1%
34	Serviços	2005	Presumido	15.350,00	0,00	0,00000	4.579,24	397,69	32%	32%	1.739,16	3.636,13	0,00	52,2%
34	Serviços	2006	Presumido	39.100,28	0,00	0,00000	3.132,61	0,00	32%	32%	4.430,06	11.380,99	6.950,93	61,1%
34	Serviços	2007	Presumido	56.013,25	0,00	0,00000	3.555,11	0,00	32%	32%	6.346,30	16.527,69	10.181,38	61,6%
35	Comércio	2005	Presumido	137.472,93	7.542,19	0,05486	64.636,34	45.323,16	32%	32%	16.806,57	23.929,73	0,00	29,8%
35	Comércio	2006	Presumido	89.530,64	2.494,78	0,02787	38.521,14	25.146,51	32%	32%	10.550,97	0,00	6.042,13	36,4%
35	Comércio	2007	Presumido	89.519,34	336,23	0,00376	74.964,83	56.755,98	32%	32%	10.197,41	5.772,71	-4.424,70	-76,6%
38	Serviços	2006	Presumido	37.877,50	0,00	0,00000	5.923,97	1.741,79	32%	32%	4.291,52	10.209,19	5.917,67	58,0%
38	Serviços	2007	Presumido	40.160,25	0,00	0,00000	8.211,69	3.073,48	32%	32%	4.550,16	10.274,85	5.724,70	55,7%
39	Serviços	2007	Presumido	21.534,10	0,00	0,00000	6.251,55	0,00	32%	32%	2.439,81	5.181,66	2.741,85	52,9%
40	Serviços	2006	Presumido	378.318,22	11.673,65	0,03086	141.407,65	139.325,26	8%	12%	24.969,79	88.427,44	63.457,65	71,8%
40	Serviços	2007	Presumido	90.522,57	7.245,25	0,08004	68.935,14	0,00	8%	12%	6.941,66	11.035,38	4.093,72	37,1%
41	Serviços	2005	Presumido	52.329,45	619,28	0,01183	20.275,06	1.179,96	32%	32%	6.029,99	11.245,33	0,00	46,4%
41	Serviços	2006	Presumido	46.148,89	2.977,81	0,06453	26.575,52	1.599,61	32%	32%	5.714,65	7.620,08	1.905,44	25,0%
41	Serviços	2007	Presumido	38.460,71	383,95	0,00998	24.393,08	1.514,10	32%	32%	4.420,26	5.946,59	1.526,33	25,7%
42	Comércio	2005	Presumido	113.822,82	0,00	0,00000	45.058,15	2.407,42	32%	32%	12.896,13	24.181,90	0,00	46,7%
42	Comércio	2006	Presumido	126.542,81	1.760,74	0,01391	55.377,79	2.330,31	32%	32%	14.624,65	25.671,79	11.047,13	43,0%
42	Comércio	2007	Presumido	118.374,70	8.907,92	0,07525	32.470,20	2.479,66	32%	32%	14.865,63	29.739,09	14.873,47	50,0%
43	Serviços	2005	Presumido	10.281,12	6,12	0,00060	9.090,34	5.202,27	8%	12%	611,00	971,55	0,00	37,1%
43	Serviços	2006	Presumido	12.675,00	0,00	0,00000	11.079,76	1.103,18	8%	12%	751,63	1.196,36	444,73	37,2%
43	Serviços	2007	Presumido	22.575,00	0,00	0,00000	11.648,77	188,08	8%	12%	1.338,70	4.196,10	2.857,40	68,1%
44	Serviços	2005	Presumido	2.188,58	0,00	0,00000	1.699,72	487,94	32%	32%	247,97	236,88	0,00	-4,7%
44	Serviços	2006	Presumido	24.505,71	0,00	0,00000	6.631,74	2.187,26	32%	32%	2.776,50	5.858,74	3.082,24	52,6%
44	Serviços	2007	Presumido	26.436,05	0,00	0,00000	3.599,33	76,42	32%	32%	2.995,20	7.333,89	4.338,69	59,2%
45	Serviços	2005	Presumido	125.877,86	14.809,80	0,11765	13.773,00	2.852,92	32%	32%	16.678,92	38.722,19	0,00	56,9%
45	Serviços	2006	Presumido	91.214,68	8.092,53	0,08872	16.660,35	5.720,29	32%	32%	11.655,32	24.073,86	12.418,54	51,6%
45	Serviços	2007	Presumido	89.566,03	3.608,33	0,04029	21.015,56	6.575,75	32%	32%	10.736,71	22.153,43	11.416,72	51,5%
46	Serviços	2005	Presumido	65.907,16	0,00	0,00000	39.671,10	7.871,70	32%	32%	7.467,28	10.376,55	0,00	28,0%
46	Serviços	2006	Presumido	63.733,51	0,00	0,00000	40.911,97	8.816,87	32%	32%	7.221,01	9.337,81	2.116,80	22,7%
46	Serviços	2007	Presumido	81.245,52	0,00	0,00000	50.525,89	9.414,15	32%	32%	9.205,12	12.422,45	3.217,34	25,9%
47	Serviços	2005	Presumido	102.964,39	0,00	0,00000	11.071,04	8.508,9	32%	32%	11.665,86	31.477,77	0,00	62,9%
47	Serviços	2006	Presumido	86.170,97	0,00	0,00000	8.945,52	7.961,18	32%	32%	9.763,17	25.468,78	15.705,61	61,7%
47	Serviços	2007	Presumido	89.939,32	0,00	0,00000	18.349,08	8.637,75	32%	32%	10.190,13	23.778,75	13.588,62	57,1%
48	Indústria	2005	Presumido	22.694,00	0,00	0,00000	7.010,16	7.867,70	32%	32%	2.571,23	5.304,20	0,00	51,5%
48	Indústria	2006	Presumido	20.929,13	0,00	0,00000	11.277,43	1.372,15	32%	32%	2.371,27	3.691,26	1.319,99	35,8%
48	Indústria	2007	Presumido	42.937,86	0,00	0,00000	15.739,99	1.752,22	32%	32%	4.864,86	9.422,84	4.557,98	48,4%
49	Serviços	2006	Presumido	23.981,35	0,00	0,00000	11.040,00	12.271,03	32%	32%	2.717,09	3.929,16	1.212,07	30,8%
49	Serviços	2007	Presumido	31.190,50	0,00	0,00000	22.295,72	1.921,56	32%	32%	3.533,88	4.192,35	658,47	15,7%
50	Serviços	2005	Presumido	9.871,25	0,00	0,00000	3.119,60	1.005,87	32%	32%	1.118,41	2.243,63	0,00	50,2%
50	Serviços	2006	Presumido	36.693,00	0,00	0,00000	12.454,98	4.146,19	32%	32%	4.157,32	8.105,17	3.947,85	48,7%
50	Serviços	2007	Presumido	32.713,75	0,00	0,00000	10.299,95	2.154,00	32%	32%	3.706,47	7.527,66	3.821,19	50,8%
51	Serviços	2005	Presumido	48.766,27	24,03	0,00049	13.452,82	2.189,19	32%	32%	5.529,14	11.580,65	0,00	52,3%
51	Serviços	2006	Presumido	56.630,14	0,00	0,00000	19.449,50	2.631,01	32%	32%	6.416,19	12.719,49	6.303,30	49,6%
51	Serviços	2007	Presumido	63.225,08	0,00	0,00000	22.109,88	2.703,83	32%	32%	7.163,40	14.122,29	6.958,89	49,3%

O modelo em questão possui algumas limitações, sendo a principal o fato de não permitir sua utilização por aquelas empresas que possuem mais de um tipo de atividade (o que ocorre com frequência no caso das indústrias – pois acabam prestando serviços também). Isso, entretanto, não diminui seu grande mérito, que é o de fornecer uma ferramenta prática para auxiliar na tomada de decisão em se optar pelo Lucro Presumido ou não. Acredita-se que deva ser aperfeiçoado para englobar várias atividades, bem como os casos em que há prejuízos fiscais ou receitas provenientes de exportações.

5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se as limitações da pesquisa (principalmente a de que as conclusões obtidas valem somente para a amostra estudada), os resultados evidenciam que as empresas estão optando pela forma menos onerosa de tributação de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS e que essa economia tributária, no caso das que optaram pelo Lucro Presumido, é semelhante nos principais subsetores (comércio, indústria e serviços) e se mantém ao longo dos anos (para as empresas de Lucro Real o volume de dados foi insuficiente para fazer essa análise). Isso leva a crer que a tabela de presunção está de acordo com o princípio da equidade.

Além disso, não se encontraram diferenças nas economias tributárias das companhias que optaram pelo Lucro Real em relação às que optaram pelo Lucro Presumido.

Com relação à questão principal do trabalho, a análise mostrou em todos os anos pesquisados, a maioria das empresas pesquisadas, cuja receita bruta do ano-calendário anterior esteve abaixo de R\$ 48 milhões (tanto as que escolheram o Lucro real quanto as que adotaram o Lucro Presumido) obtiveram economia tributária, e, portanto, estão optando pela forma menos onerosa de tributação **em relação aos tributos diretos (IRPJ e CSLL) e aos indiretos vinculados ao faturamento (PIS e COFINS)**. As que obtiveram despesas tributárias devido à escolha da forma mais onerosa de tributação (em ambos os regimes) merecem uma análise individualizada, que os dados globalizados não permitem. Fica, no entanto, o alerta de que mesmo fazendo a Contabilidade, é preciso verificar cada caso individualmente.

Já a complementação do estudo, que investigou se as médias das economias tributárias obtidas variaram entre os subsetores de atividade econômica, somente foi possível fazer a avaliação no caso do Lucro Presumido, em função da quantidade de elementos da amostra. O resultado do teste de Kruskal-Wallis permitiu observar que não há evidências de que essas médias difiram entre si, implicando que a tabela de presunção do Lucro Presumido dá um tratamento semelhante entre as empresas. Foi realizada a exclusão das empresas que optaram pelo Lucro Real e tiveram prejuízo no ano (e, conseqüentemente, não pagaram IRPJ e CSLL, resultando em economia tributária de 100% nesses tributos) e realizado novo teste comparativo de médias, com as mesmas conclusões.

Outra indagação analisou se, dentro dos subsetores econômicos (comércio, indústria e serviços), as médias das economias tributárias obtidas se mantiveram ano após ano. A conclusão foi de que não há evidências de que essas médias sejam diferentes ao longo dos períodos estudados. Uma possível explicação está na manutenção das alíquotas da tabela de presunção do Lucro Presumido. A própria amostragem, por ser reduzida e limitada, com as mesmas empresas apresentando rentabilidades constantes por vários períodos podem ter levado à uniformidade dessas médias.

Uma questão interessante desta pesquisa é se havia diferença de economia tributária obtida entre as empresas que fizeram a opção pelo Lucro Real ou pelo Lucro Presumido? A constatação, para a amostra analisada, de que não há evidências significativas de que as médias das que escolheram o primeiro regime são maiores do que as obtidas pelas que escolheram o segundo, reforça o entendimento de que quando a Contabilidade é elaborada, a opção por um ou outro regime é feita de maneira correta e resulta em economia tributária. É algo semelhante à tributação da pessoa física, em que se faz o modelo completo e a adoção do modelo simplificado só se realiza se o montante a pagar for reduzido (nesse caso o próprio programa da Secretaria da Receita Federal do Brasil faz o cálculo e a comparação).

Um dos pontos em que se debateu, neste estudo, diz respeito à identificação de um ponto de equilíbrio entre o Lucro Real e o Lucro Presumido, a partir do qual uma forma seria mais vantajosa que a outra. Conforme se constatou, cada caso é diferente do outro e mesmo empresas que apresentam resultados constantes devem fazer uma revisão do sistema adotado todo ano. É possível estabelecer uma formulação matemática dependendo do tipo de atividade econômica, do percentual de despesas que geram créditos de PIS e COFINS e do total de receitas financeiras (item 4.6), mas isso não dispensa a análise individual, tão somente serve de auxílio da mesma.

A importância da Contabilidade na escolha da forma de tributação e sua utilização foi amplamente discutida, inclusive com relação aos aspectos não tributários e ficou clara sua necessidade como elemento indispensável para a gestão de tributos. Na amostra analisada, a escrituração foi feita em 100% dos casos. Como a legislação tributária está em constante modificação, as empresas, independentemente de seu porte ou atividade, devem realizar comparações entre os diversos regimes tributários disponíveis com regularidade. A própria

informatização das obrigações tributárias, que vem sendo gradativamente imposta pelo Fisco (em que o SPED é seu maior exemplo), já deve ser entendida como mais um motivo para se preferir a Contabilidade à simplificação da escrituração.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcos C. C. de. **O Imposto Único Sobre Transações**. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro. FGV, V. 45 N.9, p.36 - 40, set/1991

AMED, Fernando José; NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. **História dos Tributos no Brasil**. São Paulo: Edições SINAESP. 2000.

BESANKO, David; DRAVONE, David; SHANLEY, Mark; SCHAEFER, Scott. **A Economia da Estratégia**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BORGES, Humberto Bonavides. **Gerência de Impostos – IPI, ICMS e ISS**. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05/10/1988. **Diário Oficial - República Federativa do Brasil**: Poder Legislativo. Brasília, DF, 1988.

_____. Secretaria da Receita Federal. Ato Declaratório Normativo COSIT n. 16 de 18/09/2000. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Executivo – Brasília, DF, 2000.

_____. Decreto n. 5.164 de 30/07/2004. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Executivo. Brasília, DF, 2004.

_____. Decreto n. 5.442 de 09/05/2005. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Executivo. Brasília, DF, 2005.

_____. Decreto n. 6.022 de 22/01/2007. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Executivo. Brasília, DF, 2007.

_____. Decreto-lei n. 5.844, de 23/09/1943. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Poder Executivo. Brasília, DF. Acesso em: 06/08/2008.

_____. Decreto-lei n. 1.312 de 15/02/1974. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Executivo. Brasília, DF, 1974.

_____. Decreto-lei n. 1.598, de 26/12/1977. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Executivo. Brasília, DF, 1977.

_____. Decreto-lei n. 2.105 de 24/01/1984. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Executivo. Brasília, DF, 1984.

_____. Decreto-lei n. 2.288 de 23/07/1986. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Executivo. Brasília, DF, 1986.

_____. Decreto-lei n. 2.387 de 18/12/1987. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Executivo. Brasília, DF, 1987.

_____. Decreto-lei n. 2.397 de 21/12/1987. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Executivo. Brasília, DF, 1987.

_____. Decreto-lei n. 2.445, de 29/06/1988. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Executivo. Brasília, DF, 1988.

_____. Decreto-lei n. 2.449, de 21/07/1988. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Executivo. Brasília, DF, 1988.

_____. Emenda Constitucional n. 33, de 11/12/2001. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Legislativo. Brasília, DF, 2001.

_____. Emenda Constitucional n. 42, de 19/12/2003. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Legislativo. Brasília, DF, 2003.

_____. Secretaria da Receita Federal. Instrução Normativa SRF n. 11, de 11/02/1996. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Executivo – Brasília, DF, 1996.

_____. Secretaria da Receita Federal. Instrução Normativa SRF n. 93, de 24/12/1997. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Executivo – Brasília, DF, 1997.

_____. Secretaria da Receita Federal. Instrução Normativa SRF n. 104, de 24/08/1998. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Executivo – Brasília, DF, 1998.

_____. Secretaria da Receita Federal. Instrução Normativa SRF n. 86, de 22/10/2001. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Executivo – Brasília, DF, 2001.

_____. Secretaria da Receita Federal. Instrução Normativa SRF n. 390, de 30/01/2004. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Executivo – Brasília, DF, 2004.

_____. Secretaria da Receita Federal. Instrução Normativa SRF n. 672, de 30/08/2006. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Executivo – Brasília, DF, 2006.

_____. Lei Complementar n. 7, de 07/09/1970. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Legislativo. Brasília, DF, 1970.

_____. Lei Complementar n. 70, de 30/12/1991. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Legislativo. Brasília, DF, 1991.

_____. Lei Complementar n. 123, de 14/12/2006. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Legislativo. Brasília, DF, 2006.

_____. Lei n. 5.172, de 25/10/1966. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Legislativo. Brasília, DF, 1966.

_____. Lei n. 6.404, de 15/12/1976. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Legislativo. Brasília, DF, 1976.

_____. Lei n. 7.450, de 23/12/1985. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Legislativo. Brasília, DF, 1985.

_____. Lei n. 7.689, de 15/12/1988. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil**: Poder Legislativo. Brasília, DF, 1988.

_____. Lei n. 7.777, de 19/06/1989. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil:** Poder Legislativo. Brasília, DF, 1989.

_____. Lei n. 8.218, de 29/08/1991. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil:** Poder Legislativo. Brasília, DF, 1991.

_____. Lei n. 8.383, de 30/12/1991. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil:** Poder Legislativo. Brasília, DF, 1991.

_____. Lei n. 8.981, de 20/01/1995. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil:** Poder Legislativo. Brasília, DF, 1995.

_____. Lei n. 9.065, de 20/06/1995. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil:** Poder Legislativo. Brasília, DF, 1995.

_____. Lei n. 9.249, de 26/12/1995. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil:** Poder Legislativo. Brasília, DF, 1995.

_____. Lei n. 9.316, de 22/11/1996. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil:** Poder Legislativo. Brasília, DF, 1996.

_____. Lei n. 9.317, de 05/12/1996. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil:** Poder Legislativo. Brasília, DF, 1996.

_____. Lei n. 9.430, de 27/12/1996. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil:** Poder Legislativo. Brasília, DF, 1996.

_____. Lei n. 9.715, de 25/11/1998. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil:** Poder Legislativo. Brasília, DF, 1998.

_____. Lei n. 9.718, de 27/11/1998. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil:** Poder Legislativo. Brasília, DF, 1998.

_____. Lei n. 9.964, de 10/04/2000. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil:** Poder Legislativo. Brasília, DF, 2000.

_____. Lei n. 10.406, de 10/01/2002. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil:** Poder Legislativo. Brasília, DF, 2002.

_____. Lei n. 10.637, de 30/12/2002. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil:** Poder Legislativo. Brasília, DF, 2002.

_____. Lei n. 10.684, de 30/05/2003. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil:** Poder Legislativo. Brasília, DF, 2003.

_____. Lei n. 10.833, de 29/12/2003. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil:** Poder Legislativo. Brasília, DF, 2003.

_____. Lei n. 11.638, de 28/12/2007. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil:** Poder Legislativo. Brasília, DF, 2007.

_____. Medida Provisória n. 1763-64, de 11/03/1999. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil:** Poder Executivo. Brasília, DF, 1999.

_____. Medida Provisória n. 2.158-35, de 24/08/2001. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil:** Poder Executivo. Brasília, DF, 2001.

_____. Congresso. Senado. Resolução do Senado Federal n. 49, de 09/10/1995. **Diário Oficial – República Federativa do Brasil:** Poder Legislativo. Brasília, DF, 1995.

_____. Superior Tribunal Federal. RE 390840, RE 357950 e RE 358273 - JULG-09-11-2005. **Diário da Justiça – República Federativa do Brasil:** Poder Judiciário. Brasília, DF, 2006.

CAMPOS, Cândido H. **Planejamento Tributário – Imposto de Renda Pessoas Jurídicas.** São Paulo: Editora Atlas, 1984.

CARVALHO, Fábio Junqueira de; MURGEL, Maria Inês. **IRPJ – Teoria e Prática Jurídica**. 2 ed. São Paulo: Dialética, 2000.

CARVALHO Odirlei; SOUZA, Wallace. **Lucro Real ou Lucro Presumido. O que Escolher?** Disponível em: <<http://www.administradores.com.br>> São Paulo, 2008. Acesso em: 26/11/2008.

CARVALHO, Paulo Barros de. **Curso de Direito Tributário**. 3 ed. São Paulo: Editora Saraiva. 1988.

CONTI, José Mauricio (Org.). **Federalismo Fiscal**. Barueri, SP: Manole, 2004.

_____. **Princípios Tributários da Capacidade Contributiva e da Progressividade**. São Paulo: Dialética, 1996.

FABRETTI, Láudio Camargo; FABRETTI, Dilene Ramos. **Direito Tributário Para os Cursos de Administração e Ciências Contábeis**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas. 2007.

FERREIRA, Benedito. **História da tributação no Brasil: Causas e Efeitos**. Brasília: S.N, 1986.

FERREIRA, Antonio Airton *et al.* **Regulamento do Imposto de Renda 1999 Anotado e Comentado**. Texto do Decreto nº 3.000, de 29/03/99, Retificado em 17/06/99. 10 ed. São Paulo: FiscoSoft Editora, 2007.

FERREIRA NETO, Brasilino José. **Informações Contábeis e o Processo Decisório em Pequenas Empresas – Estudo Exploratório na Cidade de Goiânia**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Departamento de Contabilidade e Atuaria, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

GALHARDO, Alexandre. **Dúvida Cruel: Lucro Presumido ou Lucro Real Estimativa?** Disponível em: <<http://www.acionista.com.br>> Rio de Janeiro, 2005. Acesso em: 26/11/2008.

GARCIA, Ricardo Letizia. **O Sistema Tributário Brasileiro e a Proposta do Imposto Único Sobre Transações**. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br> > Rio Grande do Sul, 1994. Acesso em: 04/12/2008.

HAIR, Joseph F. JR.; ANDERSON, Rolph E.; TATHAM, Ronald L.; Black, William C. **Multivariate Data Analysis**. 5 ed. New Jersey: Prentice-Hall, 1998.

HALL, Robert E.; RABUSHKA, Alvin. **The Flat Tax**. Disponível em: <<http://www.hoover.org>> Hoover Institut, USA, 2007. Acesso em: 04/12/2008.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDÁ, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

HICKMAN, Clair Maria; SALVADOR, Evilásio da Silva. **10 anos de Derrama : A Distribuição da Carga Tributária no Brasil**. Disponível em: <<http://www.unafisco.org.br>>. Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal. Brasília, 2006. Acesso em: 11/09/2007.

HIGUCHI, Hiromi; HIGUCHI, Fábio Hiroshi; HIGUCHI, Celso Hiroyuki. **Imposto de Renda das Empresas – Interpretação e Prática**. 32 ed. São Paulo: IR Publicações, 2007.

HOPP, João Carlos; LEITE, Hélio de Paula. **O Crepúsculo do Lucro Contábil**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 28, Out/Dez 1988.

IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. **Princípios Contábeis**. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 7 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; CARVALHO, L. Nelson. **Contabilidade: Aspectos Relevantes da Epopéia de sua Evolução**. Revista Contabilidade e Finanças, USP, São Paulo, N. 38, p. 7 – 19, Maio/Ago. 2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações – (Aplicável às Demais Sociedades)**. 7 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

KASSAI, Silvia. **As Empresas de Pequeno Porte e a Contabilidade**. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Departamento de Contabilidade e Atuaria, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

LATORRACA, Nilton. **Legislação Tributária – Uma Introdução ao Planejamento Tributário**. 9 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1983.

LEITÃO NETO, Manoel de Melo. **Sonegação Tributária – Consentida e Fraudulenta**. São Luís: EdiCEUMA, 1998.

LEONETTI, Carlos Araújo. **Imposto Único: Uma Ilusão** Disponível em: <http://www.mundojuridico.adv.br> Santa Catarina, 2005. Acesso em: 02/12/2008.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 29 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 3 ed. São Paulo: Editora Atlas. 1987.

MAROCO, João. **Análise estatística – Com Utilização do SPSS**. 2 ed. Lisboa: Edições Sílabo. 2003.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações**. São Paulo: Editora Atlas. 2002.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

MARTINS, Ives Gandra. **Sistema Tributário na Constituição de 1988**. São Paulo: Editora Saraiva, 1989.

MITCHELL, Daniel J. **The Global Flat Tax Revolution**. Disponível em: <<http://www.cato.org>> Cato Policy Report, Vol. XXIX, N. 4, July/August 2007, USA. Acesso em: 04/12/2008.

MUSGRAVE, Richard Abel; MUSGRAVE, Peggy B. **Public Finance in Theory and Practice**. 2 ed. USA: McGraw-Hill, 1976.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Planejamento Tributário e o Valor das Empresas Brasileiras**. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuaria, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

PETTI, Carin Homonnay. **Como Pagar Menos Impostos**. Revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios, n. 222, p. 56-58, Julho. 2007.

PINDYCK, Robert S. **Econometric Models and Economic Forecasts**. 2 ed. Tokyo: McGraw-Hill Kogakusha, 1981.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Macroeconomia**. Tradução de Eleutério Prado. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

PIRES, Luís. **Europa Rende-se à Flat Tax**. Disponível em: <<http://www.ordemlivre.org>> Semanário Econômico, Portugal, 2008. Acesso em: 04/12/2008.

PREVIATELLO, Carlos Eduardo. **Lucro Real X Presumido: Opção Certa Pode reduzir Carga Tributária em 40%**. Disponível em: <<http://sesconmg.org.br>> Minas Gerais, 2006. Acesso em: 01/08/2008.

REZENDE, Fernando; OLIVEIRA, Fabrício Augusto de (Org.). **Descentralização e Federalismo Fiscal no Brasil: Desafios da Reforma Tributária**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2003.

RICCIO, Edson Luiz; SAKATA, Marici Cristine Gramacho. **Evidências da Globalização na Educação Contábil: Estudo das Grades Curriculares dos Cursos de Graduação em**

Universidades Brasileiras e Portuguesas. Revista Contabilidade e Finanças - USP, São Paulo, N. 35, p. 35 – 44, Maio/Ago. 2004.

RULLO, Carmine. **Lucro Real ou Lucro Presumido: Por Qual Optar?** São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuaria, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do Século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Alguns Efeitos da Utilização de Índices Inadequados na Correção dos Balanços de Empresas Estrangeiras no Brasil.** São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Departamento de Contabilidade e Atuaria da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Quem Está Pagando Juros Sobre Capital Próprio no Brasil?** Revista Contabilidade e Finanças, USP, São Paulo, Edição 30 Anos de Doutorado, p. 33 – 44, Junho 2007.

SANTOS, Cleônimo dos; BARROS, Sidney Ferro. **Imposto de Renda das Empresas para Contadores.** 2 ed. São Paulo: IOB-Thomson, 2007.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Fatores Condicionantes e Taxas de Sobrevivência e mortalidade das Micro e Pequenas Empresas no Brasil 2003-2005.** Disponível em: <<http://www.unafisco.org.br>>. Brasília, 2007. Acesso em: 01/10/2008.

SHINGAKI, Mário. **Gestão de Impostos para Pessoas Físicas e Jurídicas.** 4 ed. São Paulo: Saint Paul Editora, 2006.

SILVA, José Nonato da. **A Utilidade da Contabilidade nas Empresas Optantes pelo Lucro Real ou Lucro Presumido no Estado do Pará.** São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de

Contabilidade e Atuaria, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

SIEGEL, Sidney; CASTELLAN JR., N. John. **Estatística Não-Paramétrica para Ciências do Comportamento**. Tradução de Sara Ianda Correa Carmona. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SIQUEIRA, Etevaldo. **Escrituração Digital será Obrigatória em 2009**. Estadão.com.br. Disponível em: <<http://estadao.com.br/economia>>. São Paulo, 2008. Acesso em: 29/10/2008.

STEVENSON, William J. **Estatística Aplicada à Administração**. São Paulo: Editora Harbra, 2001.

STIGLITZ Joseph E. **Economics of the Public Sector**. 3 ed. New York: Norton & Company, 1986.

STIGLITZ Joseph E.; WALSH Carl E. **Introdução à Microeconomia**. Tradução de Helga Hoffman. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.

UOL – Universo On Line. **Novo cálculo faz valor do PIB de 2005 ser 10,9% maior, indica o IBGE**. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/economia>>. São Paulo, 2007. Acesso em: 31/10/2008.

VALENTE, Nelma Terezinha Zubek; ABIB, Diva Brecailo. **Lucro Presumido Vs Lucratividade Efetiva das Empresas: São condizentes?** 5º Congresso USP Controladoria e Contabilidade. São Paulo, 2005

WEFFORT, Elionor Farah Jreige. **O Brasil e a Harmonização Contábil Internacional: Influências dos Sistemas Jurídico e Educacional, da Cultura e do Mercado**. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Departamento de Contabilidade e Atuaria da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **Regimes de Tributação**. 6 ed. Curitiba: Juruá Editora, 2006.